

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE ANÁPOLIS – CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E  
HUMANAS – NELSON DE ABREU JÚNIOR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* INTERDISCIPLINAR EM  
TERRITÓRIOS E EXPRESSÕES CULTURAIS NO CERRADO

VERUSKA CAVALCANTE AZEVEDO

**DOMÍNIO TERRITORIAL, TURISMO E AS POPULAÇÕES ORIGINÁRIAS NA  
ILHA DO BANANAL NO GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK – 1955-1960**

ANÁPOLIS

2024

VERUSKA CAVALCANTE AZEVEDO

**DOMÍNIO TERRITORIAL, TURISMO E AS POPULAÇÕES ORIGINÁRIAS NA  
ILHA DO BANANAL NO GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHER – 1955-1960**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades, na área interdisciplinar.

**Linha de Pesquisa 1** – Dinâmicas Territoriais e Relações de Poder.

**Orientador:** Prof. Dr. Fernando Lobo Lemes

**Co-orientadora:** Profa. Dra. Divina Aparecida Leonel Lunas

ANÁPOLIS

2024

VERUSKA CAVALCANTE AZEVEDO

**DOMÍNIO TERRITORIAL, TURISMO E AS POPULAÇÕES ORIGINÁRIAS NA  
ILHA DO BANANAL NO GOVERNO JUSCELINO KUBITSCHEK – 1955-1960**

Dissertação defendida no âmbito do Programa de Pós-graduação *Strito Sensu* Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) da Universidade Estadual de Goiás (UEG), para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais e Humanidades.

Aprovada em 31 de janeiro de 2024 pela seguinte Banca Examinadora:

Prof. Dr. Fernando Lobo Lemes (Orientador)  
Presidente – TECCER/UEG

Profa. Dra. Divina Aparecida Leonel Lunas (Coorientadora)  
Membro Interno – TECCER/UEG

Prof. Dr. Robson Mendonça Pereira  
Membro Externo – PPGHIS/UEG

Profa. Dra. Poliene Soares dos Santos Bicalho  
Membro Interno – TECCER/UEG

Prof. Dr. Marcelo de Mello (Suplente)  
Suplente – TECCER/UEG

Anápolis, 31 de janeiro de 2024.

Dedico este trabalho a todos que colaboraram diretamente comigo nesta pesquisa: professores(as), colegas de curso, amigos e a minha família. Em especial a minha filha Luísa.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus, porque dEle e por Ele e para Ele são todas as coisas.

Em seguida, à minha família: meu marido Lean Ricardo, meu pai Luiz, minha mãe Maristela e meu irmão Vitor pelo amor e incentivo, sem vocês eu não teria conseguido concluir este trabalho.

Aos mestres e aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER) pela confiança depositada e pelos ensinamentos que contribuíram para que eu me tornasse mais qualificada academicamente e profissionalmente. Aos professores prof. Dr. Fernando Lobo Lemes e Profa. Dra. Divina Aparecida Leonel Lunas por terem me dado a oportunidade de me orientar, pela paciência e apoio.

Agradeço em especial a minha querida filha Luísa. Ter você me inspira e me fortalece para enfrentar as dificuldades impostas à vida. O meu amor é todo seu.

## RESUMO

O objetivo da pesquisa é analisar a Operação Bananal, que ocorreu durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960) e que tinha por objetivo colonizar e desenvolver a Ilha do Bananal. Busca também realizar um estudo sobre a Operação e suas influências na ocupação territorial, bem como o processo de turismo selvagem no interior do Brasil durante o Governo JK. A realização da pesquisa se enquadra no método qualitativo baseado em análise documental de fontes primárias originais da Operação Bananal produzidos pela Fundação Brasil Central. A Operação intensificou a ocupação da Ilha o que gerou consequências negativas para o meio ambiente natural e a qualidade de vida das populações indígenas. Uma das suposições sobre os motivos que levaram JK a realizar a Operação Bananal, seria para desviar a atenção sobre os gastos volumosos com a construção de Brasília. Outra hipótese era a sua vontade de retornar ao cargo nas eleições de 1965 e a realização de grandes empreendimentos poderiam impressionar e produzir uma opinião pública positiva. Por fim, concluiu-se que a Operação como uma invasão do território pertencente aos indígenas que resultou em perdas significativas para os grupos étnicos que desde tempos imemoriais habitam a região. A Operação Bananal levada a cabo por JK demonstrou que o Estado promoveu a reocupação do território considerando apenas as perspectivas ligadas à produção e reprodução do capital, sem levar em conta a existência das populações que lá viviam.

Ocupação Territorial. Operação Bananal. Turismo. Populações Originárias.

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 - Localização da Ilha do Bananal .....	16
Mapa 2 - Planície do Bananal.....	18
Mapa 3 – Roteiro original da Expedição Roncador-Xingu .....	24

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Recorte de uma página de jornal de 07/05/1960.....	433
Figura 2 – Vista aérea do Centro Turístico na ilha do Bananal. 1. Hotel; 2. Anexo (corpo auxiliar e lavanderia do hotel); 3. Grupos geradores; 4. Aeroporto/Santa Isabel do Morro; 5. Hospital e escola; 6. Aldeia indígena (Karajás); 7. Rio Araguaia.....	45
Figura 3 – Imagem do “Alvorarinha” às margens do rio Araguaia.....	46
Figura 4 – Hotel JK na ilha do Bananal.....	48
Figura 5 – Parte da frente do hotel, distante apenas alguns metros do rio Araguaia.....	49
Figura 6 – Hall e corredor para os quartos do hotel. ....	49
Figura 7 – Parte fronteira ao hotel, vendo-se ao fundo o rio Araguaia. ....	50
Figura 8 – Restaurante.....	50
Figura 9 – Suíte presidencial com vista para o rio Araguaia.....	51
Figura 10 – Suíte presidencial com sala de estar e sala de jantar. ....	52
Figura 11 – Pratos de porcelana e talheres de prata do Hotel JK anunciados para venda... 63	
Figura 12 – Território de Ocupação Tradicional dos Karajá e Javaé. ....	72
Figura 13 – Representação do primeiro Iny chegando à superfície. Ilustração: Elly Mairu Karajá.....	73
Figura 14 - Ilha do Bananal. Ser mítico kboi. Modelagem em argila. ....	75
Figura 15 – Javaé em ritual de iniciação masculina. ....	76
Figura 16 - Parque Nacional do Araguaia. ....	82

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDE - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico  
CAN - Correio Aéreo Nacional  
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho  
CME - Coordenação de Mobilização Econômica  
CNPI - Conselho Nacional de Proteção aos Índios  
EFT - Estrada de Ferro Tocantins  
EMPRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)  
ERX - Expedição Roncador-Xingu  
FAB - Força Aérea Brasileira  
FBC - Fundação Brasil Central  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas  
IAPI - Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários  
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros  
JK - Juscelino Kubitschek  
PEM - Plano de Estabilização Monetária  
PIA - Parque Indígena do Araguaia  
PNA - Parque Nacional do Araguaia  
SCOP - Serviço Central de Operações  
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação  
SPI - Serviço de Proteção aos Índios  
SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia  
SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste  
SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito  
Tis - Terras Indígenas  
UCs - Unidades de Conservação  
UDN - União Democrática Nacional  
UEG - Universidade Estadual de Goiás

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1 .....</b>	<b>15</b>
<b>DOMÍNIO TERRITORIAL NO CERRADO.....</b>	<b>15</b>
1.1. A OCUPAÇÃO DA ILHA DO BANANAL .....	19
1.2. INTEGRAÇÃO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO: A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL E O PLANO DE METAS.....	21
1.3. BRASÍLIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E A OPERAÇÃO BANANAL .....	28
1.4. CERRADO E SERTÃO.....	30
1.5. CERRADO, ESTADO E GLOBALIZAÇÃO .....	33
<b>CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>41</b>
<b>OPERAÇÃO BANANAL: ANTIGA IDEIA DE COLONIZAÇÃO E O ABANDONO DAS OBRAS NA ILHA .....</b>	<b>41</b>
2.1 ESTRATÉGIAS DE OCUPAÇÃO DA ILHA DO BANANAL: OPERAÇÃO (IM)POSSÍVEL?.....	42
2.2. ADMINISTRAÇÃO PARALELA: FONTE DE RECURSOS PARA A OPERAÇÃO BANANAL .....	53
2.3. FIM DA OPERAÇÃO: CONSEQUÊNCIAS E ATUALIDADE.....	56
<b>CAPÍTULO 3 .....</b>	<b>70</b>
<b>UM “CAPRICHOS MODERNISTA”: HISTÓRIA, AMBIENTE E AS POPULAÇÕES ORIGINÁRIAS NA ILHA DO BANANAL.....</b>	<b>70</b>
3.1 COLONIZAÇÃO E DISPUTAS PELO TERRITÓRIO: PARQUE E TERRA INDÍGENA NO ARAGUAIA .....	80
3.2 IMPACTOS DA OPERAÇÃO BANANAL PARA AS POPULAÇÕES INDÍGENAS.....	84
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>88</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>90</b>

## INTRODUÇÃO

No século XX houve uma busca do Estado pela interiorização e ocupação territorial no Brasil. Com suas políticas territoriais ele interferiu nas áreas do interior com o objetivo de integrar o país e povoar os espaços considerados “vazios”<sup>1</sup>, pois a maioria dos habitantes vivia na faixa litorânea. Isso se fortaleceu na década de 1940, no governo de Getúlio Vargas, com a “Marcha para o Oeste”. Em 1960 ocorreu a chamada, Operação Bananal, um programa que surgiu durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960) e tinha por objetivo colonizar e desenvolver a Ilha do Bananal.

O governo de Kubitschek também buscou a integração nacional e teve como destaque a política desenvolvimentista e o chamado Plano de Metas, o qual tinha como lema “Cinquenta anos em 5”, ou seja, pretendia desenvolver o país o equivalente a cinquenta anos em apenas cinco de governo. Esse plano, ao ser comparado com as tentativas anteriores, pode ser considerado, segundo Lafer (1970, p. 30),

O período de 1956-1961, no entanto, deve ser interpretado de maneira diferente pois o plano de metas, pela complexidade de suas formulações- quando comparado com essas tentativas anteriores- e pela profundidade de seu impacto, pode ser considerada a primeira experiência efetivamente posta em prática no planejamento governamental do Brasil.

Um dos principais objetivos do Programa de Metas era o desenvolvimento industrial que impulsionasse o crescimento econômico do país. A construção de Brasília não estava como um dos itens do programa, mas foi considerada como uma meta-síntese. Para o presidente, não era apenas a transferência da capital, Brasília seria uma base para a conquista de imensas áreas no interior do país e um símbolo de esperança nacional, e reforçava o desejo de fazer do Brasil uma verdadeira nação.

A Operação Bananal dentro desse contexto seria, do ponto de vista do presidente, um impulso a mais na direção da Fronteira Ocidental do país, até então pouco conhecida, e faria parte da política de irradiação da ocupação física do território brasileiro.

Kubitschek anunciou a jornada rumo à Ilha do Bananal em maio de 1960 e, portanto, a nove meses do término do seu mandato. No entanto, neste pequeno espaço de tempo promoveu um importante conjunto de obras na Ilha, a fim de torná-la um primeiro ponto estruturado para a prática do turismo selvagem no rio Araguaia. Conforme Cerqueira

---

<sup>1</sup> O interior do país era pouco povoado. Nesse contexto havia um debate clássico entre litoral e sertão, este último concebido como um lugar de ausência e abandono, ocupado pelas forças do progresso e da modernização.

Gonçalves (1984), Oscar Niemeyer elaborou os projetos. À Fundação Brasil Central (FBC) coube o gerenciamento das obras, bem como das ações concernentes às atividades de turismo a serem implementadas na Ilha.

Com o fim do mandato de Juscelino Kubitschek, em 1961, algumas obras ainda foram efetivadas, mas outras ficaram somente no papel. Cerqueira Gonçalves (1984) explica que Jânio Quadros via a Operação Bananal negativamente e, por isso, ela foi retirada de pauta.

A pesquisa em tela analisou a Operação Bananal desde o seu início em 1960 até o momento em que ela foi retirada de pauta no governo de Jânio Quadros, contextualizando com as implicações que podem ter ocorrido na Ilha do Bananal.

Desse modo, elegeu-se o seguinte problema de pesquisa: Como a Operação Bananal influenciou no domínio territorial provocado pelo turismo selvagem no interior do Brasil durante o Governo JK e quais as consequências deste processo para a região e seus habitantes originários? O objetivo geral da pesquisa foi desenvolver um estudo sobre a Operação Bananal e suas influências na ocupação territorial, bem como se desenvolveu o processo de turismo selvagem no interior do Brasil durante o Governo JK. Os objetivos específicos foram: analisar a dinâmica do processo de ocupação territorial do Brasil no século XX, apresentar os principais aspectos morfoclimáticos, história e comunidades indígenas da Ilha do Bananal, identificar os impactos da Operação para os indígenas, analisando os desdobramentos da Operação e a situação atual da Ilha do Bananal.

Posto isso, foi realizada uma análise sobre a intervenção do Estado na ocupação do território por meio da Operação Bananal. Esse trabalho é relevante, pois a Operação Bananal se destaca por suas particularidades na história de ocupação e interiorização no Brasil e são poucas as pesquisas direcionadas a esse tema. Além disso, o estudo sobre a Operação contribui muito para o debate e discussões sobre a dominação e controle do Estado sobre o território brasileiro e as pessoas. É importante destacar o território como uma categoria interdisciplinar de análise e que nesse trabalho o seu conceito se inseriu na abordagem econômica, política e geográfica de ocupação de um território conduzido por ação direta dentro de um plano de um estado brasileiro.

A realização dessa pesquisa se enquadrou no método qualitativo por ser aquele que permite uma análise profunda do objeto de estudo de maneira não estatística, baseada em análise documental. O objeto de estudo é a “Operação Bananal” que ocorreu no governo do presidente Juscelino Kubitschek em 1960 que tinha como objetivo desenvolver a Ilha do Bananal. Ela é a maior Ilha fluvial do mundo e possui uma área de aproximadamente 2

milhões de hectares. Está situada a sudoeste do estado de Tocantins nas divisas com os estados de Mato Grosso, Pará e Goiás. Apresenta grande diversidade biológica e hidrográfica. É banhado pelos rios: Araguaia e Javaés.

Quanto aos fins, a pesquisa teve natureza descritiva e explicativa. É descritiva, pois identificou os fatores que contribuíram para a realização da Operação Bananal e explicativa, pois esclareceu os referidos fatores que foram determinantes para que ela ocorresse.

Como ressalta Minayo (2008, p. 57),

O método qualitativo é adequado aos estudos da história, das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam.

Dessa forma a pesquisa sobre a “Operação Bananal: Domínio Territorial, Turismo e as Populações Originárias no governo Juscelino Kubitschek - 1955-1960” se inseriu perfeitamente na perspectiva qualitativa.

Quanto aos meios a pesquisa foi documental e bibliográfica. Pois foi feita uma análise documental de fontes primárias originais, ou seja, a documentação alusiva à Operação Bananal. A busca de dados ocorreu no acervo da Fundação Brasil Central, atualmente guardado no Arquivo Nacional – Coordenação Regional do Distrito Federal e no Centro de Documentação da Unidade de Ciências Socioeconômicas e Humanas da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

A pesquisa também é bibliográfica, pois utiliza obras para o desenvolvimento do estudo, entre quais as mais importantes são: de autoria do ex-presidente Juscelino Kubitschek, a obra intitulada 50 anos em 5: meu caminho para Brasília, volume III, e outra, de autoria do Cel. Nélio Cerqueira Gonçalves, intitulada J. Kasos e Kasos sem J.

À vista disso, a metodologia desta consistiu, em um primeiro momento, no levantamento, organização e análise de documentos (orçamentos, decretos, relatórios, ofícios, memorandos) originais produzidos pela Fundação Brasil Central, concernentes à Operação Bananal; a segunda, no exame das obras acima citadas, bem como no estudo de bibliografia alusiva ao governo do presidente Juscelino Kubitschek e sobre a ocupação territorial do Brasil no século XX.

O capítulo 1 analisou o domínio territorial no Cerrado, iniciando pela ocupação da ilha do Bananal, a integração e ocupação do território na região do Brasil Central com destaque para a atuação da Fundação Brasil Central e o Governo de JK com o programa Plano de

Metas, a construção de Brasília e a Operação Bananal como partes da política de integração na nacional.

Ainda no primeiro capítulo, foi retratado as características dos termos Cerrado e sertão, e a relação do Cerrado, Estado e globalização analisando o Cerrado no contexto da globalização e práticas liberais.

O capítulo 2 abordou a Operação Bananal, como ocorreu essa antiga ideia de colonização, as características e as estratégias desse programa e o abandono das obras realizadas na ilha. Retratou também a administração paralela vigente durante o governo de Juscelino Kubitschek como forma de tratar os aspectos financeiros para a Operação Bananal. Também analisou como foi o fim da Operação, os procedimentos tomados sobre as propriedades e serviços da FBC na ilha do Bananal e as consequências desse programa para a biodiversidade da Ilha e para as populações indígenas.

No capítulo 3, discute-se a história, o ambiente e as populações originárias da ilha do Bananal, abordou também a ocupação do território dos povos indígenas desde as bandeiras paulistas, a colonização e disputas pelo território com a criação do Parque Nacional do Araguaia e as terras indígenas no Araguaia. Analisou também os impactos da Operação Bananal para a vida dessas populações, por meio de um contato maior dos não indígenas com os indígenas.

## CAPÍTULO 1

### DOMÍNIO TERRITORIAL NO CERRADO

A Ilha do Bananal, conforme o Mapa 1, está situada a sudoeste do estado de Tocantins. Ela é a maior ilha fluvial do mundo e possui uma área de aproximadamente 2 milhões de hectares. Faz divisa com os estados de Mato Grosso, Pará e Goiás, numa região de transição dos dois maiores domínios morfoclimáticos do Brasil, a Amazônia e o Cerrado. Apresenta grande diversidade biológica e hidrográfica. É banhada pelos rios Araguaia e Javaés e existem no interior da ilha os rios Randitoró, Riozinho e Mercês.

Segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, IBAMA (2001, p.2), “a Ilha do Bananal atualmente está dividida em uma Unidade de Conservação: o Parque Nacional do Araguaia abrangendo cerca de  $\frac{1}{4}$  da Ilha e uma Área Indígena do Araguaia com os  $\frac{3}{4}$  restantes”.

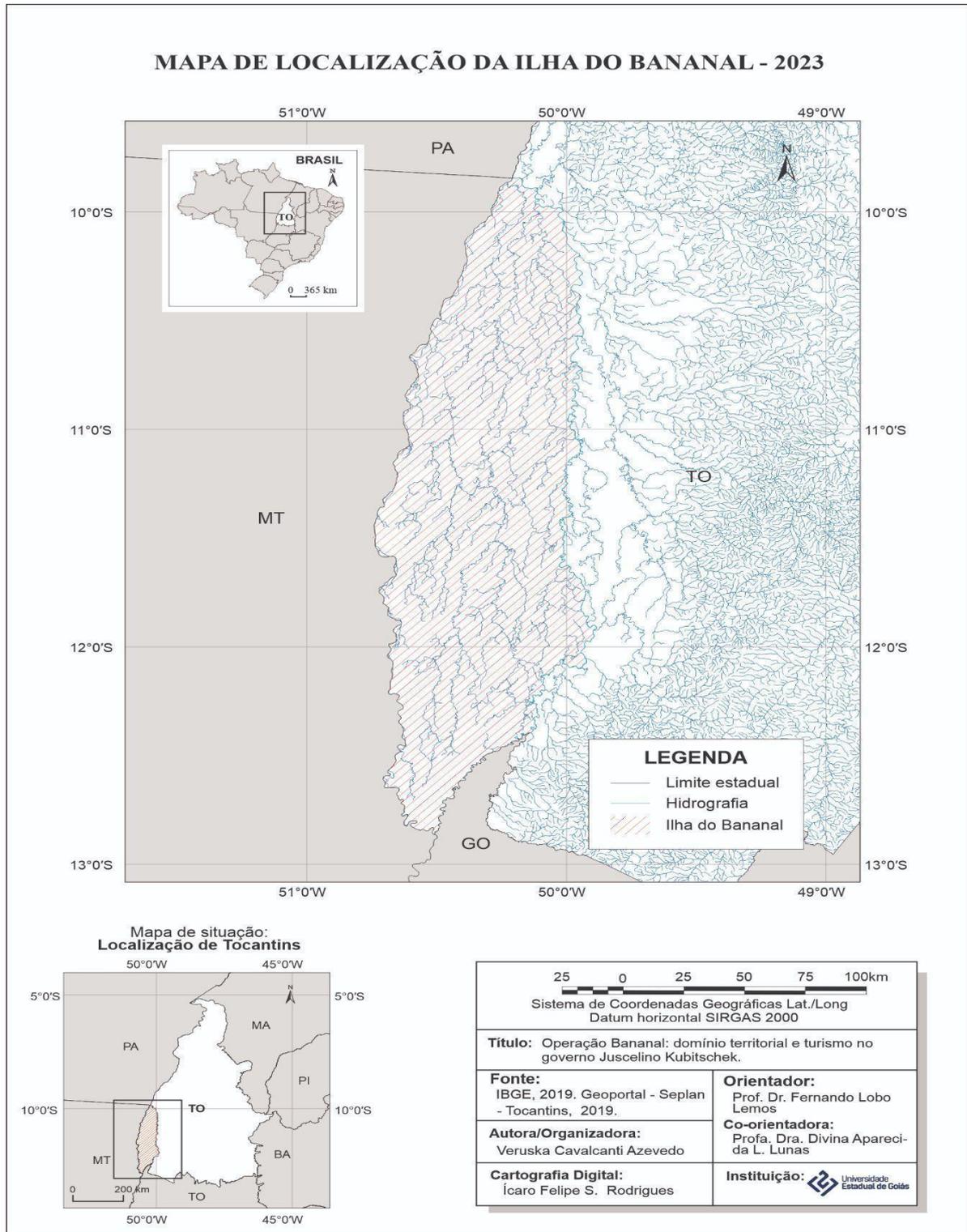
O Parque Nacional do Araguaia (PNA) foi criado no governo de Juscelino Kubitschek pelo decreto presidencial nº 47.570, de 31/12/59, subordinado à Seção de Parques Nacionais de Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. O PNA é uma das áreas de proteção integral que compõem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), se situa em uma faixa de transição entre Cerrado e Amazônia com predominância do primeiro.

Segundo o IBAMA (2001), a planície do Bananal corresponde a áreas de terrenos quaternários. As condições climáticas relacionam-se com a configuração da Bacia Araguaia-Tocantins com constância das massas de ar equatorial continental, quentes e úmidas, associadas à zona intertropical de convergência. A temperatura média anual é de 26°C, sendo considerada uma região úmida. Ocorrem inundações que podem durar 4 meses, entre dezembro e março, acompanhando o ciclo das chuvas. O que contribui para uma maior biodiversidade. O relevo da Planície do Bananal é plano com raros morros residuais, o que contribui para que grandes áreas sejam inundadas.

A malha hídrica da ilha é significativa, conta com nascentes, rios perenes e lagos. Existem cerca de 200 lagos no interior do Parque Nacional. Pode-se destacar o rio Araguaia e sua importância ecológica, geopolítica e econômica. Ele corta o território central do Brasil e abrange o Cerrado e a Floresta Amazônica (IBAMA/2001).

A vegetação é bem diversa devido à planície do Bananal se localizar entre a Amazônia e o Cerrado. Ela varia de acordo com o relevo, a diversidade dos solos e a intensidade das enchentes. Existe uma grande distribuição de fitofisionomias do Cerrado.

**Mapa 1 - Localização da Ilha do Bananal**



Fonte: IBGE (2022). Organização da autora.

Márcia Helena Lopes (2019) destaca que no PNA a fisionomia do Cerrado é predominante nas formações florestais, savânicas e campestres, mas que as espécies amazônicas ocorrem atreladas às formações florestais cerradenses. Conforme o Mapa 2, que apresenta a planície da ilha do Bananal, a flora do Parque Nacional do Araguaia, na última listagem realizada em 2001, contava com 550 espécies e 100 famílias botânicas.

Nas áreas inundáveis, mais baixas, prevalecem as plantas herbáceas como as gramíneas, e nos terrenos mais altos ocorre uma gradativa transição para as arbustivas. As formações florestais encontram-se nos terrenos mais próximos de rios e lagos. Nas áreas pouco propensas a inundações prevalece uma vegetação típica do Cerradão. (IBAMA, 2001)

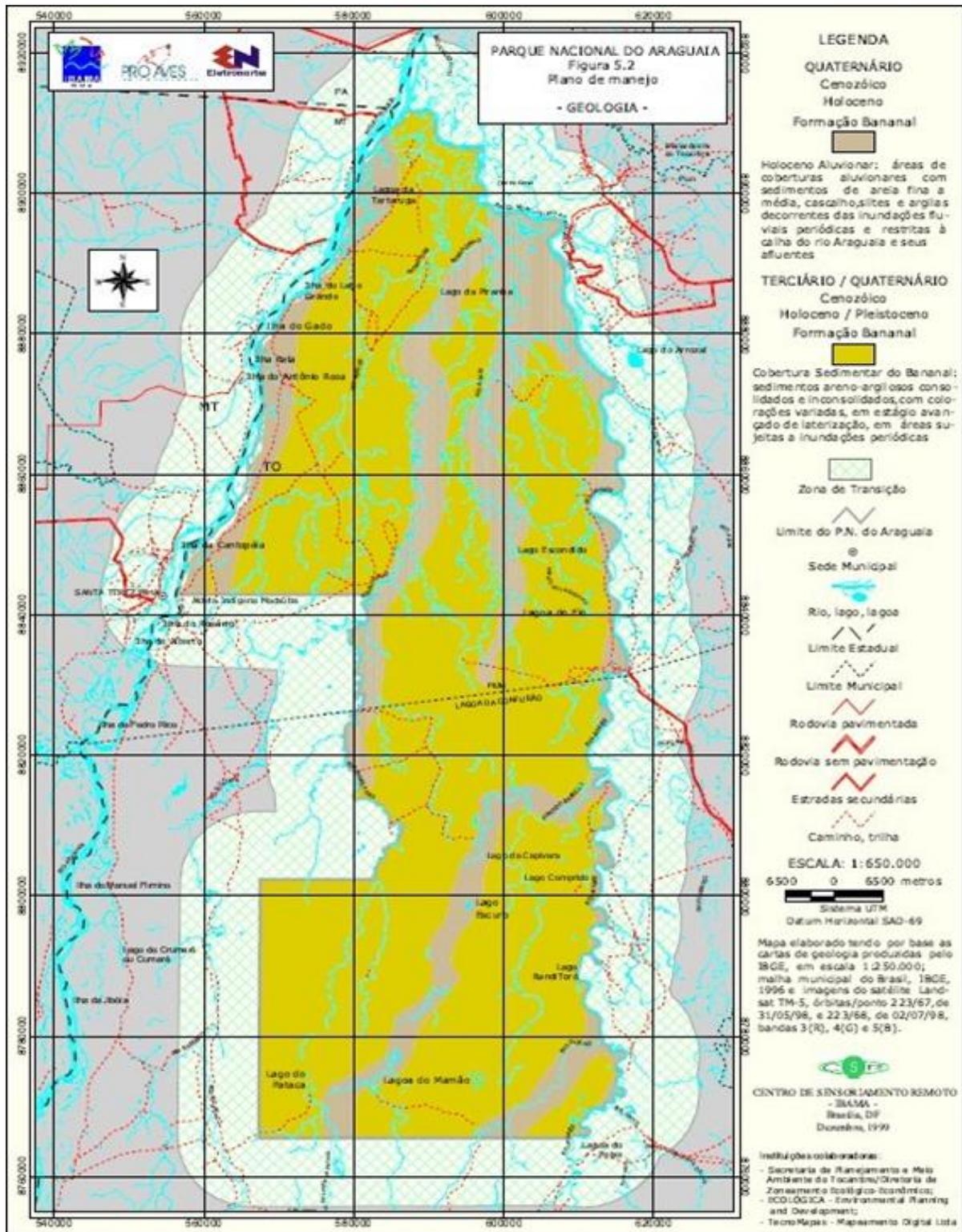
A fauna aquática de vertebrados é bem diversa. A ictiofauna, conjunto de espécies de peixes, possui cerca de 300 espécies. Em relação a amazônica, que contém em torno de 2000 espécies catalogadas, não seria muito grande, mas possui espécies raras, como as da família Rivulidae, pertencendo aos gêneros *Spectrolebias*, *Plesiolebias*, *Symponichthys*, *Maratecoara*, *Trigonectes* (IBAMA/2001). A pesca na região tem grande importância comercial e de subsistência. Vários peixes contam com grande apreciação comercial, como o pirarucu (*Arapaima gigas*), o maior peixe de escamas de água doce do Brasil.

De uma forma geral, a herpetofauna, anfíbios e répteis, é típica do Cerrado com exceção de algumas espécies, que são típicas da Amazônia. No levantamento coletaram duas espécies de jacaré, três de tartarugas, oito de serpentes, nove de lagartos e dezessete de anfíbios. Os maiores répteis são os jacarés, estão presentes no PNA os da espécie *Caiman crocodilos* (jacaretinga) e *Caiman niger* (jacaré-açu). O levantamento feito por Guarino Collico, do Plano de Manejo do PNA, incidiu com as cheias dos rios Araguaia e Javaés o que limitou o acesso ao interior do parque. Dessa forma, muitas espécies não foram amostradas (IBAMA/2001).

O PNA apresenta 219 espécies de aves. Mas, de acordo com levantamento bibliográfico, pode existir a presença de mais 102 espécies no Parque Nacional do Araguaia. (IBAMA, 2001). As aves representam um grande atrativo devido a sua incrível beleza e estímulo ao ecoturismo, como a observação de pássaros. Devido a área úmida o PNA possui muitas aves aquáticas, como as garças.

A mastofauna, mamíferos, da região da ilha do Bananal é pouco conhecida. Os mamíferos no PNA são em sua maioria espécies de Cerrado, com exceção dos primatas, em que três das quatro espécies registradas são da Amazônia e a outra dos dois biomas (Cerrado e Amazônia). Outros mamíferos raros, mas também amazônicos são a preguiça (*Bradypus variegatus*), o tamanduá (*Cyclopes didactylus*) e o coatipuru (*Sciurus* sp). (IBAMA, 2001).

Mapa 2 - Planície do Bananal



Fonte: IBAMA/Plano de Manejo (2001)

Foram registradas 15 espécies de pequenos mamíferos não voadores. Os mamíferos de médio e grande porte foram 18 espécies. Os pesquisadores observaram rastros de onça-

pintada, que são felinos raros e ameaçados de extinção. Os botos também foram vistos nos rios Araguaia e Javaés. (IBAMA, 2001).

### **1.1. A OCUPAÇÃO DA ILHA DO BANANAL**

Márcia Helena Lopes (2019) afirma que o povo Iny-karajá são os habitantes mais antigos da Ilha do Bananal e do Médio Araguaia. Acredita-se que, muito antes da conquista portuguesa na América, os Karajá já viviam nesta região. Segundo a autora, o desbravamento do vale do Araguaia iniciou com as expedições bandeirantes no final do século XVI em busca de metais preciosos e no século XVII os jesuítas também desbravaram a região do Araguaia com o objetivo de converter ao cristianismo o maior número de nativos possível.

A Coroa portuguesa delegou aos jesuítas a tarefa de pacificar e catequizar os indígenas para que fossem adaptados ao modo de vida do colonizador. No início os indígenas Karajá na ilha do Bananal resistiram a catequização, mas com o tempo se tornaram menos resistentes aos religiosos (Lopes, 2019).

Durante os séculos XVII e XVIII o afluxo de bandeirantes no Araguaia foi intenso, a descoberta de ouro na Serra Dourada motivou a ocupação e colonização do futuro território de Goiás. A ocupação ocorreu de forma descontínua e concentrada seguindo o fluxo do ouro. Apenas as localidades mineradoras possuíam algum desenvolvimento e aumentavam o afluxo populacional. Fora do eixo da mineração, a região do médio rio Araguaia e sua ilha fluvial, a ilha do Bananal, permaneceu povoada quase que exclusivamente por populações indígenas, devido à ausência de minérios que gerassem interesse mercantil.

Na região das minas os indígenas representavam um entrave para a ocupação econômica do território. Logo, sob a justificativa da importância da colonização, surgiram as chamadas “guerras justas”, o que provocou o seu extermínio e cativo. Os Karajá e Javaé receberam influência indireta da colonização, pois seu território não foi explorado pela mineração, mas receberam outros grupos indígenas como os Tapirapé e Xavante, que migraram para o Araguaia fugindo dos caçadores de indígenas (LOPES, 2019).

A autora aborda que em 1775, seguindo as diretrizes do Marquês de Pombal, o governador D. José de Almeida organizou uma bandeira de pacificação para a ilha do Bananal e a rebatizou para “Ilha de Sant’Anna” em homenagem à santa católica. No ano seguinte foi fundado o presídio São Pedro do Sul e o aldeamento Nova Beira, o que representou a primeira presença do Estado na ilha do Bananal. Essas construções eram para incentivar a navegação e estimular o povoamento da região, mas tiveram um curto prazo de existência.

Com o declínio do ouro, no fim do século XVIII, houve uma busca pelas atividades agropecuárias para compor a economia. Com a política de abertura da região para a agropecuária, a ilha do Bananal se tornou um local estratégico para a navegação do Araguaia. Porém, não encontrou o impulso esperado, por ser uma região isolada e sem moradores ou povoados.

No século XIX o império, em busca da viabilidade da navegação fluvial incentivou com isenção fiscal e ajuda financeira os agricultores a se fixarem na região do rio Araguaia e determinou a criação de novos aldeamentos para os indígenas. Para isso, basearam-se no antigo sistema pombalino de não confinamento dos indígenas para favorecer o convívio interétnico, que tinha como objetivo organizar aldeias agrícolas com fomento às atividades produtivas. Foram criados alguns aldeamentos às margens do Araguaia e em 1850 foram construídos os presídios de Santa Isabel, no interior da ilha do Bananal, e de Santa Leopoldina, na margem direita do rio. (Lopes, 2019).

Apesar dessas medidas não houve mudanças significativas, então, a partir de 1850 o governo provincial direcionou seus esforços para a navegação do rio Tocantins. Anos depois o presidente da província de Goiás, José Vieira Couto de Magalhães, acreditava que o progresso estava ligado ao Araguaia. Para isso, organizou a introdução do barco a vapor, recuperou antigos presídios e fundaram novos, além de incentivar a mudança de novos moradores para o Araguaia.

Em 18 de setembro de 1850 foi sancionada a Lei de Terras, que buscou regulamentar a questão fundiária no país e a terra só poderia ser adquirida através da compra. Lopes (2019) ressalta que no século XIX os fortes militares foram os instrumentos para a expansão da fronteira para o oeste, Leopoldina e Santa Maria eram as aglomerações populacionais mais importantes do Araguaia. Todavia, essas atitudes não produziram os efeitos esperados, a ocupação continuou descontínua e com baixa densidade demográfica. Apesar de todas as tentativas de colonização, os indígenas continuavam sendo maioria em relação aos sertanejos e a Ilha do Bananal voltou a ser habitada exclusivamente por indígenas.

No século XX a pecuária começou a ter muita relevância na planície mato-grossense do médio Araguaia. Segundo Lopes (2019), o primeiro registro da presença de boiadas na ilha do Bananal é de 1921. Surgiram pequenos núcleos urbanos a partir de 1920 na região e a pecuária se tornou a principal atividade econômica da ilha.

O poder do Estado refletia na ilha por meio do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) com os postos indígenas. O órgão foi criado pelo Estado republicano, em 1910 e teve seu

primeiro diretor e um dos seus idealizadores, Cândido Mariano da Silva Rondon e consistia em “civilizar” os índios. O SPI instalou fazendas para retireiros e introduziu atividades agropastoris para os indígenas, mas eles não se adaptaram. Depois contrataram mão de obra não indígena para o trabalho em uma fazenda modelo que mantinham no interior da ilha do Bananal e passaram a arrendar terras para sertanejos locais. Essas medidas atraíram criadores de gado e posseiros para a Ilha (Lopes, 2019).

Durante o Estado Novo (1937-1945), no governo do presidente Getúlio Vargas, houve uma política de interiorização com a Marcha para o Oeste, que fomentou a ocupação da ilha do Bananal. O Major Ângelo Nogueira Valente e Adolpho Pinto Pacca protocolaram na Secretaria da Presidência da República uma solicitação formal para a criação de uma colônia agrícola no interior da ilha do Bananal. Mas o governo não quis redirecionar as atividades da Expedição Roncador-Xingu e a ilha do Bananal foi utilizada como base de apoio logístico das operações, com a instalação de uma base da Força Aérea Brasileira (FAB) na parte mais alta da ilha (Lopes, 2019).

No final da década de 1920 houve a formação de pequenos núcleos urbanos na região do Bananal devido à pecuária, que continuou como a principal atividade econômica da ilha. Surgiu São José do Cocalinho em 1928 (atual Cocalinho - MT), Furo da Pedra em 1930 (atual Santa Terezinha – MT), Lagoa da Confusão em 1933 (atual Lagoa da Confusão – TO), Mato Verde em 1934 (atual Luciara – MT) e Santa Maria das Barreiras em 1937 (atual Santana do Araguaia – PA). A Marcha para o Oeste contribuiu para o crescimento desses núcleos urbanos (Lopes, 2019).

## **1.2. INTEGRAÇÃO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO: A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL E O PLANO DE METAS**

Durante o século XX existia o desejo do governo, por meio de projetos de gestão do Estado, de ocupar as terras consideradas “vazias”, vistas como áreas pouco povoadas do território brasileiro, que faziam parte da chamada política de integração nacional.

Como visto esse território não era vazio, pois o território nacional já se encontrava ocupado por populações sertanejas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, agricultores familiares, entre outros. O território não é estático, vazio, não há uma ocupação, mas sim uma desterritorialização.

Segundo Maciel (2015), durante a II Guerra Mundial surgiu entre as nações mais poderosas a ideia de que as áreas “vazias” do planeta deveriam ser ocupadas em benefício da humanidade, criando condições para que fossem povoadas e produzissem riquezas. As regiões Centro-Oeste e Amazônica eram tidas como pouco povoadas e, portanto, encaixavam-se nessas teses. Após a instauração do regime do Estado Novo, o governo federal iniciou medidas e políticas territoriais para integrar as regiões “vazias” à federação nacional e criou o programa "Marcha para o Oeste”, que tinha como objetivo ocupar e integrar esses territórios.

No governo Vargas houve um intenso debate geográfico sobre políticas de ocupação territorial. Segundo Maia (2019), a Marcha surgiu em um contexto em que esse debate era muito presente entre as elites econômicas e políticas. Periódicos explanavam sobre maneiras de realizar a integração do país e a consequente ampliação do poder do Estado sobre o território brasileiro. Inclusive, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi criado em 1938.

A Marcha para o Oeste contou com recursos econômicos e financeiros públicos destinados a ela e com investimentos particulares, principalmente de empresários paulistas. Orlando e Cláudio Villas-Bôas (2012) destacam algumas das empresas privadas como a de Sinhá Junqueira, fazendeira de Ribeirão Preto, que doou 90 mil litros de álcool motor; a São Paulo Alpargatas, que deu 2.000 m de lona; a Cia. Antarctica, que contribuiu com bebidas; e a Armour e a Swift, que doaram alimentos.

Em saudação ao povo brasileiro, em um discurso na virada do ano em 1937, Vargas falou sobre os ideais do regime do Estado Novo e as expectativas sobre o oeste do Brasil. Segundo ele,

O verdadeiro sentido de brasilidade é a marcha para oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: os vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das estradas de terra, o metal com que forjara os instrumentos da nossa defesa e de nosso progresso industrial. (VARGAS, 1938, p.124).

Se lido nas entrelinhas, o discurso de Vargas revela que a Expedição Roncador-Xingu deu continuidade ao processo de colonização de modelo europeu iniciado, sobretudo, no século XVIII, e agora transformado no discurso da modernidade, da modernização, da industrialização, da tecnologia e da civilização.

O presidente mobilizou o país na sua campanha em busca da expansão para o oeste. A marcha seria um símbolo do discurso de integridade territorial do Brasil e justificaria o autoritarismo do Estado em relação ao território com forte apelo nacionalista. Oliveira,

Velloso e Gomes (1982, p. 33) explicam que “o novo regime deveria voltar-se para as nossas origens, para as raízes brasileiras, verdadeira matéria-prima nas mãos do novo artesão”.

Para realizar o programa de interiorização, o governo federal adotou certas medidas, como a criação da Coordenação de Mobilização Econômica, órgão que funcionava como um ministério. João Alberto Lins de Barros foi escolhido para dirigir a CME. Com o objetivo de realizar uma grande estrutura de penetração do Araguaia e do Xingu, foi criado no dia 3 de junho de 1943, por meio da Portaria nº 77 da Coordenação de Mobilização Econômica a chamada Expedição Roncador-Xingu. De acordo com o documento de sua criação, a expedição deveria “criar vias de comunicação através do interior do país”. (BRASIL, PORTARIA nº 77 de 03/06/1943). No mapa 3, pode-se observar o roteiro original da Expedição Roncador-Xingu.

Maciel (2011) explica que a finalidade da ERX consistia em realizar uma rota terrestre, aérea e de rádio comunicação entre as cidades do Rio de Janeiro e Manaus. A direção da Expedição coube ao tenente-coronel Mattos Vanique que ficou no cargo até 1948, sendo substituído em 1949 por Orlando Villas Bôas.

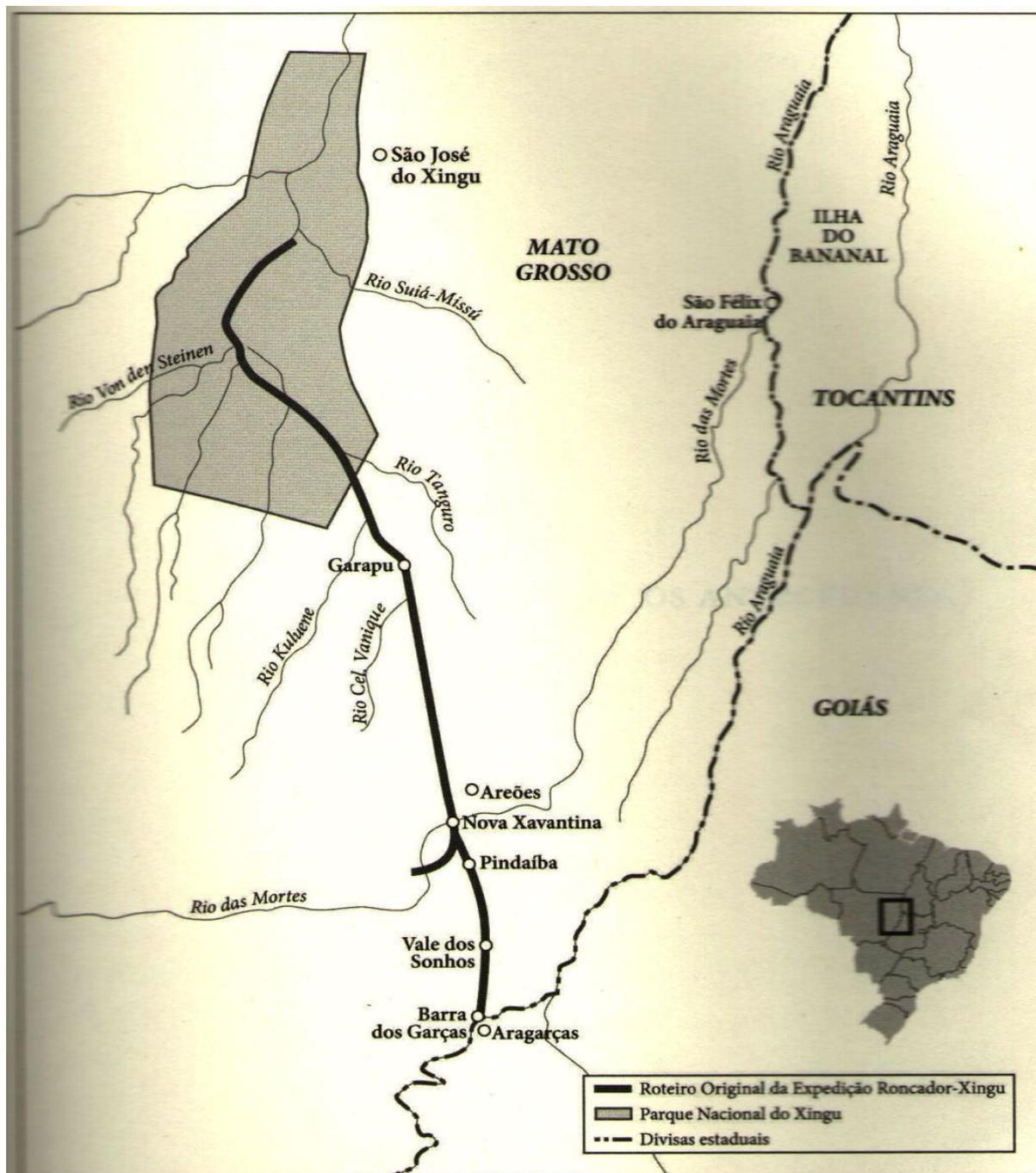
Por meio do decreto n. 5.878, de 04 de outubro de 1943, criou-se a Fundação Brasil Central (FBC) que, segundo Maciel (2011), tinha como tarefa prioritária proporcionar condições para que fosse cumprida a missão da Expedição Roncador-Xingu com o objetivo principal de desbravar e colonizar o Brasil Central, área compreendida às margens dos rios Araguaia e Xingu. A presidência da FBC coube ao próprio ministro João Alberto Lins de Barros.

Durante a ERX existiam as equipes da vanguarda e da retaguarda, que são mencionadas no diário da expedição pelos irmãos Villas Bôas (2012). A vanguarda era composta pela ERX, que iria a frente desbravando os espaços e abrindo caminho; e a retaguarda ficaria a cargo da FBC, que viria implantando infraestrutura e núcleos populacionais nos locais marcados pela Expedição.

O Estado Nacional buscou desenvolver determinados espaços ocupados e por isso estabeleceu uma política de incentivo ao trabalho e ao trabalhador nacional, o que se associou ao movimento da Marcha para o Oeste. Segundo Gomes (1982), o Brasil vivia uma situação de desequilíbrio entre os trabalhadores urbanos e rurais, estes se encontravam em situação de abandono. A Marcha caracterizava esse incentivo ao trabalho, principalmente do trabalhador rural. Entretanto, essa política sobre o trabalho fazia parte de uma estratégia ideológica do

Estado para a construção de uma imagem de nação como um corpo em que todos seriam participantes, afinal, a expansão das fronteiras seria algo coletivo.

**Mapa 3 – Roteiro original da Expedição Roncador-Xingu**



Fonte: Villa Bôas (2012).

Os integrantes da ERX fizeram várias pistas de pouso, montaram acampamentos a cada mudança de local, fizeram ranchos, deram nomes aos córregos. Foi cedido um avião Focke-wulf pelo Ministério da Aeronáutica para a FBC (GALVÃO, 2014), fundamental para

o andamento da expedição, pois possibilitou o recebimento de diversos gêneros necessários para que o trabalho continuasse. Instalou-se uma estação de rádio por meio da qual os Villas Bôas<sup>2</sup> podiam se comunicar e receber notícias. Durante toda a expedição houve vários problemas com o rádio, que hora ou outra parava de funcionar. Médicos iam até o acampamento para cuidar dos doentes, não só dos expedicionários como dos indígenas também (VILLAS BÔAS, 2012).

Em 1947, os expedicionários chegaram ao Xingu, exploraram a região, instalaram o acampamento e iniciaram a construção de uma pista de pouso. A impressão que os Villas Bôas (2012) tiveram da região do Xingu foi de um local inexplorado e vasto, com rios e inúmeras nações indígenas desconhecidas, densas matas, ausência de morros e serras e fauna riquíssima. Os Villas Bôas (2012, p.53) retrataram a região do Xingu:

O Alto Xingu, bem no centro do país, é uma extensa planície quase toda coberta de mata. Vista do avião, é como um enorme tabuleiro cortado por sinuosos rios de água clara. Na parte sul, os grandes varjões e os últimos cerrados marcam a transição dos descampados do Brasil Central para a mata compacta e contínua da hileia amazônica.

Durante a jornada a Expedição Roncador-Xingu, abriram-se cerca de mil e quinhentos quilômetros de picadas, onde surgiram quarenta e duas vilas e cidades, foram construídos dezenove campos de pouso, dos quais quatro se tornaram bases militares, servindo de controle de tráfego aéreo (VILLAS BÔAS, 2012).

A Fundação Brasil Central, responsável pelas atividades da retaguarda da ERX, segundo Maciel (2011), era subordinada diretamente à presidência da República e possuía dupla natureza jurídica sendo uma entidade de direito público e direito privado. Isso proporcionava muita liberdade para a realização das suas ações. Porém, como afirma Maciel (2015, p. 248- 249), a incumbência prioritária da FBC seria “a de absorver a Expedição Roncador-Xingu, aí compreendidos tanto sua missão, quanto os recursos materiais de que fora dotada e o pessoal recrutado para nela atuar”.

A FBC montava a infraestrutura das regiões exploradas. Dentre as principais atividades de infraestrutura que eram promovidas por esta instituição, destacam-se: a construção de bases de operações, de aeroportos, de rodovias, de pequenas indústrias, estabelecimentos comerciais, instalação de sistema de radiocomunicação, de serviço de correios, entre outros. Esses elementos contribuíram para a fundação de núcleos urbanos que

---

<sup>2</sup> Participaram da Expedição Roncador-Xingu e em 1948 Orlando Villas Bôas substituiu o tenente-coronel Mattos Vanique na direção da ERX.

se transformaram em cidades (Aragarças e Xavantina, hoje localizadas em Goiás e Mato Grosso, respectivamente).

A FBC também exerceu controle sobre algumas empresas, como: Entrepostos Comerciais FBC Ltda, com sede em São Paulo e filiais em Minas Gerais, Goiás e Pará; a Transportadora Amazonas Ltda, em Belém, no Estado do Pará; a Usina Central Sul-Goiana S.A., em Santa Helena, no Estado de Goiás; a Usina Fronteira S.A., localizada no município de Frutal, em Minas Gerais; a Estrada de Ferro Tocantins (EFT), localizada no Pará. A administração da EFT foi conferida à FBC pela União Federal. (MACIEL, 2011).

Esse controle da FBC é um exemplo de expansão institucional em rede, cuja prática pode ser associada ao conceito proposto por Haesbaert (2014), em que o território possui uma concepção mais “zonal” e um “território-rede”. Os territórios de tipo zonais seriam mais demarcados na proximidade geográfica, como por exemplo os Estados Nacionais. Os territórios de tipo rede seriam como as empresas controladas pela Fundação, descontínuos e dinâmicos, caracterizando a extensão de seu controle sobre o território.

Além dessas atividades empresariais, Maciel (2011) explica que a FBC atuou até mesmo em setores como pecuária, hortifruticultura, exploração de madeiras, apicultura, hotelaria, bares, serviços hospitalares, restaurantes, transportes de cargas e passageiros, cinema, serrarias, beneficiamento de cereais, fábrica de cal, fábrica de formicida, entre outros.

A área de atividade da FBC não tinha limites bem definidos. A portaria mencionava como sua área de atuação o Brasil Central e Ocidental, mas essas regiões não existiam de forma clara na divisão regional brasileira. De acordo com os pioneiros da Expedição Roncador Xingu, Leonardo, Orlando e Cláudio Villas Bôas (2012, p. 52), à região do Brasil Central corresponderia:

O grande sertão do Brasil Central, compreendido entre o rio Araguaia e seus afluentes da esquerda, a leste, o Tapajós com seus formadores a oeste, os chapadões mato-grossenses ao sul, e uma linha correspondente aproximada ao paralelo 4 (latitude sul) que corta aqueles rios na altura dos seus grandes encachoeirados, com uma área de aproximadamente um milhão de quilômetros quadrados.

O decreto-lei n. 7561, de 18 de maio de 1945, conferiu à FBC amplos poderes de “acumulação territorial”, que se beneficiava da própria indefinição geográfica dessas regiões. O decreto Maia (2019) explica que ela foi uma agência estatal que combinou autoritarismo e territorialização do espaço como forma de produzir a ação, o discurso e a legitimação do Estado nas sociedades.

Houve confrontos, em especial após a queda do Estado Novo, entre a FBC e as populações locais, que sofreram com as atitudes da agência, como cobrança excessiva de impostos, ameaças de agressão física, apropriação de recursos, invasões de limites legais de terrenos, entre outros. (MAIA, 2019). Percebe-se que essas relações de força e poder, lutas às vezes informais, esquecidas à margem da ação do Estado podem ser percebidas nos interstícios, nos entre-lugares, nas brechas deixadas pelas práticas formais-legais.

Segundo Maia (2019), a territorialização da FBC ocorreu com violência e autoritarismo e a situa na longa história da acumulação territorial promovida pelo Estado Brasileiro. Dessa forma, a FBC seria uma agência estatal que levaria a efetivação prática da intervenção do Estado nas áreas “vazias”.

O governo de Juscelino Kubitschek continuou a ocupação territorial pelo Estado, pois, segundo o presidente, a busca pela integração nacional era essencial para o desenvolvimento do país. Kubitschek foi eleito presidente da República em 1955, juntamente com o vice-presidente João Goulart. Ele buscou uma profunda intervenção econômica no país por meio de uma política nacional desenvolvimentista, pois acreditava que o Brasil só conseguiria seguir o caminho do desenvolvimento por meio da industrialização. Neste aspecto, segundo Ianni (1991, p. 142),

O poder público passara a atuar no sistema econômico do país lançando mão de todos os recursos disponíveis. Essa atuação destinou-se a acelerar o desenvolvimento econômico, particularmente a industrialização, e a impulsionar o setor privado nacional e estrangeiro.

Acompanhando a estratégia de crescimento econômico do país por meio da política desenvolvimentista, o governo JK criou o Plano de Metas, o qual tinha como lema “Cinquenta anos em 5”, ou seja, pretendia desenvolver o país cinquenta anos em apenas cinco de governo. O Plano de Metas consistiu no investimento em cinco setores fundamentais da economia: energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação. Essas metas eram baseadas em setores de infraestrutura e de substituição de importações. O programa tinha um planejamento setorial e não global da economia brasileira, quer públicos, quer privados, e chegou a englobar um quarto da produção nacional. A equipe de ação era chefiada por Lucas Lopes, que tinha participado da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

Kubitschek também incentivou a entrada de capital estrangeiro no país. Segundo Ianni (1991), o Plano de Metas necessitava de capital e tecnologia estrangeira e era preciso garantir as condições para que isso ocorresse. As multinacionais levaram, em maior escala, a internacionalização da economia brasileira. JK recebeu duras críticas dos movimentos

nacionalistas, mas era um defensor de que somente os investimentos estrangeiros iriam tirar o Brasil do atraso. Conforme Arend (2009, p. 134), a presença do capital estrangeiro provocou mudanças de curto e longo prazo na economia brasileira:

Note que o ideário não deixa de ser desenvolvimentista, mas deixa de ser nacionalista e preocupado em cristalizar os centros internos de decisão. Também, a transformação abrupta da matriz industrial brasileira, a forte presença do capital estrangeiro nos setores dinâmicos do processo de industrialização e a ruptura com a estratégia nacional de desenvolvimento encabeçada pelo governo Vargas, tanto trariam efeitos imediatos quanto exerceriam impactos na dinâmica de longo prazo na economia. A política econômica nacional teria que lidar agora com um novo arranjo de forças, já que os setores dinâmicos do processo de industrialização, internalizados, estavam de posse do capital internacional.

Percebe-se que houve uma ruptura com o declínio da importância do aspecto nacionalista por meio das novas convicções do governo JK. Durante o período de 1956 a 1961 houve crescimento econômico real no Brasil. Skidmore (2007, p. 204) afirma que a “[...] produção industrial cresceu 80% (em preços constantes), com as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias de aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicação (380%) e indústrias de equipamentos de transportes (600%)”.

Apesar de ter alcançado crescimento econômico, isso causou dificuldades para os governos seguintes, tais como: inflação, deterioração das contas públicas e endividamento externo. Entre a segunda metade de 1958 e a primeira de 1959, os sintomas de desequilíbrio econômico apareceram, pois, o governo estava perdendo o controle de seus gastos e se negava a comprometer seus planos de industrialização. O presidente não aceitava as recomendações de seus conselheiros quanto à redução de gastos, inclusive sobre as grandes quantias despendidas com a construção de Brasília e não demonstrava estar preocupado com os *déficits* orçamentários que aceleravam a inflação.

### **1.3. BRASÍLIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E A OPERAÇÃO BANANAL**

A construção da nova capital não estava como um dos itens do Plano de Metas, mas foi considerada como uma meta-síntese do governo JK. Transformando-se em um símbolo de esperança nacional, Kubitschek reforçava o desejo de fazer do Brasil uma verdadeira nação. Os projetos urbanísticos e arquitetônicos de Brasília contribuíram para criar um sentimento de modernidade e desenvolvimento.

Assim, a construção de Brasília se tornou prioridade e para JK não seria apenas a transferência da capital, mas sim uma base para a realização da integração nacional. Em suas próprias palavras,

Em meados de 1958, concentrei minha atividade no problema de realizar a integração nacional. Foi aí que surgira Brasília. Era a motivação dessa política. Seria a base, o ponto de apoio de uma complicada estrutura, através da qual se processaria a consolidação do país num todo socioeconômico (KUBITSCHKEK, 1978, p. 184-185).

A integração nacional seria então realizada por meio de uma rede de estradas a partir de Brasília. O presidente acreditava que o país não iria se desenvolver se permanecesse restrito à área litorânea: “Tive, então, a visão do que deveria ser feito. Rasgaria um cruzeiro de estradas, demandando os quatro pontos cardeais tendo por base Brasília” (Kubitschek, 1978, p. 125).

Daquela rede, a parte mais difícil a ser construída era a que faria a ligação da nova Capital com a região Norte, a rodovia Belém-Brasília. As questões administrativas e técnicas seriam complexas. Diante disso, o presidente convidou Bernardo Sayão para liderar a empreitada. Pois o engenheiro já atuava desde o governo de Getúlio Vargas nesse setor, quando recebeu a incumbência de implantar em Ceres (Goiás) uma colônia agrícola.

A transferência da capital federal para a região central do país foi para JK um dos fatores mais importantes no sentido de favorecer a ocupação do território e a integração nacional. Desde a emancipação política do Brasil, em 1822, falava-se na construção de uma nova capital no interior do país. Mas foi no governo de Kubitschek que o surgimento da capital saiu efetivamente do papel.

Os intelectuais que pensaram o Brasil durante os anos JK, como os do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), acreditavam na inexistência da nação brasileira e reforçaram que era necessário construí-la. O ISEB, criado em 1955, foi um centro de estudos políticos e sociais que analisava a realidade brasileira visando o desenvolvimento nacional. Segundo Oliveira (2006), intelectuais como Roland Corbusier<sup>3</sup> apontavam que a nova capital seria uma maneira de construir verdadeiramente a nação e unificar internamente o país, e esse desejo foi expresso na ideia de “vazio” constantemente relatado por JK. Havia uma clara ligação entre o discurso de JK e a obra de Corbusier.

O Brasil, por sua história colonial e dependente, não tinha ainda uma unidade nacional. Para Corbusier, o país não tinha sociedade nem povo brasileiro, e propôs um conjunto de ideias que tinha como tema base a integração e a construção da nação por meio da transferência da capital e a construção de Brasília (Oliveira, 2006).

JK acreditava que a construção de Brasília não seria apenas a transferência da capital, mas uma base para a conquista de imensas áreas no interior do país. Ele almejava realizar a

---

<sup>3</sup> Foi presidente do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) entre 1955 e 1959.

integração nacional do Brasil por meio de uma rede de estradas a partir de Brasília. Em 1960 durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1960), iniciou-se a chamada Operação Bananal, que tinha por objetivo colonizar e desenvolver a ilha do Bananal.

A Operação Bananal seria, do ponto de vista do Presidente, um impulso a mais na direção da Fronteira Ocidental do país, até então pouco conhecida, e faria parte da política de irradiação da ocupação física do território brasileiro. Kubitschek anunciou a jornada rumo à Ilha do Bananal em maio de 1960 e, portanto, a nove meses do término do seu mandato. No entanto, neste pequeno espaço de tempo promoveu um importante conjunto de obras na Ilha, a fim de torná-la um primeiro ponto estruturado para a prática do turismo selvagem no rio Araguaia. Conforme Cerqueira Gonçalves (1984), Oscar Niemeyer elaborou os projetos.

A Operação fez parte dessa política de ocupação, interiorização e intervenção do Estado no território. À Fundação Brasil Central (FBC) coube o gerenciamento das obras, bem como das ações concernentes às atividades de turismo a serem implementadas na Ilha.

Com o fim do mandato de Juscelino Kubitschek, algumas obras ainda foram efetivadas, mas outras ficaram somente no papel. Cerqueira Gonçalves (1984) explica que Jânio Quadros via a Operação Bananal negativamente e, por isso, ela foi retirada de pauta.

Trevisan Sollero, Nogueira e Magaldi (2014) explicam que por meio da Operação Bananal é possível identificar as tentativas de interiorização e ocupação do país durante o século XX. Mas essa ocupação territorial do governo de Vargas e Kubitschek, por vezes, escondiam as verdadeiras razões: as ações do Estado para favorecer os agentes capitalistas.

#### **1.4. CERRADO E SERTÃO**

O termo cerrado se conecta aos processos que inauguraram os discursos econômicos, políticos e culturais ligados à “invenção” do cerrado como território associado ao capital financeiro, à tecnologia e ao agronegócio.

As estratégias de apropriação do Cerrado foram executadas pelo Estado e o transformaram em um território submetido às relações de poder. Esse processo de ocupação com as políticas territoriais, desde a Marcha para o Oeste e depois com o governo JK, o tornou como um elo de ligação entre as regiões brasileiras e também o incorporou ao padrão de acumulação capitalista.

Albertina Vicentini (2016) explica que o uso da palavra cerrado para caracterizar mais que uma região física é recente e se relaciona ao discurso capitalista consolidado em Goiás a

partir dos anos 1960 com a agropecuária como nova modalidade de acumulação e mais tarde com a integração da agricultura aos complexos agroindustriais.

Quintela (2017) aborda que cerrado como adjetivo significa fechado, obstruído, vedado, mas no século XIX adquiriu uma nova acepção, como um substantivo próprio com o qual se indica um tipo de vegetação que estaria na fala dos colonos luso-brasileiros e que os cientistas estrangeiros acharam ideal para demonstrar as características naturais que investigavam. Foram poucos os estudiosos no século XIX que registraram o termo cerrado.

Ao passar do tempo o sertão foi desaparecendo e o termo cerrado o substituindo. No final do século XIX, Cerrado e Planalto começaram a concorrer com o sertão como formas de identidade do estado de Goiás. Contudo, a mudança da Capital Federal para o interior do Brasil contribuiu para o apagamento do termo sertão.

Dessa forma, os vocábulos Planalto Central e Cerrado foram se consolidando e, por fim, englobaram-se em um só. O Cerrado tornou-se todo o espaço físico que havia no Planalto Central. O termo sertão no estado de Goiás representava o atraso e não combinaria com o desenvolvimento econômico e com o progresso, por isso preferiram o termo cerrado. No entanto, o discurso do Cerrado associado ao discurso econômico não supriu a carência de identidade para Goiás (Vicentini, 2016).

Para a autora, o sertão representava o atraso, mas também refletia o imaginário de tradição e rusticidade. Por isso tentaram transferir o discurso do sertão para o Cerrado, que pouco tem a ver com o sertão. Vicentini (2016) questiona o porquê apagam o sertão ao mesmo tempo em que o recuperam. Afirma que o Cerrado tem história e é aquela que revela a vontade dos grupos de dominação do capital e hoje está na rota da economia mundial.

Eguimar Felício Chaveiro (2020) explica que o território do Cerrado, com o avanço do capital, provocou a sua negação como bioma. Ele transformou-se num território fragmentado e rico, mas com problemas ambientais e sociais. Em função da riqueza se constitui em local de disputa, de ocupação e apropriação de seus recursos, objeto sobre o qual se reproduzem discursos, processos de territorialização e dominação política.

A estratégia de apropriação do Cerrado e de seus recursos contou com a influência de atores como o Estado e as empresas que utilizaram esse local para expandir suas escalas de poder. Os planos e as políticas territoriais do Estado demonstram que ele é um dos grandes atores dessa apropriação.

Conforme Haesbaert (2014), o território é multidimensional pois engloba aspectos jurídico-políticos, culturais e econômicos tendo seus agentes e grupos se movimentando e

realizando os processos de desterritorialização e reterritorialização. As multiterritorialidades se constituem como resistência frente ao modelo econômico implantado. A lógica da globalização fez do Cerrado um local diferente, influenciado pelas novas técnicas que o tornaram mais fluido e mais rápido.

Pode-se entender que o nascimento do discurso do Cerrado dentro de um contexto de globalização e práticas liberais ocorreu durante o mesmo período do governo de Juscelino Kubitschek. O presidente, em seus discursos, se referia ao local onde se ergueria a nova capital como Planalto Central. Ao se pronunciar durante a sua visita à região escolhida para a Nova Capital, em 02 de outubro de 1956, Kubitschek disse:

Deste Planalto Central, desta solidão que em breve se transformará em cérebro das altas decisões nacionais, lanço os olhos mais uma vez sobre o amanhã do meu país e antevejo esta alvorada com fé inquebrantável e uma confiança sem limites no seu grande destino.<sup>4</sup>

As características do seu governo e suas condutas de gestão também demonstram que ocorria uma transição do sertão para o Cerrado. Como, por exemplo, o incentivo à entrada de capital estrangeiro no Brasil. Um dos principais objetivos do Plano de Metas era o desenvolvimento industrial que impulsionasse o crescimento econômico do país e JK acreditava que isso aconteceria somente com o capital externo.

Outro aspecto de seu governo foi a opção como estratégia para a realização de seus programas pela administração paralela. Como o próprio nome indica, seria uma estrutura externa à administração formal que seria mantida. Conseguiu racionalizar a execução do Plano de Metas numa visão integradora da economia. O Programa enfatizou os objetivos estritamente econômicos e ignorou áreas como a saúde e a educação. O setor de educação abrangia apenas a meta de formação de pessoal técnico especializado e orientação da educação para o desenvolvimento. Percebe-se que essa área ficou praticamente desguarnecida, o que demonstra a falta de interesse do governo por assuntos de aspectos sociais.

O governo provocou desequilíbrio econômico e problemas para as próximas gestões. Lucas Lopes, Ministro da Fazenda, e Roberto Campos, Diretor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), para tentar reverter essa situação, elaboraram o Plano de Estabilização Monetária (PEM) para o ano de 1959. De acordo com Skidmore (2007, p. 216-217),

---

<sup>4</sup> Tal declaração pode ser lida em uma placa comemorativa em Brasília, próxima à Praça dos Três Poderes.

[...] o Governo Kubitschek anunciou um elaborado programa de estabilização econômica com o fim de “permitir, através dum esforço de estabilização monetária, que o desenvolvimento do país se possa realizar em condições de equilíbrio econômico e estabilidade social [...]”.

Kubitschek deixou bem claro que o programa de estabilização deveria ocorrer sem comprometer o Plano de Metas e se mostrava relutante em aceitar qualquer alternativa que pudesse atrapalhar seu projeto desenvolvimentista. Sem o apoio efetivo de JK e sem a subordinação do Banco do Brasil às normas de contenção de crédito e com os aumentos salariais no início de 1959, o Plano de Estabilização tornou-se inviável.

Acredita-se, portanto, que essas práticas do governo JK são liberais. Ele assumiu o governo em circunstâncias delicadas após a saída de Café Filho. Os setores antigetulistas e os integrantes da UDN (União Democrática Nacional) questionaram a vitória. Mas o movimento político militar liderado pelo então ministro de guerra, general Lott, assegurou a posse. O seu governo encravava-se em um período muito crítico, entre o suicídio de Getúlio Vargas e a renúncia de Jânio Quadros.

A entrada de capital estrangeiro no país e o Plano de Metas que incentivou a ação de grandes empresas nacionais e mundiais reflete um aspecto da globalização e uma nova modalidade de Estado que começa a atuar como um instrumento a serviço do capital. Portanto, pode-se caracterizar esse momento como a gênese do Cerrado enquanto discurso político e econômico associado às estratégias liberais, como um local de disputas de poder que irá romper com a noção de sertão.

## **1.5. CERRADO, ESTADO E GLOBALIZAÇÃO**

Ao entender o Cerrado no contexto da globalização e das práticas liberais nota-se que ele se confunde com os discursos da própria globalização e, sobretudo, com as estratégias de controle neoliberais. Para Bourdieu o neoliberalismo é o reflexo de uma prática mundial e resultado da globalização que passa a ser visto como inevitável por meio de um conjunto de pressupostos colocados como óbvios.

Em que as leis de mercado deveriam ser livres sem a intromissão do Estado, haveria uma ruptura radical entre o econômico e o social, que é deixado de lado, o crescimento econômico seria o fim único e último das ações humanas alcançadas pela produtividade e competitividade e o individualismo é valorizado ao mesmo tempo em que se oprime o indivíduo com ameaças de desemprego e redução de salário. À vista disso, pode-se considerar

as práticas do governo JK, que já caracterizava um processo de globalização, como o prelúdio de uma subordinação do território à lógica do neoliberalismo.

O território, hoje identificado como o cerrado, se tornou uma ligação entre as regiões brasileiras a partir de 1930 com a Marcha para o Oeste. As ações das políticas territoriais do Estado iniciaram o seu projeto de expansão territorial que ainda distante o conduziria à inserção definitiva na economia internacional e na dinâmica capitalista na década de 1970 com a propagação da agricultura moderna.

Para Samuel Frederico (2008) o “novo” no Cerrado inicia nesse momento. Ele se propõe a discutir sobre o que chamou de novo tempo do Cerrado, em que pouco se encontra do sertão. As grandes empresas conjuntamente com o Estado seriam os principais responsáveis por esse novo tempo e o impõem por meio da implantação e controle de novos sistemas técnicos. A atuação neoliberal nas áreas do Cerrado por meio de uma ação hegemônica também faz parte desse novo tempo.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, havia no Brasil a difusão do meio técnico científico no campo, o que aumentou a área da produção agrícola que seguiu em direção ao Cerrado. A EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) criada em 1973 foi a maior difusora dos meios técnicos agrícolas. A partir da década de 1980 houve uma maior tecnificação e cientifização dos sistemas técnicos. Mas essas inovações só foram incorporadas a partir da década de 1990 pelos grandes agricultores e empresas internacionais (Samuel Frederico, 2008).

Para viabilizar a produção agrícola no Cerrado, o Estado criou vários programas e políticas específicas com o objetivo de promover o aumento do contingente populacional e o desenvolvimento regional. Portanto, ele é o principal responsável pelas principais políticas de ordenamento territorial e social comandado pelas relações capitalistas de produção. (Samuel Frederico, 2008)

Dessa forma, em um contexto da globalização os setores produtivos no Brasil passaram por uma intensa reestruturação produtiva. A globalização seria para Santos (2006) o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Resultado do progresso científico e técnico, cuja busca se acelerou com a Segunda Guerra em que a operação planetária das grandes empresas globais vai revolucionar o mundo das finanças, permitindo ao respectivo mercado que funcione em diversos lugares durante o dia inteiro.

Ocorre uma multiterritorialidade que possui uma dimensão quantitativa ao se ter vários territórios a disposição, e qualitativa, pois temos hoje a possibilidade de combinar a

intervenção e a vivência em diferentes territórios. Nesse contexto, Haesbaert (2014) destaca que temos um conjunto de opções de territórios/territorialidades que podemos lidar com uma velocidade maior devido à internet que permite o acesso e trânsito por essas territorialidades. A multiterritorialidade a partir da mudança espaço-temporal permite pela comunicação instantânea agir sobre territórios distintos do nosso sem necessidade de mobilidade física.

Com a globalização se instala uma agricultura propriamente científica, responsável por intensas mudanças na produção agrícola. A nova produção agrícola em sua natureza global conduz a uma ampliação do comércio na qual o dinheiro passa a ser indispensável para a regulação da vida econômica. Ele torna-se fluido e universal controlado pelas grandes instituições financeiras, como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, não mais dependente do Estado. O dinheiro homogeneiza o território aumentando as disparidades e leva a perda da identidade local, para se tornar global, o que gera conflitos internos (Santos, 2006).

A produção local perdeu espaço para os setores de exportação ao modo das commodities agrícolas e o controle dos territórios passou a ser dirigido pelos investidores capitalistas, empresas e corporações. Com os movimentos das relações comerciais passa a existir a necessidade de regulação decorrente da construção do Estado territorial, o do território nacional, todos regentes do dinheiro e do comércio local.

A fase atual do capitalismo contaria com um motor único que se tornou possível devido ao novo patamar da internacionalização, com uma verdadeira mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação. A nova competitividade entre as empresas é uma forma de exercício da mais-valia universal, que se torna efêmera exatamente porque abandona-se o mundo da competição e inicia o mundo da competitividade (Santos, 2006).

A competitividade entre as empresas leva o Estado e suas forças normativas a favorecer àquelas com maior poder e o território se coloca como instrumento do exercício dessas diferenças de poder. Ao discutir o contexto da globalização e o papel desempenhado pelo dinheiro na organização e fragmentação do território percebe-se um processo de reterritorialização do interior do país, cujos desdobramentos resultaram noutras perspectivas de ocupação do espaço geográfico, notadamente, na lógica que caracteriza o cerrado enquanto território inserido nas relações econômicas globais.

O território para Haesbaert (2014) se manifesta na dimensão espacial ao se revelar por meio de processos de dominação e também por meio de questões imateriais, simbólicas e

subjetivas. Possui uma dupla conotação, material e simbólica, a primeira quando se revela sobre a perspectiva do poder e processos de dominação mais concretos e a segunda quando se relaciona à apropriação.

A territorialização possui um sentido de dominação e apropriação do espaço que se dá no processo próprio de produção desse espaço, tanto material quanto simbólico. A reterritorialização do Cerrado ocorreu de forma funcional. Conforme Haesbaert (2014) o território funcional possui uma conotação mais material, dominando o espaço a fim de controlá-lo e obter valor tanto com o preço da terra quanto dos recursos que ela oferece. Enquanto, as populações que viviam nessa região tinham uma perspectiva de dominância simbólica com o território, pois ele fazia parte da construção de sua identidade. Como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

Enquanto “espaço-tempo-vivido” o território é sempre múltiplo. Dessa forma pode-se entender o território do Cerrado como construção e relações de poder em várias dimensões sendo ao mesmo tempo em diferentes combinações, funcional e simbólico. Esse processo de territorialização globalizante e neoliberal do Cerrado ocorreu por meio de relações desiguais de poder, produzindo uma ocupação assimétrica do espaço sempre a favor dos sujeitos hegemônicos.

Segundo Haesbaert (2014) a territorialidade pode ser entendida de diversas formas, como abstração teórica para território ou um sentido efetivo, seja ele material (controle físico), imaterial (controle simbólico) e também como espaço vivido. Pode ser também como uma concepção mais ampla que território, como para as populações que viviam nessas regiões de expansão do Cerrado em que o território possuía um sentido do domínio do vivido e não institucionalizado.

Dentro do contexto da expansão do Cerrado identifica-se os dois tipos de lógicas, material e simbólico, pois elas não são excludentes, ao contrário funcionam em conjunto. Havia a identificação do poder do Estado desde a Marcha para o Oeste com a expansão territorial, em que a riqueza/o capital seria um meio para essa expansão até se transformar por meio da extensão da ação das empresas e instituições hegemônicas que utilizam o território de acordo com seus interesses.

O território é desterritorializado e podem sofrer alterações devido aos agentes, como aconteceu e ainda acontece com o Cerrado. O processo de desterritorialização para Haesbaert ocorre em um primeiro sentido como diminuição ou enfraquecimento das fronteiras, com o aumento da fluidez de pessoas, bens, capitais e informações. Sendo a territorialização e a

desterritorialização processos fundamentais para compreender as práticas humanas. Esse processo ocorre com múltiplas implicações seja nas esferas econômicas, políticas, sociais ou culturais.

Os processos de globalização não podem ser compreendidos de forma homogênea, por isso deve-se levar em conta os processos de reterritorialização não analisando de forma isolada os processos de desterritorialização. Para entender a desterritorialização deve-se considerar também os modos de reterritorialização, pois eles são concomitantes. Para Haesbaert disseminou-se a ideia de que vivemos em uma era dominada pela desterritorialização e esses processos seriam muito mais complexos, pois quando ocorre a desterritorialização em uma escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra escala.

Antes da desterritorialização significar desmaterialização ou declínio das fronteiras seria um processo de exclusão socioespacial e esse processo de precarização socioespacial seria o principal responsável pela desterritorialização. Dessa forma o autor explica que a desterritorialização seria uma espécie de “mito” que não seria capaz de reconhecer os processos da (multi)territorialização na vida dos indivíduos e grupos sociais. Pois, na sociedade contemporânea existem várias formas de territórios, a multiterritorialidade.

Haesbaert (2014) destaca que se de acordo com inúmeros pensadores das Ciências Sociais, nós estamos imersos em processos de desterritorialização estaríamos a mercê dos poucos que controlam esses fluxos, redes e imagens nesse mundo que seria globalmente móvel, imprevisível, marcado pela fluidez das redes e virtualidade do ciberespaço. O discurso da desterritorialização serve também aos que pregam a destruição de todo tipo de barreira espacial e legítima a fluidez do capital financeiro, alegando o desaparecimento do Estado e delegando todo poder às forças do mercado.

Eguimar Felício Chaveiro (2020) também aborda que o Cerrado estava na mira das classes hegemônicas do capital que tinham como objetivo colocá-lo na rota da economia mundial o tornando um importante corredor produtivo. A partir da década de 1970 houve uma urbanização acelerada e dispersa e o capital é induzido a ocupar novas fronteiras agrícolas, por meio da pecuária extensiva e nas últimas décadas o mercado se volta para as commodities. As estratégias de apropriação do Cerrado o transformaram em um território sob a primazia de variáveis externas e de atores que controlam a reprodução do capital.

No âmbito econômico ocorre um processo que alterna uma maior ou menor intervenção estatal. No mundo de globalização neoliberal dominado pelas regras de mercado e

das dinâmicas de concorrência privada, flexibilização das empresas e terceirização, parecem desterritorializar as empresas, libertas do sistema fordista e da maior interferência do Estado.

A inevitabilidade do neoliberalismo seria apenas aparente. Pois, o Estado torna-se uma realidade ambígua e é também um palco de conflitos entre a classe dominante, os trabalhadores e a sociedade em geral (Bourdieu, 1998). A diminuição da ação social do Estado em função dos processos de globalização, não significou a sua destruição, mas o estabelecimento de novas formas de ação ao atuar como veículo para os interesses da acumulação capitalista e sujeição aos interesses da economia neoliberal.

Segundo o conceito de Haesbaert (2014), isso corresponderia à nova desterritorialização do Estado, em que o seu poder está ligado às técnicas de controle e domínio impostas pelo neoliberalismo. Essa modalidade de poder reestruturou o papel do Estado e se relaciona com os processos de territorialização e reterritorialização. Visto que, o território deve ser entendido na perspectiva multiescalar e multidimensional que só pode ser apreendido dentro de uma concepção de multiterritorialidade.

Haesbaert cita Foucault que coloca o neoliberalismo como amálgama do mercado-Estado sendo quase completo, pois a economia passa a indicar as ações governamentais. Antes o Estado estava preocupado em fomentar os processos disciplinadores, hoje ele se mobiliza para conter as massas estruturalmente excluídas dos direitos de cidadania, em que várias esferas da vida privada foram impregnadas da judicialização pelo Estado.

Para Haesbaert (2014) o poder e a soberania passam a ser norteados por meio da vida das pessoas, pois a população é a base para que ocorresse a exploração econômica, sendo necessário preservar a vida para que continuasse ocorrendo exploração e assim perpetuasse o poder. Os discursos de JK eram focados na população e apresentavam características relacionadas ao conceito de biopoder<sup>5</sup>, proposto por Foucault.

Dessa forma, a psicopolítica neoliberal é a técnica de dominação que estabiliza e mantém o sistema dominante por meio de programação e controle psicológico. Quem fracassa na sociedade neoliberal, considera a si mesmo como responsável e não o sistema.

A inteligência do neoliberalismo é não permitir que emergja qualquer resistência ao sistema. A otimização pessoal e o aumento da eficiência sem limites introduzem um esgotamento e explora-se a psique. O que torna a nova era acompanhada de doenças mentais, como a depressão e o burnout (Han, 2018).

---

<sup>5</sup> Biopoder ou poder sobre a vida se efetua através do homem visto enquanto “população”, em seu “meio” de circulação e reprodução como ser vivente, biológico, como forma de governar a vida para produzir corpos economicamente ativos.

O autor explica que o poder na figura do Estado vem passando por mudanças principalmente a partir da alegada crise desde os anos 1980, com a acumulação capitalista neoliberal. Santos (2006) afirma que existiam dois momentos na reforma do Estado. O primeiro seria a globalização, com a abertura dos mercados, privatizações e depois as mudanças em sua estrutura organizacional com a incorporação dos princípios neoliberais.

Essa globalização do capital seria uma crise estrutural e o sistema ideológico não busca reverter a crise, mas sim favorecer os atores hegemônicos. Na verdade, porém, a única crise que os responsáveis desejam afastar é a crise financeira e não qualquer outra (Santos, 2006).

Os últimos anos do século XX testemunharam grandes mudanças em toda a face da Terra. O mundo torna-se unificado – em virtude das novas condições técnicas, bases sólidas para uma ação humana mundializada. Esta, entretanto, impõe-se à maior parte da humanidade como uma globalização perversa. A perversidade da globalização “o mundo como ele é” se revela diante das mazelas sofridas por grande parte da humanidade, fundadas na tirania da informação e do dinheiro, da competitividade, reais consequências da globalização (Santos, 2006).

Santos (2006) caracteriza o discurso da globalização em um mundo de tempo e espaço encurtado, de homogeneização mundial e de união, como uma fábula. Pois, na verdade, as diferenças locais estão se aprofundando. Para Bourdieu (1998), a unificação propagada pela globalização também não gera um processo de homogeneização, mas contribui para uma concentração de poder por um pequeno grupo de nações dominantes e redução da autonomia dos mercados nacionais, levando à exclusão social de parte da população a ela integrada.

Esse avanço do espaço econômico dominado pelos grandes empreendimentos capitalistas causou crise nos países dependentes e uma maior dependência da agroindústria aos mercados globais. O neoliberalismo assume uma bandeira do progresso, da razão, da ciência, alegando a lei de mercado, isto é, a lei do lucro máximo em favor das elites econômicas. É um discurso tão forte e difícil de combater pois tem a favor de si todas as forças de um mundo de relações de força, que ele contribui para fazer tal como é, orientando as escolhas daqueles que dominam as relações econômicas e acrescentando assim a sua força própria, propriamente simbólica, a essas relações de força (Bourdieu, 1998).

Outros efeitos dessa política neoliberal são os empregos temporários, precários e com baixa remuneração. Bourdieu critica o neoliberalismo que ele chama de “máquina infernal” e explica que é preciso fortalecer o Estado com sindicatos e associações e impedir que o

mercado internacional aja sem restrições. É preciso tentar criar bases organizacionais de um internacionalismo crítico, capaz de se opor verdadeiramente ao neoliberalismo. As instituições estatais devem trabalhar para inventar e construir uma ordem social em que o lucro não seja a única lei e que daria lugar a um coletivo orientado para a busca racional de fins coletivamente elaborados e aprovados (Bourdieu, 1998).

Dessa forma, entende-se que desde as primeiras políticas estatais de apropriação da região oeste do país na década de 1930 pode-se encontrar estratégias de reterritorialização e desterritorialização do Estado e com o governo do presidente Kubitschek iniciou-se um processo de globalização e políticas liberais o que mais tarde incorporou definitivamente o Cerrado ao neoliberalismo que se faz presente até os dias atuais.

## CAPÍTULO 2

### OPERAÇÃO BANANAL: ANTIGA IDEIA DE COLONIZAÇÃO E O ABANDONO DAS OBRAS NA ILHA

Durante o Estado Novo, mais especificamente em 1938, iniciou-se o interesse do governo federal pela ilha do Bananal. Em agosto de 1940, o presidente Getúlio Vargas visitou a aldeia dos indígenas Karajás e sobrevoou a ilha. Em 7 de setembro de 1943, o Major Orgêo Nogueira Valente encaminhou uma sugestão de colonização da ilha do Bananal à presidência da República. Ele desejava que fosse formado na ilha um núcleo colonial que viesse precipitar o povoamento do território nos moldes da modernidade ocidental.

Como o presidente Vargas discorria com veemência em seus discursos a respeito da expansão para o Oeste, o major em correspondência ao presidente da República, acreditou que seria o momento ideal de sugerir o “[...] desbravamento, saneamento e colonização de um dos mais distantes e opulentos rincões do nosso caro Brasil: a ilha do Bananal” (Ofício, 1943). Na opinião dele também se deveria promover o desenvolvimento econômico daquela região, aproveitando suas potenciais riquezas naturais. Mas essa ideia não era nova, já que os precursores que descreveram aquela região já haviam sugerido a sua colonização.

De acordo com o ofício nº 16.641/43 (1943) enviado pelo major Valente, os benefícios de se colonizar a ilha seriam muitos, tais como: dar execução imediata à Marcha para o Oeste, aproveitar racionalmente os seus recursos naturais, estabelecer a ligação norte-sul do país por uma rota mais acessível que a marítima por meio da ocupação do território, ligar as bacias dos grandes rios intensificando a navegação, selecionar homens produtivos para promover o povoamento do solo, facilitar a obra dos missionários e catequistas para levar aos indígenas os benefícios da civilização, promover o desenvolvimento econômico para a região do alto Paraguai, e sul-norte, visando a bacia amazônica. Em suas palavras,

Uma nova modalidade de colonização, de reais proveitos para o nosso país e que muito cedo produzirá os seus frutos benéficos, é o que sugerimos que seja realizado. O progresso irradiará então do centro para a periferia, em oposição ao critério até agora seguido, do povoamento da orla do oceano, descuidando-se clamorosamente das terras altas. A nova cidade será o centro em torno do qual gravitarão outras povoações existentes e por existir e que receberão o influxo do progresso decorrente de um aperfeiçoamento sempre crescente (Ofício, 1943).

Em que pesem os impulsos de Getúlio Vargas e as sugestões do major, nada foi realizado na ilha do Bananal naquele período. Mais tarde, ao assumir o governo em 1956, o presidente Juscelino Kubitschek direcionou inicialmente sua atenção para o aproveitamento

do Vale do Araguaia. Antes, porém, chegou a visitar a ilha em uma viagem de pré-campanha eleitoral à presidência. Mas somente após a inauguração de Brasília, em abril de 1960, e a construção da rodovia Belém-Brasília, ele demonstrou interesse pela ilha do Bananal. Em vista disso, buscou realizar a chamada Operação Bananal que consistia em colonizar e desenvolver a ilha, anunciando sua intenção em 12 de maio de 1960, ou seja, a nove meses do término do seu mandato.

## **2.1 ESTRATÉGIAS DE OCUPAÇÃO DA ILHA DO BANANAL: OPERAÇÃO (IM)POSSÍVEL?**

Para o presidente, a Operação Bananal fazia parte da política de integração nacional. Assim como o Major Nogueira Valente acreditava que o povoamento não poderia ficar restrito ao litoral, Kubitschek também defendia que a construção de Brasília iria colocar no centro do país os poderes que serviriam como base para a expansão territorial. Segundo Kubitschek (1978, p. 82),

Meu ponto de vista em relação à Ilha do Bananal era simples e objetivo. Tratava-se de um impulso a mais, na direção da fronteira ocidental. Para que esse alvo fosse atingido, seria necessário transformar a ilha em parque nacional. O parque seria a meta da marcha que eu iria iniciar, no sentido de estabelecer na região, até então deserta, núcleos agrícolas pioneiros para o pleno desenvolvimento das atividades agropecuárias. Como a ilha era um paraíso de caça e pesca, decidi construir no seu ponto mais favorável um hotel de turismo, e, levando em conta as primitivas condições de vida na região, resolvi, simultaneamente, incorporar os índios que ali habitavam à civilização brasileira, criando, para eles, serviços locais de assistência imediata.

A imprensa julgou a Operação irrealizável. No acervo da FBC consta esse recorte de jornal de 7 de maio de 1960 que fazia parte de um conjunto de documentos da comissão de investigação do Ministério da Justiça sobre a Operação Bananal. Ele aponta que o deputado cearense Edilson Távora desaprovava a iniciativa de JK em ocupar a ilha do Bananal, alegando que não havia recursos disponíveis. Távora compara as obras em Bananal à construção de uma nova Brasília ao relacionar que haveria muitos gastos como ocorreu com a nova Capital Federal, em detrimento da região nordeste que estaria abandonada. (Figura 1).

À Fundação Brasil Central coube o gerenciamento das obras, bem como das ações para as atividades de turismo a serem implementadas na ilha. Juscelino nomeou o Coronel Nélio Cerqueira Gonçalves como diretor da FBC. Em 16 de maio de 1960, o coronel Gonçalves, acompanhado de um grupo de técnicos, se dirigiu em um avião da Força Aérea

Brasileira à margem Oeste da ilha do Bananal, banhada pelo braço Norte do rio Araguaia, para realizar levantamentos dos recursos locais e iniciar as obras programadas.

Figura 1 – Recorte de uma página de jornal de 07/05/1960



Fonte: Acervo FBC/ Arquivo Nacional

Além do coronel Nélio Cerqueira, faziam parte do grupo Geraldo Carneiro, Juca Chaves e o sertanista Acary de Passos Oliveira (Kubitschek, 1978). Permaneceram na ilha por dois dias e entraram em contato com os Karajá. Desde então, a fim de torná-la um primeiro ponto estruturado para a prática do turismo selvagem, promoveu-se um importante conjunto de obras na ilha do Bananal.

Kubitschek, em uma das discussões com o coronel Nélio Cerqueira, discorria sobre a construção do aeroporto e a dificuldade em fazer chegar ali os 1200 tambores de asfalto necessários para a pavimentação da pista. Nesse momento o brigadeiro Corrêa de Melo, então ministro da Aeronáutica, teria atalhado na conversa, dizendo que “[...] isto não é problema, presidente. Os 1200 tambores de asfalto poderão ser atirados de aviões, em pára-quadras”. (Kubitschek, 1978, p. 385). A sugestão foi aceita de imediato e o brigadeiro incumbido de tomar providências acerca da construção e pavimentação da pista.

Realizou-se, assim, a construção de 2500 metros de pista de pouso para aviões, com 40 metros de largura, sendo 1500 pavimentados com capa asfáltica e 500 metros em cada cabeceira em cascalho com pintura asfáltica, construção de estação de passageiros, uma escola, um hospital, 10 casas destinadas à FBC, Ministério da Aeronáutica e Ministério da Saúde e um hotel com 18 apartamentos (Figura 2).

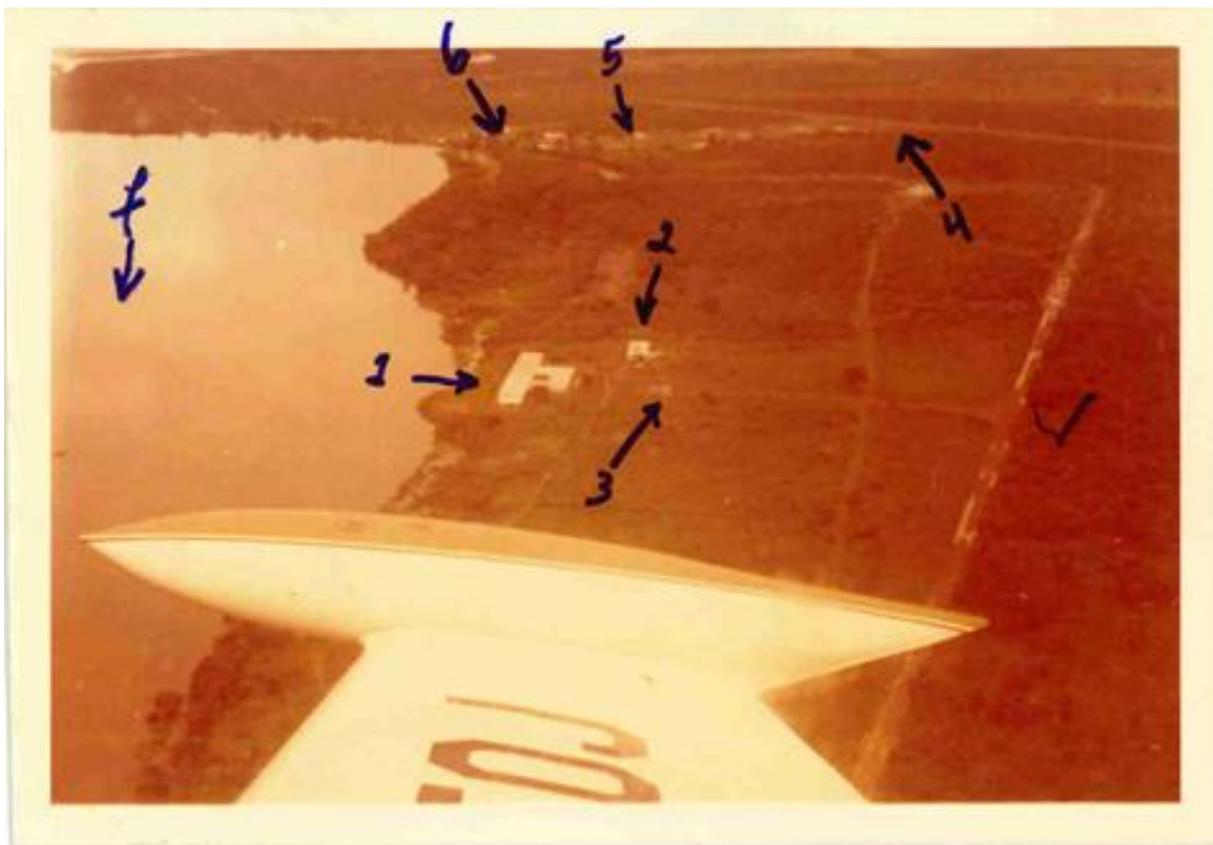
O centro turístico na ilha do Bananal ficava próximo a São Félix do Araguaia, uma cidadezinha pioneira, localizada no Estado de Mato Grosso, a pequena distância da embocadura do rio das Mortes. Possuía cerca de 500 habitantes e lá se encontrava um posto da FBC. Era a cidade mais próxima da aldeia Karajás, Santa Isabel do Morro, no Estado do Tocantins.

A Operação Bananal também previa a construção de ranchos pioneiros para apoio e incremento ao turismo. A presidência da República, por meio do Decreto nº 50.192 de 28 de janeiro de 1961, destinou uma área de 430 Km<sup>2</sup> para as atividades da Fundação Brasil Central, no interior da ilha (Brasil, 1961).

Segundo Gonçalves (1984), Oscar Niemeyer fez todos os projetos do hotel, do hospital e dos anexos de ambos, e não cobrou nada pelos serviços. Coube ao engenheiro Juca Chaves, um dos pioneiros da construção de Brasília, a tarefa da escolha do local para a construção da residência presidencial, cujo projeto também seria de autoria de Oscar Niemeyer.

O edifício denominado “Rancho Pioneiro”, como indica a Figura 3, também chamado de Alvoradinha em alusão ao Palácio da Alvorada, construído em Brasília, ficaria próximo ao aldeamento indígena de Santa Isabel do Morro.

**Figura 2 – Vista aérea do Centro Turístico na ilha do Bananal. 1. Hotel; 2. Anexo (corpo auxiliar e lavanderia do hotel); 3. Grupos geradores; 4. Aeroporto/Santa Isabel do Morro; 5. Hospital e escola; 6. Aldeia indígena (Karajás); 7. Rio Araguaia.**



Fonte: Acervo FBC/ Arquivo Nacional<sup>6</sup>

Conforme o próprio presidente, em 27 de junho, ele, sua esposa Sarah e filhas, seguiram para a ilha para acompanhar a inauguração da estação de rádio instalada pelas Força Aérea Brasileira (FAB) e, também, o “Rancho Pioneiro”, o Alvoradinha (Kubitschek, 1978).

O nome Operação Bananal surgiu dos trabalhos realizados pelos oficiais aviadores da FAB que com seus aviões haviam feito várias horas de voo, transportando materiais para a ilha durante meses. Não sem razão, em seu livro de memórias, “Meu caminho para Brasília”,

<sup>6</sup> A numeração presente na imagem já consta do Acervo da Fundação Brasil Central no Arquivo Nacional. O padrão foi mantido devido ao caráter histórico do mapa.

o presidente Juscelino intitula como Operação Bananal o capítulo que trata desse empreendimento.

Gonçalves (1984) salienta que oficiais e sargentos, operando em terra e nos aviões, técnicos, operários, motoristas, tratoristas e trabalhadores de todos os escalões, estavam dedicados à realização das obras na ilha. Ele convocou o major José Geraldo de Oliveira, da Polícia Militar de Minas Gerais, para desempenhar o papel de mantenedor da ordem e afirmou que ele garantiu a segurança e tranquilidade na ilha. Segundo ele, “O major Geraldo de Oliveira assegurou, na ilha, um clima de absoluto respeito. Sua autoridade nunca foi posta em xeque. No meio de seiscentos e tantos trabalhadores braçais, vindo de ambientes os mais diversos, ele a manteve intocada” (Gonçalves, 1984, p. 136-137).

**Figura 3 – Imagem do “Alvorarinha” às margens do rio Araguaia.**



Fonte: Acervo da Fundação Brasil Central (FBC) no Arquivo Nacional.

Em 20 de julho de 1960, uma portaria criava o Serviço Central de Operações (SCOP), subordinado à presidência da República, que tinha como objetivo a organização e controle do serviço de transportes em geral e serviço de comunicações radiotelegráficas, bem como a

manutenção dos aviões, viaturas, máquinas e aparelhos necessários aos serviços da FBC durante a Operação.

Além disso, haveria uma seção subordinada ao SCOP em que à aviação pesada seriam incorporados os aviões DC-3 adquiridos pela FBC, que deveria manter as condições de segurança de voo, organizar revisões, matrículas e vistorias em dia de acordo com a legislação em vigor. A seção de radiocomunicação englobaria todo equipamento de rádio do patrimônio da FBC. A seção transporte reuniria todos os veículos e motoristas que, lotados em Brasília, eram subordinados ao SCOP. A seção da manutenção seria constituída de pessoal técnico especializado, como mecânicos de avião, mecânicos de viaturas em geral e técnicos de rádio comunicação e suas oficinas ficariam nas instalações do SCOP, nas dependências do aeroporto.

Para o andamento das obras, em 3 de agosto de 1960, Raul Soares da Silveira, secretário geral da FBC, enviou o ofício número 512 solicitando à Companhia de Cimento Portland Barroso, do Estado de Minas Gerais, a aquisição de cimento para a ilha do Bananal. Também enviou à Petróleo Brasileiro S.A – PETROBRÁS, sediada em Santos (São Paulo), o pedido de autorização para que o funcionário da fundação, Walter Lopes de Oliveira, recebesse 1600 tambores de asfalto. Era necessário que o transporte do asfalto fosse efetuado o mais rápido possível para a ilha, via Brasília-Porangatu, para que as obras não fossem paralisadas (Ofício, 1960a).

Em 10 de agosto do mesmo ano, a FBC solicitou ao comandante da 2ª Região Militar o fornecimento à firma Broca Meirelhes, em São Paulo, uma guia de trânsito para transportar 200 quilos de dinamite e 1000 metros de estopim. Ressaltava que o material era essencial para o atendimento aos serviços que estavam sendo realizados na ilha pela Operação Bananal, um empreendimento que estaria ligado ao plano desenvolvimentista e de interiorização, de iniciativa do presidente da República. (Ofício, 1960b)

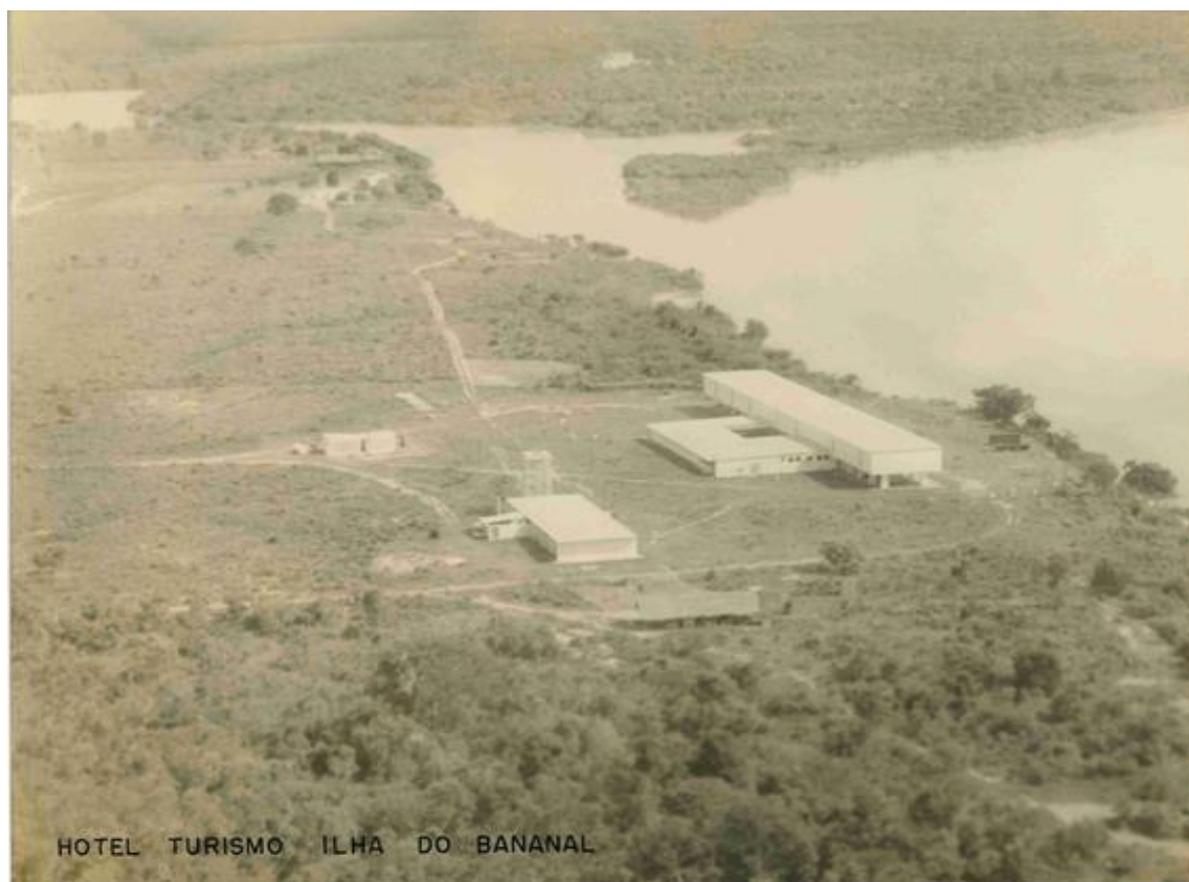
Solicitaram também por meio do ofício número 522 ao Diretor-Geral, Brigadeiro Joelmir Campos de Araripe Macedo, a renovação ou concessão de outra carta de crédito para o consumo de combustível para os aviões da FBC que prestavam assistência às obras na ilha. (Ofício, 1960d)

Em 27 de janeiro de 1961 inaugurou-se a pista para pouso de aviões. Várias autoridades participaram das festividades e chegaram à ilha de aviões comerciais, táxis-aéreos e aviões particulares. Em seguida, foram inaugurados o hotel e o hospital. As obras na Ilha do

Bananal estavam inacabadas quando foram inauguradas. Mas o Alvoradinha, o hotel e o hospital já se encontravam mobiliados e equipados.

Conforme a Figura 4, o Hotel JK, em homenagem ao presidente, era considerado de classe internacional e possuía a construção em alvenaria. Os talheres de prata, as taças de cristal e os pratos de porcelana tinham o emblema JK-ilha do Bananal.

**Figura 4 – Hotel JK na ilha do Bananal**



Fonte: Acervo da Fundação Brasil Central (FBC) no Arquivo Nacional.

Como demonstram as Figuras 5 e 6, o hotel era bem espaçoso, composto por térreo e pavimento superior onde ficavam os 18 apartamentos com banheiras, ar condicionado e escritório. As janelas ficavam de frente para o rio Araguaia distante apenas alguns metros de suas praias. Conforme a figura 7, pode-se perceber como o local do hotel era exuberante, com vista privilegiada para a beleza do rio Araguaia e suas areias brancas.

**Figura 5 – Parte da frente do hotel, distante apenas alguns metros do rio Araguaia.**



Fonte: Acervo da Fundação Brasil Central (FBC) no Arquivo Nacional.

**Figura 6 – Hall e corredor para os quartos do hotel.**



Fonte: Acervo da Fundação Brasil Central (FBC) no Arquivo Nacional.

**Figura 7 – Parte fronteira ao hotel, vendo-se ao fundo o rio Araguaia.**



Fonte: Acervo da Fundação Brasil Central (FBC) no Arquivo Nacional.

**Figura 8 – Restaurante**



Fonte: Acervo da Fundação Brasil Central (FBC) no Arquivo Nacional.

O hotel também contava com um restaurante envidraçado (Figura 8) e vista para o rio Araguaia e ao fundo existia uma parte destinada aos jogos de salão. A suíte presidencial contava com sala de estar, jantar, ar condicionado e vista privilegiada para o rio, conforme a figura 9 e 10. Pode-se perceber por meio dos móveis, cortinas, luminárias, roupas de cama que a acomodação era bem confortável e aconchegante.

**Figura 9 – Suíte presidencial com vista para o rio Araguaia**



Fonte: Acervo da Fundação Brasil Central (FBC) no Arquivo Nacional.

O tenente-coronel José Leal Neto e os majores Pedro Vercillo e Lauro Kruppel colaboraram com a Operação Bananal mantendo as comunicações e transportando permanentemente homens e materiais de todos os tipos durante vários meses. Ao retornarem à FAB, Cerqueira ressalta que “[...] a Operação Bananal chega praticamente ao seu término e o que deve a esses oficiais é algo impressionante” (Gonçalves, 1961).

Por meio de ofício, o então presidente da FBC, Jorge Ferreira, em 14 abril de 1961, determinou que o Serviço Central de Operações colocasse à disposição do Ministério da

Agricultura o transporte entre Brasília e Santa Isabel. (Ofício, 1961a). Os aviões da Fundação algumas vezes prestavam serviço também para outros órgãos públicos.

**Figura 10 – Suíte presidencial com sala de estar e sala de jantar.**



Fonte: Acervo da Fundação Brasil Central (FBC) no Arquivo Nacional.

No mesmo período, o Diretor Geral do Departamento de Administração do Ministério da Saúde solicitou por meio do ofício número 76 ao Presidente da FBC a devolução de um jeep que foi cedido por empréstimo à Operação Bananal. O jipe foi entregue, mas o veículo ao ser devolvido apresentou defeitos e solicitaram que a Fundação se responsabilizasse pelos reparos. (Ofício, 1961b)

Ao assumir a presidência da FBC, Jorge Ferreira, afirmou em junho de 1961 ao Ministro da Aeronáutica que teria encontrado as atividades da Fundação paralisadas em todas as suas frentes de trabalho, com exceção à Operação Bananal. Ele apresentou um novo plano de trabalho que se preocupava exclusivamente com o desbravamento e colonização, que segundo ele seria a finalidade precípua da instituição e para isso determinou a paralisação das obras na ilha e o descumprimento de compromissos financeiros a elas referentes (Ofício, 1961c).

Durante o governo de Jânio Quadros e o período de Jorge Ferreira na presidência da FBC, a Operação Bananal esteve praticamente abandonada. Segundo o próprio Ferreira

(1961), “Julgando, à base de fatos, que a iniciativa dessa ‘operação’ não cabe à FBC, não quis comprometer o orçamento da entidade na liquidação desses débitos ou no acabamento das construções em andamento. Assim determinei a interrupção de todas as atividades na Ilha”.

O governo de Juscelino Kubitschek concentrou seus melhores esforços na continuidade da tarefa iniciada por Getúlio Vargas, investindo nas iniciativas de ocupação territorial por parte do Estado em que a colonização da ilha do Bananal fez parte como uma das formas definidas de intervenção. As obras realizadas por meio da FBC custaram um valor alto e fizeram parte da estratégia denominada administração paralela.

## **2.2. ADMINISTRAÇÃO PARALELA: FONTE DE RECURSOS PARA A OPERAÇÃO BANANAL**

A “administração paralela” foi uma estratégia vigente durante o governo de Juscelino Kubitschek com a justificativa de agilizar os aspectos financeiros para a realização do Plano de Metas. Como o próprio nome indica, seria uma estrutura externa à administração formal que seria mantida. Dessa forma, como afirma Benevides (2002, p. 25) “[...] o Executivo conseguia implementar uma política inovadora sem destruir o clientelismo já tradicional na administração brasileira”.

Essa estrutura externa era constituída por órgãos já existentes como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Banco do Brasil, Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) e por novos órgãos com funções de assessoria ou de execução, como os Grupos Executivos do Conselho de Política Aduaneira (Lafer, 1970). Este modelo de administração também ocorreu no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), mas em menor escala. Ainda segundo Benevides, Francisco de Assis Barbosa considera que “[...] essa tática de Kubitschek antecipava, de certa forma, o que faria o presidente Kennedy, na linha da política iniciada nos tempos de Roosevelt, com o New Deal” (Benevides, 2002, p. 25).

A administração paralela permitia maior autonomia para a realização de orçamentos e contratação de pessoal. O Programa de Metas impulsionou novos setores de produção, como o de bens intermediários e o de bens de produção, promovendo a expansão industrial no Brasil. Gerou, contudo, grande endividamento e altas taxas de inflação para os próximos governos.

A construção de Brasília despendeu fabulosas quantias de recursos financeiros e o presidente não se mostrava preocupado com os conselhos que indicavam a necessidade de redução dos gastos.

Couto (2011) explica que Roberto Campos, um dos formuladores do Plano de Metas e um dos principais assessores do presidente, tornou-se crítico feroz do governo JK. Na opinião de Campos, “JK era uma pilha de simpatia, mas o desenvolvimentismo dele acabou em bancarrota e o Brasil estava cambialmente insolvente quando Jânio tomou posse” (Campos *apud* Couto, 2011, p. 155).

Tancredo Neves, que acompanhou de perto os acontecimentos do mandato de Kubitschek, afirmou o seguinte, em 1984:

Coisa engraçada! O Getúlio tinha medo da inflação. Tinha uma consciência nítida do descalabro inflacionário. Já o Juscelino era um inflacionista convicto. Participava de uma emissão com volúpia (risos). Precisava de uma emissão para concluir uma barragem, para construir uma central elétrica ou uma grande estrada? Aquilo para ele era um banquete. Não obstante, ele deixou uma inflação de 25%, que não é nada comparada com essa de 200%. Mas, com aquela inflação de 20%, ele realmente fez os cinquenta anos em cinco (Neves *apud* Couto, 2011, p. 154-155).

É nesse contexto de celeridade na construção de numerosas obras que se insere a Operação Bananal. Quando Kubitschek anunciou a Operação afirmou que para a realização das obras seriam aplicados 350 milhões de cruzeiros colocados à disposição da Fundação Brasil Central pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). Mas a FBC não recebeu imediatamente recursos, nem mesmo para a compra dos materiais. Gonçalves (1984) afirmou que mesmo antes de receberem a verba compraram todo o material em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte e que os recursos só chegaram em meados de agosto. Ao receberem, aplicaram no pagamento do vasto material adquirido.

Maciel (2011) afirma que as sucessivas administrações da FBC buscaram garantir a sua conservação, mas que sofriam de uma crise financeira crônica, resultado das próprias condições sob as quais a instituição fora constituída, ou seja, buscando diversas iniciativas ambiciosas sem priorizar qual era a melhor forma para a sua realização. Em 1960 as empresas e negócios da FBC haviam sido alienados ou estavam paralisados devido a uma importante crise financeira.

Como a FBC era uma instituição oficial vinculada diretamente à Presidência da República e mantida pelos cofres públicos, a sua sobrevivência se devia às dotações que lhe eram consignadas anualmente pelo orçamento da União. Mas a partir de 1954, receberia também verbas da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) para a

realização de projetos sobre vias de transportes (Maciel, 2011). A Estrada de Ferro Tocantins e a rodovia Belém-Brasília se beneficiaram dos recursos da SPVEA.

Em 6 de março de 1961, uma comissão de sindicância foi designada pelo presidente da República para atuar na Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. A SPVEA pediu informações à FBC sobre o uso de uma verba, no valor de 350 milhões de cruzeiros, destinada ao desenvolvimento econômico da ilha do Bananal. Na prática, desconheciam “[...] quando e por que meios recebeu a Fundação Brasil Central a quantia mencionada” (SPVEA, 1961).

Em abril daquele mesmo ano houve a criação de uma Comissão do Processo Administrativo da Operação Bananal. Jorge Ferreira, presidente da FBC, atendeu às solicitações de João Leite Sobrinho, presidente da Comissão do Processo Administrativo, e afirmou:

Desconhece a Fundação Brasil Central ato, decreto ou lei que autorizou a “Operação Bananal”. Existem, relativos ao assunto, em poder desta instituição, dois ofícios assinados pelo ex-presidente da FBC, Cel. Nélio Cerqueira Gonçalves, dirigidos um ao Exmo. Sr. Dr. Juscelino Kubitscheck, ex-Presidente da República, e outro ao Sr. Waldir Bouhid, ex-superintendente da SPVEA. Sugerem, ambos, ser da ex-presidência da República a responsabilidade da iniciativa (Ferreira, 1961).

Jorge Ferreira demonstrava que a iniciativa da Operação Bananal era exclusiva do ex-presidente da República, Juscelino Kubitscheck. Ele também afirmou que por meio dos documentos citados podia-se concluir que a FBC, com a mobilização expressa do ex-presidente, serviu de instrumento para a realização da Operação Bananal. Ressaltou que as obras estavam praticamente paralisadas devido à falta de recursos, não havia sido encerrado o balanço contábil da FBC do ano de 1960 e que o maior volume das aplicações era referente a Operação.

Uma Comissão de Inquérito foi noticiada pela Hora do Brasil, em junho de 1961, para “[...] apurar graves irregularidades praticadas pela Fundação Brasil Central, quando das obras realizadas na Ilha do Bananal, da responsabilidade do coronel Nélio Cerqueira Gonçalves” (Gonçalves, 1984, p. 141). A comissão foi nomeada pelo presidente da República Jânio Quadros.

Em 12 de julho de 1961, o presidente da Comissão de Inquérito sobre a Operação Bananal pediu o comparecimento de Raul Soares da Silveira, secretário geral da FBC, e de José Meneses Sena, chefe do Serviço de Engenharia Central da FBC, para prestarem esclarecimentos sobre a apuração de irregularidades na Operação Bananal. Gonçalves (1984)

destaca que só Jânio discordava que a Operação havia sido uma iniciativa extraordinária e a enxergava de forma negativa. O inquérito foi mais tarde arquivado.

### **2.3. FIM DA OPERAÇÃO: CONSEQUÊNCIAS E ATUALIDADE**

Após retirar a Operação Bananal de pauta em 1961, Jorge Ferreira, então presidente da FBC, ofertou para o Ministério da Aeronáutica a pista de pouso, com 80% das obras já adiantadas, e o asfalto para sua conclusão. Deixou claro que não possuía recursos financeiros para cooperar com a Força Aérea Brasileira (FAB).

A FBC possuía uma dívida com o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). Segundo cartas oficiais da Fundação Brasil Central, os seus recursos provinham do Governo Federal e eram utilizados para pagar o seu quadro de funcionários, as obras, despesas de manutenção, realizar o seu plano de trabalho que incluía a construção de escolas, postos de assistência, a colonização do “Vale dos Sonhos”<sup>7</sup> e a abertura de uma estrada que ligaria Aragarças-Xavantina.

A FBC teve seus recursos reduzidos em 30%, por força do decreto 50.761 de 09/06/61. Por isso propuseram duas sugestões para liquidação do débito: na primeira a dívida seria doada pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) ao Hospital do Bananal que se encontrava fechado por falta de recursos e o seu funcionamento seria vital para a região do médio Araguaia. Na segunda, eles entregariam uma área de 66.322 metros quadrados, da cidade de Fronteira, em Minas Gerais, de propriedade da FBC para o IAPI.

De acordo com um ofício enviado à FBC, em agosto de 1961, houve um pedido de transferência do hotel, aeroporto e hospital da ilha do Bananal para o patrimônio do Parque Nacional do Araguaia. Jorge Ferreira concordou com a medida desde que o Serviço Florestal assumisse as responsabilidades que eles propusessem: a indenização de uma quantia do valor empregado naquelas obras, a construção de uma escola primária para atender os Karajá, a construção de 24 casas residenciais destinadas a médicos, enfermeiros e professores, a viabilização do funcionamento do hospital de Bananal, além de combustíveis, aviões, barcos e funcionários para o funcionamento dos serviços, a conclusão da pista de pouso e a indenização à FBC de todos os investimentos que foram realizados na ilha. Tudo isso para

---

<sup>7</sup> Uma das áreas de atuação da FBC que nesse período englobavam Aragarças, Xavantina, Garapu, Bananal e Vale dos Sonhos.

que a Fundação pudesse abandonar o local e se fixar em outro a fim de cumprir o seu programa de trabalho.

A FBC fez um relatório descritivo dos serviços executados na construção do aeroporto. Destacou que a pista tinha como função o apoio aéreo necessário às obras e assistência à região Oeste do Brasil. Novamente, indicam que cederiam a pista de pouso para a FAB, ainda inconclusa, pois não dispunham de recursos financeiros para novos investimentos. (Relatório, 1961)

Conforme documentos do acervo da FBC, o Serviço Central de Operações (SCOP), criado em 1960 para atender a demanda de transporte da Operação Bananal, atuava com grande frota de veículos partindo de Brasília para a ilha do Bananal. Posteriormente, em novembro de 1961, os veículos passaram a ser distribuídos pelas bases e não lhes parecia mais oportuno ter o SCOP nessa atividade.

Desde o início, a Fundação possuía um serviço equivalente ao SCOP, porém, somente com aviação e radiocomunicações. A sua aviação se dividia em leve, para atender os núcleos do interior, e pesada para atender à Operação Bananal. A primeira, estava sob controle do SCOP e a segunda, composta de grandes aeronaves, sob o controle da FAB. Devido a aviação pesada foi instalado, na parte militar do aeroporto de Brasília, um serviço de carga e descarga de aviões e embarque de passageiros. Parte desta instalação foi cedida verbalmente à FAB.

No início de 1962, Francisco Gomes de Andrade Lima, o novo dirigente da FBC, apresentou o plano de aplicação orçamentária da Fundação para o exercício daquele ano. Especificou as despesas com pessoal, material, serviço de terceiros, encargos e despesas diversas e explicou que necessitaria aplicar capitais para cumprir com os compromissos assumidos pelas administrações anteriores, como dar prosseguimento à construção da estrada BR-72 que liga as cidades de Aragarças e Xavantina, com extensão de 140 Km, iniciada há mais de 10 anos. (Lima, 1962)

Francisco Lima (1962), ainda afirmou no plano de trabalho para o ano de 1962 que a colonização do Brasil Central e Ocidental notadamente nas regiões dos altos rios Araguaia e Xingu, estava sob a égide da Fundação e se fazia necessário o recebimento de verbas para dar prosseguimento à expansão territorial. Ele citou a colonização nas zonas dos Vales dos Sonhos e Garapú e solicitou verba para o término das obras das escolas, para reparos nos hospitais de Aragarças e Bananal e para a conclusão de uma casa destinada à administração em Vale dos Sonhos.

A FBC solicitou por meio de um ofício que a FAB realizasse algumas modificações na planta do hospital, devolvendo-a à Fundação para executá-las. Eles dispunham de médicos e enfermeiros e o maior obstáculo para o funcionamento efetivo do hospital seria o fornecimento de medicamentos, mas se a Aeronáutica os fornecesse não haveria mais protelações para sua instalação definitiva.

Por meio de um ofício da FBC ao senhor General Amaury Krueel, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República percebeu-se que esta enfrentava problemas referentes ao funcionamento do hospital, pois as tentativas de cooperação junto ao Ministério da Saúde e ao Serviço Médico da Força Aérea Brasileira (FAB) fracassaram. Aguardavam recursos financeiros para aplicar no hospital para que pudesse funcionar adequadamente (Ofício, 1962a).

Em julho de 1962, a FBC enviou um ofício ao Presidente da República, João Goulart, sobre uma proposta da empresa Cia. de Turismo e Melhoramentos Bananal que se propunha comprar (arrendar) as benfeitorias realizadas na ilha do Bananal. Francisco Lima justifica que o arrendamento seria necessário, pois as obras realizadas pela Fundação transcenderam o valor da verba recebida. Por isso possuíam dívidas, não conseguiam liquidá-las e isso impossibilitava que as obras fossem concluídas (Ofício, 1962b).

A empresa se comprometia a terminar as obras do hotel, pavimentar a estrada do aeroporto até o hotel, formar um parque local e construir uma estação fluvial. Além de dispor de uma quantia que serviria para o pagamento das dívidas. A FBC enviou a proposta ao então Presidente da República, João Goulart.

No mês seguinte, Francisco Lima informou ao presidente da República que assumiu a Fundação com várias dívidas devido à Operação Bananal e que dispunha de uma única fonte de receita que era atribuída no Orçamento Geral da União. A Fundação passava por problemas financeiros e ele solicitou um adiantamento de verba para o exercício do ano de 1963 (Ofício, 1962c).

Como tentativa para resolver as questões financeiras, a FBC continuava com a ideia de arrendar as instalações e as duas aeronaves de Bananal. Por isso, solicitaram por meio de um ofício a devolução de um avião da Operação que foi emprestado ao Estado do Acre. O governador do Acre, contudo, alegou por meio do ofício número RRG/64/63 (1963) que o avião foi entregue a ele por determinação do Presidente da República e não iriam atender à solicitação de devolução (Ofício, 1963a).

O presidente da FBC, Francisco Lima, por solicitação do então governador de Goiás, Mauro Borges, eles hospedaram o secretário da Embaixada da República Socialista da Tchecoslováquia no hotel, em agosto de 1962 (Ofício, 1962d).

Pedro Taxis González, o novo dirigente da FBC, em outubro de 1963, afirmou em ofício ao reitor da Universidade de Brasília, professor Anísio Teixeira, que a Fundação há 20 anos promovia um trabalho de desbravamento e colonização do Centro-Oeste contribuindo para a integração nacional. Destacou que a partir de 1961 a Operação Bananal não obteve prioridade e que as obras foram paralisadas, já em sua fase final de acabamento, devido às dificuldades financeiras (Ofício, 1963b).

O hospital ainda não estava concluído e ele propôs ao reitor da Universidade de Brasília, Anísio Teixeira, um convênio entre a FBC e a universidade para que o hospital pudesse funcionar adequadamente e fosse utilizado como um centro de pesquisa, almejando futuramente novas instalações para estudo e atendimento ao público. Mas o convênio não aconteceu.

Em ofício ao senhor Doutor Oswaldo Lima Filho, Ministro da Agricultura, a FBC informou que por determinação do Presidente da República, em outubro de 1963, deu início ao que chamaram de segunda Operação Bananal que tinha como objetivo aparelhar tecnicamente aquele posto com um serviço de meteorologia. Para isso, solicitaram ao Ministro da Agricultura um pluviômetro, termômetro, higrômetro e barômetro (Ofício, 1963c).

Desde 1961, a FBC enfrentava dificuldades sobre o funcionamento do hospital na ilha do Bananal. Porém, em fevereiro de 1964 a Fundação Brasil Central, entidade jurídica de direito privado, com sede em Brasília, bloco 11, 5º andar, representada pelo seu presidente, Dr. Pedro Taxis González e o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão da administração federal representado por seu diretor, Dr. Noel Nutels firmaram um convênio, em que a primeira cedia o Hospital Sara Kubitschek que ficava localizado na povoação indígena Getúlio Vargas, na ilha do Bananal, para que o SPI o operasse, conservasse e atendesse a população do Vale do Araguaia (Convênio, 1964).

O hospital consistia em 580m<sup>2</sup> de área coberta com capacidade para 15 leitos, sala de operações, sala de raios-x, sala dentária completa, farmácia, suprimento de energia elétrica (40HP), instalações sanitárias e serviço de água e esgoto.

No início de 1964, a FBC relatou as obras executadas no ano de 1963, como a construção de alojamentos, melhoramentos nas obras do Hotel de Turismo, reforma geral no

edifício Alvoradinha, reforma no Hospital de Aragarças, saneamento e abastecimento de água, melhoria de estradas e pontes entre Aragarças e Xavantina, entre Caiapônia e rio do Peixe, de Jataí a Aragarças e na Ilha do Bananal, entre outros. A FBC tinha um plano de colonização, para implantação de agrovilas ao longo das rodovias pioneiras, que seria a meta decisiva da Fundação para reintegrar o órgão nas suas finalidades precípuas (Ofício, 1964a).

Enviaram esse ofício em 9 de março de 1964 sobre o projeto de colonização, com agrovilas, ao presidente João Goulart que pretendiam levar a efeito no decorrer do biênio 1964/1965. O plano inicialmente consistia no povoamento da Belém-Brasília, com 110 agrovilas. A primeira etapa do plano previa a implantação de 11 agrovilas com possibilidades de abrigar onze mil famílias.

O objetivo do projeto era a interiorização do Brasil, abrindo-se novas áreas habitacionais e possibilidades para o incremento da produção agropastoril. As áreas de atuação da FBC nesse período englobavam Aragarças, Xavantina, Garapú, Bananal e Vale dos Sonhos.

Em março de 1964, a estação meteorológica foi instalada na Ilha do Bananal com a colaboração do Ministério da Agricultura. Nesse mesmo mês a FBC apresentou projetos que para serem concretizados necessitavam de providências do Poder Executivo. A Fundação apresentou quatro projetos prioritários: estudos e pesquisas com inventários dos recursos naturais de carvão de pedra do rio Fresco (Pará), colonização e aproveitamento agropastoril do Vale do Araguaia, penetração e desbravamento com projeto integrado para o Vale do Tapajós e à manutenção de tráfego na Estrada de Ferro-Tocantins (EFT) (Ofício, 1964b).

Com o início do regime civil-militar, a partir de abril de 1964, a FBC esteve por algum tempo sob intervenção. O interventor, general Bolívar Oscar Mascarenhas, fez um relatório ao chefe do Gabinete Militar sobre a situação administrativa da Fundação Brasil Central. Ele solicitou aos chefes de serviço um relatório sobre a situação de cada setor da instituição e concedeu exoneração a todos (Relatório, 1964).

Com base no estudo dos relatórios dos ex-chefes, ele concluiu que deveria instaurar uma comissão de inquérito e sugeriu que a FBC fosse subordinada diretamente ao Conselho de Segurança Nacional, pois suas atividades estariam ligadas à segurança e soberania nacional sobre uma área de aproximadamente 2 milhões de Km<sup>2</sup> (Relatório, 1964).

O Serviço de Aviação, iniciado em 1945, havia passado a dar cobertura aos postos avançados e, a partir de 1952, alterou a finalidade de seus voos, sem um programa previamente estabelecido, atendendo às solicitações de momento no posto avançado de

Garapú, a 180 quilômetros de Xavantina. Com o novo governo, o serviço de aviação da FBC apresentou algumas sugestões para o funcionamento do serviço aéreo de transporte ao interventor Oscar Mascarenhas.

O posto da Ilha do Bananal estava quase paralisado em suas atividades. Dessa forma ficava difícil estabelecer um programa de voo para o atendimento dessas localidades. Sugeriram, então, que dois voos mensais fossem feitos ligando os centros de atividades a Brasília (Ofício, 1964c).

O interventor recebeu uma proposta do procurador Antônio Carlos Sigmaringa Seixas para explorar o comércio hoteleiro no hotel da ilha do Bananal e no prédio conhecido por Alvoradinha. O assunto já tinha sido objeto de pronunciamento favorável da Consultoria Geral da República, chegando-se a promover um edital de concorrência para o arrendamento, que não se efetivou.

Em setembro de 1964, a Agência Campineira Passagens e Turismo mostrou-se interessada no arrendamento e solicitou informações a respeito do hotel. O Camping Clube do Brasil, tinha o objetivo turístico de instalar uma rede de campings em todo o país e também solicitou participar da concorrência de preços para a exploração dos hotéis de Santa Isabel e da ilha do Bananal.

Wolfgang Gunther, ex-funcionário da FBC que trabalhou no Centro de Atividades da ilha do Bananal acompanhou a construção do Hotel JK e relata que o presidente João Goulart e a família passavam os finais de semana na ilha. Segundo Gunther (2007), as deteriorações das obras de Bananal tiveram cunho político, já que os militares teriam a intenção de apagar as obras realizadas. Por isso, o Hotel JK teve seu nome mudado para John Kennedy e com o tempo foi fechado, sobrando tão somente suas ruínas. Lima Filho (2001) explica que os militares mudaram o nome do hotel para ofuscar a imagem do ex-presidente Juscelino Kubitscheck.

De seu lado, o diretor de assuntos materiais do Ministério da Aeronáutica, em setembro de 1964, solicitou a cessão de quatro balsas metálicas que foram utilizadas na Operação Bananal e que se encontravam em Santa Isabel e Xavantina. Elas ficariam em serviço entre o Posto de Garapú e o destacamento do Xingu e transportariam combustíveis, lubrificantes e todo material para obras realizadas pelo serviço de engenharia. Eles receberam como empréstimo seis flutuadores de aço com 6 metros de comprimento de propriedade da FBC. (Ofício, 1964d)

Em outubro de 1964, a FBC enviou um ofício para o senhor coronel Oswaldo Cordeiro de farias, Ministro Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, para informar sobre a publicação no Diário Oficial de um edital de Concorrência Pública para o arrendamento do Hotel de Turismo da ilha do Bananal, através do qual as empresas interessadas deveriam se pautar (Ofício, 1964e). O Procurador Geral da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, José Júlio Guimarães Lima, visitou as instalações da FBC na ilha do Bananal em julho de 1965.

No mesmo mês, o comandante da Sexta Zona Aérea do Ministério da Aeronáutica, Itamar Rocha, enviou um ofício de número 40/A-1/887 e informou que o Correio Aéreo Nacional (CAN) que iria estender sua linha de voo LPN-15 até Santa Isabel do Morro, na ilha do Bananal. Haveria então um voo semanal para a ilha do Bananal saindo de Brasília todas as quartas-feiras às 13 horas e regressando de Bananal às quintas-feiras às sete horas da manhã, para realizar o transporte de carga e passageiros. Esse voo semanal tinha como objetivo despertar o interesse de empresas para arrendar o hotel da ilha, já que muitas delas alegavam que a distância e a falta de mobilidade dificultariam a prática do turismo (Ofício, 1965).

O hotel foi arrendado em 1965 mediante concorrência pública, na qual saiu vencedora a firma Ciclone Hinterland Turismo, de propriedade dos irmãos Waldir e Adir Frauzino. Em 1966, o presidente da FBC, tenente coronel Aloysio Lontra Netto, fez um ofício comunicando o arrendamento e explicou que, cumprindo a determinação do Governo Federal, a Fundação havia construído em Santa Isabel do Morro, um hotel de turismo, hospital, escola, pista de pouso e outras benfeitorias. Ressaltou que a Ilha reunia as características necessárias para ser uma atração turística, ainda praticamente inexplorada. Por isso, o objetivo era desenvolver o turismo naquela região (Ofício, 1966).

A empresa vencedora alegou que estava enfrentando dificuldades de transporte para a ilha do Bananal e que este seria um fator negativo para o desenvolvimento do turismo naquela região e para a sobrevivência do hotel. Assim, a FBC solicitou junto ao Ministro Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais, João Gonçalves de Souza, que incluísse em sua pauta de trabalhos a promoção do Hotel da ilha do Bananal para atrair para o Centro-Oeste as atenções dos turistas do Brasil e do mundo.

Segundo Lima Filho (2001), os Frauzino, em 1966, entregaram a gerência do hotel para o escritor goiano Carmo Bernardes, que ficou no cargo durante um ano. Ele contou em uma entrevista que o hotel tinha poucos hóspedes, que os militares o utilizavam como refúgio de Brasília e pescavam soltando explosivos nos rios da ilha. Com a saída de Carmo

Bernardes, os irmãos contrataram Rolando Ubirajara que pagava aos Karajá para que fizessem pinturas corporais e dançassem para os turistas.

**Figura 11 – Pratos de porcelana e talheres de prata do Hotel JK anunciados para venda.**

**OBJETOS ANTIGOS**.COM

Quero comprar... Pesquisar

Entrar  
Cadastrar  
Contato

Anuncie Grátis!

HOME BRINQUEDOS ANTIGOS DECORAÇÃO ANTIGA TELEFONES ANTIGOS MÓVEIS ANTIGOS PUBLICAÇÕES ANTIGAS E AFINS CATEGORIAS

Home / Coleções / Coleções Antigas Diversas

**PRATOS E TALHERES - HOTEL JK - ILHA DO BANANAL** (Cód. Produto: 1070)

RS 510.00

Documents Antigos  
Goiânia - Goiás  
**(62) 99927-2799**

Nome:

Email:

Telefone:

Mensagem:

Enviar Mensagem

**DESCRIÇÃO DO OBJETO**

-Dois pratos de Porcelana da marca Mauá (Sobremesa e Almoço/Janta)

-Garfo Prata 90 Wolff -Faca Prata 90 Wolff e no corte Inox

Os pratos possuem marcações Hotel JK Ilha do Bananal e nos talheres uma marcação escrita JK.

Eram peças do Hotel JK construído por Juscelino Kubitschek na Ilha do Bananal-TO.

O hotel JK seria a melhor atração da Ilha do Bananal. Esportivo, luxuoso e elegante, construído sobre palafitas – pois área era sujeita a enchentes – as janelas se debruçando sobre o Araguaia, representava um pernalta insólito pousando nas margens do rio. Em fim do mandato de JK o hotel chegou a funcionar como local de convenções sem pressa e reuniões de dirigentes turísticos ou administrativos vindos de Brasília.

Vendedor  
Documents Antigos  
Goiânia - Goiás  
**(62) 99927-2799**

Fonte: Objetos Antigos. Disponível em: [https://www.objetosantigos.com/pratos-e-talheres-hotel-jk-ilha-do-bananal/t\\_1070](https://www.objetosantigos.com/pratos-e-talheres-hotel-jk-ilha-do-bananal/t_1070). Acesso em: 20 set. 2022.

Com a extinção da FBC, os Frauzino tiveram atrito com a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), que entrou na Justiça contra o arrendamento do hotel pela empresa Ciclone Turismo, que pagava à FBC por semestre e por determinação do Poder Judiciário deixaram o hotel. Este ficou abandonado. Muitas peças de prataria foram transformadas em *souvenirs* por funcionários e hóspedes. Inclusive, ainda se encontra na internet anúncios de venda de utensílios do hotel. No site Objetos Antigos (Figura 11), os pratos e talheres com a marcação do Hotel JK ilha do Bananal estão sendo vendidos pelo valor de R\$510,00 (quinhentos e dez reais).

Durante a administração da SUDECO, o hotel serviu como local de hospedagem dos próprios funcionários e do alto escalão do governo federal (Lima Filho, 2001). Em 1990 o hotel foi totalmente incendiado pelos indígenas. De acordo com o relato de Lima Filho (2001), o incêndio parece ter sido acidental, quando um Karajá ao tirar mel de uma colmeia em uma árvore, ateou-lhe fogo. Mas o autor deixa claro que o hotel era desdenhado pelos Karajá, enquanto algumas pessoas de São Félix do Araguaia se mostraram tristes com o incêndio que destruiu o hotel.

Para Lima Filho (2001) a noção de turismo deve ser associada à ideia de território e expansão econômica. Como a construção do Hotel de turismo JK, na ilha do Bananal, que seria traduzido por um turismo selvagem “[...] na qual natureza e índio seriam vitrinizados por um hotel resort de luxo” (Lima, 2001, p. 101).

José Rodrigues de Faria Sobrinho, que ocupou a chefia do Serviço Central de Engenharia, fez um relatório em 1966 com informações sobre a administração de alguns presidentes da FBC. Na direção de Pedro Tásis, os seguintes trabalhos foram executados pelo Serviço Central de Engenharia e pela Superintendência de Planejamento na ilha do Bananal: início de reformas nos edifícios de propriedade da FBC, estudo para organização de uma colônia de pesca, proposição de convênios com o Ministério da Saúde para manutenção dos hospitais e postos médicos de propriedade da FBC, convênio com o Ministério da Educação e Cultura para manutenção das escolas primárias da FBC em Aragarças, Vale dos Sonhos, Xavantina e Bananal.

Na administração do tenente-coronel Aloyzio Lontra Neto houve o término das reformas nas construções da ilha do Bananal e apenas a previsão de construção de um bosque, um edifício de almoxarifado, um clube, mercado e igreja na ilha. Essas edificações prometidas não saíram do papel.

Em março de 1967, o chefe do Centro de Atividades da ilha do Bananal, Denes Alcantara, solicitou ao presidente da FBC, Joaquim Moreira Neto, material para a confecção de uniformes para os estudantes do grupo escolar Professora Damiana da Cunha (Ofício, 1967).

Em 1967 a Fundação estava vinculada ao Ministério do Interior, com sede central em Brasília e mantinha contato com seus centros e postos por meio de um sistema de radiocomunicação. O Ministério do Interior fez um relatório com notícias sobre a situação da Fundação Brasil Central e abordou desde sua origem, objetivos até os seus locais de atuação, como Aragarças, Colônia Agrícola de Vale dos Sonhos, Xavantina, ilha do Bananal e rodovia Xavantina-Cachimbo-Manaus.

Neste relatório informaram que na ilha do Bananal, englobando a região de Santa Isabel do Morro e São Félix, a população era de aproximadamente 3000 habitantes. O hotel continuava arrendado e chamava-se naquele momento Jonh Kennedy. A ilha estava sendo servida por uma linha regular de aviões comerciais para Goiânia e Brasília (Relatório, 1967).

Por meio do Parecer nº 166/67, processo número 9581/67 do assessor Álvaro de Oliveira do Ministério do Interior, o presidente da FBC, Alberto Carlos Costa Fortunato, propôs ao Ministro do Interior a transferência do patrimônio da FBC da ilha do Bananal, bem como dos funcionários ali lotados, para o Serviço de Proteção aos Índios (SPI). A medida seria de urgência tendo em vista a próxima extinção da FBC (Parecer, 1967).

Em 11 de outubro, o ministro de Estado do Interior encaminhou ao Presidente da República, o anteprojeto de lei visando a criação da SUDECO. Estabelecia-se que na data da instalação da SUDECO a FBC seria considerada extinta, transferindo para a primeira o respectivo acervo patrimonial, recursos orçamentários e extra orçamentários, bem como todos os serviços. O quadro de pessoal também seria absorvido pela SUDECO. O Anteprojeto foi transformado na Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967 (Parecer, 1967).

O documento também afirma, que o obstáculo maior para a transferência proposta estava no próprio Serviço de Proteção aos Índios, pois esse órgão também estaria às vésperas de sua extinção, por força do artigo 6º da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, que criava a Fundação Nacional dos Povos Indígenas. “Instituída a Fundação, ficarão automaticamente extintos o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) e o Parque Nacional do Xingu” (Parecer, 1967).

Segundo o assessor Álvaro de Oliveira (1967), seria juridicamente impossível a transferência dos bens da Fundação Brasil Central para a Fundação Nacional dos Povos

Indígenas, pois o objetivo da FBC seria o desbravamento e colonização das regiões do Brasil Central e Ocidental não podendo ser desviados desse fim. Portanto, a finalidade dos dois órgãos era diferente impossibilitando a incorporação dos bens pela FUNAI. Outro obstáculo seria a criação da SUDECO que estabelecia no artigo 11 da Lei nº 5.365, de 1º de dezembro de 1967:

Considerar-se-á extinta, na data da instalação da SUDECO, a Fundação Brasil Central, instituída nos termos do Decreto-lei nº 5878, de 4 de outubro de 1963, transferindo-se automaticamente para a SUDECO o respectivo acervo patrimonial, recursos orçamentários e extra-orçamentários, bem como serviços (Parecer, 1967).

Desse modo, pela diferença de finalidades das Fundações e pela destinação do dispositivo legal que criava a SUDECO tornava-se inviável, sob o ponto de vista jurídico, a transferência proposta.

Em janeiro de 1968, o presidente da FBC, Alberto Carlos Costa Fortunato, enviou ao diretor da Divisão de Segurança e Informações do Ministério do Interior o ofício nº 01/67 atendendo à solicitação do Serviço Nacional de Informações. Informou que a FBC possuía um hospital em Aragarças, bem aparelhado com três médicos e capacidade para 70 leitos, outro em Xavantina e em Bananal com menos recursos (Ofício, 1968).

Conforme o ofício, somente o hospital de Aragarças possuía médicos e os outros dois eram atendidos por enfermeiras. Afirmou que não houve uma seleção para admissão dos funcionários e que pouquíssimos possuíam curso superior. O órgão contava com 501 funcionários e 372 contratados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

As principais realizações da FBC no período, sempre de acordo com o relatório citado, eram os programas referentes à estrada Aragarças-Xavantina, a Expedição Xavantina-Cachimbo, instalação de energia elétrica para o centro de atividades de Aragarças, instalação de um centro telefônico, olaria, e planos habitacionais em Aragarças e Xavantina em que foram construídas 17 residências.

Relatou, ainda, que a FBC possuía cinco aviões – um acordo com a aeronáutica viabilizava seu uso para a prestação de serviços – três lanchas de alumínio e duas canoas, além de uma frota de 44 veículos. Informou, também, a falta de verbas, falhas na programação financeira, dívidas e descrédito que impediram uma maior produtividade (Ofício, 1968).

Como citado anteriormente, os representantes da FBC justificaram que, devido às diferenças de finalidades da FBC e da FUNAI e pela destinação do dispositivo legal que criava a SUDECO, tornava-se inviável, sob o ponto de vista jurídico, a transferência do

patrimônio. Apesar disso, em setembro de 1968, a SUDECO e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) assinaram um termo de convênio para transferência de bens e serviços da extinta FBC na ilha do Bananal. Dos imóveis transferidos não constava o prédio do hotel.

De acordo com o termo de convênio, a FUNAI deveria se comprometer a manter a escola e o hospital em funcionamento normal. Um termo aditivo àquele convênio foi assinado em novembro de 1968 para a transferência dos bens móveis que se achavam nos imóveis cedidos. A SUDECO iria transferir a carga definitiva dos bens móveis, como estantes de madeira, mesa auxiliar de peroba, mesas de madeiras, cinzeiro, utensílios de escritório, materiais escolares, livros, aparelhos e instrumentos técnicos de cirurgia, aparelhos e utensílios odontológicos, material de farmácia e enfermagem, veículos, máquinas industriais, motores a gasolina, motores diesel, motores elétricos, embarcações e ferramentas (Terma Aditivo, 1968).

Em agosto de 1970, Flávio Serra, respondendo pela chefia do gabinete, enviou o ofício número 0422/70 para o senhor Adir Frauzino Pereira, gerente da Ciclone Hinterland Turismo, para a reserva de acomodações para 25 pessoas no Hotel John Kennedy. Isso é mais uma indicação que o hotel recebia vários hóspedes, em sua maioria vindos de Brasília (Ofício, 1970).

Foi inaugurado o Museu Histórico de São Félix do Araguaia em 13 de maio de 1997, data de aniversário da cidade. O museu guarda algumas peças de prataria, cristal e porcelana do hotel.

Espalhou-se uma história de que a marchinha de carnaval “Índio quer apito” surgiu em uma visita a uma comunidade indígena da Ilha do Bananal pela esposa do então presidente Juscelino Kubitschek, Sarah Kubitschek, que havia levado muitas bugigangas para agradar os índios. Quando ela colocava um colar no pescoço de um líder indígena ele teria dito a famosa frase “índio quer apito”.

Em 1961 os dois excelentes compositores carnavalescos, Haroldo Lobo e Milton de Oliveira, aproveitando a história que era contada, lançaram a marchinha: “lá no Bananal/Mulher de branco/Levou pra índio/Colar esquisito/ Índio viu presente mais bonito/- Eu não quer colar/Índio quer apito”. Ela é ainda hoje umas das marchinhas mais tocadas nas ruas do Brasil durante o carnaval.

Lopes (2019) explica que desde a Marcha para o Oeste o turismo para a região do Araguaia e da Ilha do Bananal foi incentivado. Desde a visita de Getúlio Vargas na ilha em

agosto de 1940, que tinha como objetivo principal popularizar a Marcha houve uma maior visibilidade, o que despertou o interesse pelo turismo. A autora destaca que as viagens turísticas não eram apenas contemplativas, mas envolviam a caça e a pesca. A maior parte dos turistas eram amadores, porém existiam também os caçadores profissionais. Ambos contribuíram para dizimar a fauna da Ilha do Bananal.

A Ilha do Bananal sofreu ainda mais com as iniciativas da Operação Bananal, como a pesca predatória, coleta de ovos de tartaruga, caça de jacarés e ariranhas. Em junho de 1961 a FBC enviou ao senhor General de Brigada, Pedro Geraldo de Almeida, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, uma denúncia sobre esses crimes e sugeriu uma fiscalização rigorosa também para resguardar a ilha da invasão de mariscadores. Deixou claro que essas providências fugiam às atribuições da Fundação e era indispensável atualizar um decreto de interdição das espécies a serem caçadas ou pescadas, incluindo o pirarucu. Pois este estava em vias de desaparecimento.

O presidente da FBC nesse período, Jorge Ferreira ofereceu o Centro de Atividades da Ilha do Bananal juntamente com todos os seus postos avançados ao Ministério da Agricultura e ao Serviço Florestal, para funcionarem como delegacias honorárias deste serviço e da divisão de Caça e Pesca. Mas não haviam recebido resposta até o momento. Em defesa da fauna e da flora, ele determinou a todos os postos e bases da unidade que exercessem a mais rigorosa fiscalização para evitar transgressões às normas protecionistas.

Barbosa (2022) explica que maior ilha fluvial do mundo, a Ilha do Bananal, com o tempo foi passando por transformações como a criação do estado do Tocantins, a produção de grãos, a implantação de barramentos em áreas inadequadas, a introdução de pastagens exóticas no interior da ilha para o sustento do grande pastoreio. A Operação Bananal intensificou a ocupação da ilha, por moradores não indígenas, o que gerou consequências ruins como o reforço da criação de gado.

A própria FUNAI passou a cobrar uma taxa pelo uso das pastagens, o que parecia legitimar a invasão do Parque Nacional do Araguaia e do Parque Indígena do Araguaia. Os auges das invasões ocorreram na década de 1980. A criação de gado prejudicava a biodiversidade da ilha do Bananal e provocava a erosão das margens dos rios e solos, contaminando os animais silvestres com doenças e a destruição da vegetação nativa.

Nas décadas de 1970 e 1980, de forma mais intensa, a ilha recebeu pessoas vindas do estado do Maranhão, Piauí e Norte de Goiás. Nos anos 1980 e início dos anos 1990 havia na

ilha mais pessoas não indígenas (11 mil) do que os indígenas (2.400) que habitavam o local. (Rodrigues *apud* Mattos et al., 2013 p. 105).

O que mantém a perenidade de um rio é a água fornecida pela umidade do solo e pelos aquíferos. O rio Araguaia é alimentado no seu curso superior por águas do aquífero Guarani e a partir do seu curso médio pelos aquíferos Urucuaia e Bambuí. Os aquíferos dependem da água da chuva e da sua absorção na vegetação nativa do cerrado. Mas sabe-se que não estão sendo recarregados o suficiente para manter a perenidade do rio. A retirada da cobertura vegetal reduz a umidade do solo e a reserva de água dos aquíferos, o que afeta diretamente a vida do rio Araguaia (Barbosa, 2022).

Para Barbosa (2022) as modificações ambientais poderão provocar em um futuro muito breve o desaparecimento do braço direito do rio Araguaia e, como consequência, a extinção da ilha do Bananal. Dessa forma, entende-se que a Operação Bananal contribuiu para a degradação ambiental da ilha.

### CAPÍTULO 3

#### UM “CAPRICO MODERNISTA”: HISTÓRIA, AMBIENTE E AS POPULAÇÕES ORIGINÁRIAS NA ILHA DO BANANAL

Conforme Marques *et al.* (2019), a ilha do Bananal é uma importante e extensa área úmida do Brasil Central que consta na relação de zonas úmidas de importância internacional pela Convenção Ramsar.<sup>8</sup> A região é um ecótono entre os biomas do Cerrado e a Amazônia, possuindo uma rica biodiversidade.

A planície do Bananal é uma ampla faixa adjacente ao canal do rio Araguaia com área aproximada de 90.000 km<sup>2</sup> (23% da bacia do Araguaia), contendo canais abandonados e lagoas circulares. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as vegetações existentes na área de estudo são (a) Savana Parque com Floresta de Galeria; (b) Savana Arborizada com Floresta de Galeria; (c) Floresta Estacional Aluvial; (d) Pastagem Cultivada. (Marques; Júnior; Campagnoli; Júnior; Gomes; Guimarães, 2019, online).

Lopes (2019) explica que desde a Marcha para o Oeste o turismo para a região do Araguaia e da ilha do Bananal foi incentivado. O fato, contudo, é que ambos contribuíram para dizimar a fauna da ilha do Bananal, que sofreu ainda mais com as iniciativas da Operação Bananal, como a pesca predatória, coleta de ovos de tartaruga, caça de jacarés e ariranhas.

Já em junho de 1961, a FBC enviou ao general de brigada, Pedro Geraldo de Almeida, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, uma denúncia sobre esses crimes e sugeriu uma fiscalização rigorosa, também para resguardar a ilha da invasão de mariscadores. Deixou claro que essas providências fugiam às atribuições da Fundação e era indispensável atualizar um decreto de interdição das espécies a serem caçadas ou pescadas, incluindo o pirarucu, espécie em vias de desaparecimento.

À época, o presidente da FBC, Jorge Ferreira, ofereceu o Centro de Atividades da ilha do Bananal juntamente com todos os seus postos avançados ao Ministério da Agricultura e ao Serviço Florestal, para funcionarem como delegacias honorárias deste serviço e da divisão de Caça e Pesca. Em defesa da fauna e da flora, ele determinou a todos os postos e bases da

---

<sup>8</sup> Segundo o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a Convenção de Ramsar é um tratado intergovernamental que estabelece marcos para ações nacionais e para a cooperação entre países com o objetivo de promover a conservação e o uso racional de áreas úmidas no mundo. Essas ações estão fundamentadas no reconhecimento, pelos países signatários da Convenção, da importância ecológica e do valor social, econômico, cultural, científico e recreativo de tais áreas. Estabelecida em fevereiro de 1971, na cidade iraniana de Ramsar, a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional está em vigor desde 21 de dezembro de 1975 e foi incorporada ao arcabouço legal do Brasil em 1996, pelo Decreto nº 1.905/96 (Brasil, 2023).

unidade que exercessem a mais rigorosa fiscalização para evitar transgressões às normas protecionistas.

Contudo, as ações dos órgãos de vigilância não evitaram a degradação ambiental, comprometendo sobremaneira a qualidade de vida dos habitantes originários em pleno século XXI. Como pontua Miguel Braga Bonilha, técnico ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), há anos atuando na fiscalização do Parque Nacional do Araguaia, “Acredito que muita gente ainda não tenha a real noção da importância ecológica deste lugar”. Segundo ele, em entrevista concedida à imprensa alternativa Outras Mídias (2023, online), “A pesca ilegal está entre nossas principais autuações. Chegamos a apreender de 300 a 500 quilos de pescado por fiscalização”, conta Bonilha. Para ele, “É difícil monitorar efetivamente todo o território do Parque. Somos poucos na equipe, e os infratores usam estratégias para se camuflar como, no caso da pesca, fazer isso no período da madrugada, por exemplo”, explica o agente do ICMBio.

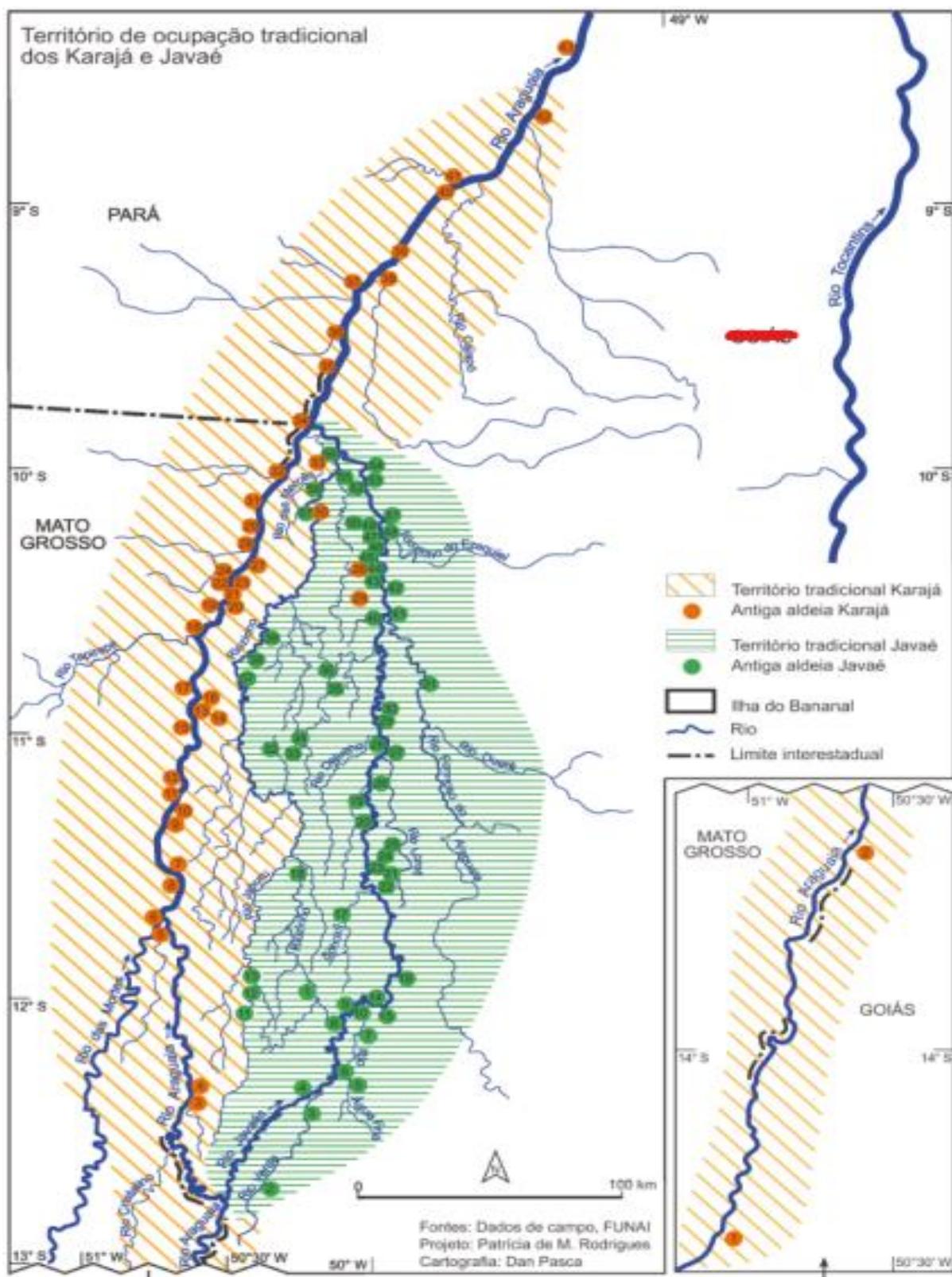
Barbosa (2022) explica que a maior ilha fluvial do mundo, a ilha do Bananal, passou por transformações paulatinas como a criação do Estado do Tocantins, a produção de grãos, a implantação de barragens em áreas inadequadas, a introdução de pastagens exóticas para o sustento do grande pastoreio. A Operação Bananal intensificou a ocupação da ilha, por moradores não indígenas, o que gerou consequências ruins como o reforço da criação de gado. A partir da década de 1960, aumentou a invasão dos criadores de gado.

É nesta região permeada por conflitos que, historicamente, habitam os povos indígenas Iny que são a autodenominação geral dos povos de língua Karajá, discernidos em três subgrupos: Karajá, Javaé e Xambioá (também conhecidos como Karajá do Norte). Os Karajá e Javaé são nomes de provável origem tupi-guarani e falam diferentes dialetos da língua Karajá, pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê. Eles são culturalmente semelhantes, embora haja algumas diferenças. Segundo Rodrigues (2004), os Iny habitam a região do vale do rio Araguaia desde tempos imemoriais.

O Araguaia com seus 2 mil quilômetros de extensão forma em seu médio curso a ilha do Bananal. Como informa Rodrigues (2013, p. 35), os indígenas a chamavam de “yny Lona (o lugar de onde surgiram os Iny) ou ijata olona, lugar onde surgiram as bananas pelos indígenas”.

O subgrupo Karajá sempre habitou as margens do rio Araguaia, seja do lado oeste da ilha do Bananal ou no alto curso do rio; os Xambioá associam-se ao baixo curso do rio, ou seja, ao norte do Tocantins; os Javaé, por sua vez, costumavam viver no interior da ilha e ao

Figura 12 – Território de Ocupação Tradicional dos Karajá e Javaé.



Fonte: Costa (2014, p. 127).

longo do rio Javaés e seus afluentes da margem direita, situando-se atualmente apenas nas margens daquele rio (Figura 12). A principal atividade econômica dos povos Karajá, Javaé e Xambioá era a pesca. A caça e a agricultura eram complementares.

A cosmologia Iny está intimamente relacionada com a ilha do Bananal. Segundo seu mito de origem, eles eram seres imortais que viviam no fundo do Araguaia, um local mágico onde as pessoas não morriam e nem trabalhavam e a vida era muito boa. Mas eles não poderiam passar para a superfície da água (Figura 13).

**Figura 13 – Representação do primeiro Iny chegando à superfície. Ilustração: Elly Mairu Karajá.**



Fonte: Costa (2014, p. 119).

Certa vez um grupo transgrediu a regra e conheceu as praias do Araguaia, ficaram encantados com a sua beleza e pediram ao criador para morarem ali. Porém, eles perderam a imortalidade. Preferiram ser mortais para morar na ilha do Bananal (Macedo, 2004). Alguns preferiram ficar no fundo do rio e transformaram-se nos Aruanãs, seres mascarados e mágicos que lá vivem até hoje (Rodrigues, 2004).

Após a morte, os Javaé e Karajá acreditam que vão para o *biu*, no céu, um local mágico onde a vida é eterna. Eles autodenominam-se *Itya Mahãdu*, “o Povo do Meio”, porque acreditam que esta dimensão social estaria no meio, entre o nível subaquático e o celeste. Os dois lugares estariam livres do sofrimento que a vida em sociedade acarreta. O Xamanismo<sup>9</sup> é bastante desenvolvido entre os Karajá e Javaé. O *hyri* cura as doenças e tem poder de trazer ao mundo as entidades mágicas, ao mesmo tempo que pode colocar feitiços que causam doenças e mortes.

Além da modelagem em argila (Figura 14), a pintura corporal é muito significativa e varia conforme o sexo e as classes de idade. Muitas são feitas com tinta de jenipapo e aplicadas em mudanças de fases da vida, como o casamento, o início da puberdade, a iniciação masculina na transição da juventude para a idade adulta (Figura 15) e a representação da cosmologia (Rodrigues, 2004).

Antes do encontro com os brancos, as aldeias eram organizadas como uma grande família em torno do seu fundador e descendentes, com o chefe dos rituais, o chefe das tarefas coletivas e um líder que era responsável por resolver os conflitos familiares. Após o contato, surgiu o líder de relações com os não indígenas que deveria dominar a língua portuguesa e entender os mecanismos de organização da sociedade em esfera nacional.

Na história desses povos houve massacres desde o momento em que os bandeirantes adentraram o seu território. As bandeiras paulistas foram as primeiras responsáveis por adentrar a região do médio Araguaia, entre os séculos XVI e XVIII. Os principais objetivos eram o reconhecimento do território e a captura de indígenas para o cativeiro. Antônio Pires de Campos, um violento bandeirante paulista, atacou a maior aldeia dos Karajás e matou homens, mulheres e crianças. Os que não foram mortos, foram levados como prisioneiros para São Paulo (Plano de Manejo, 2001).

---

<sup>9</sup> Define-se o xamanismo como um conjunto de crenças, ritos e práticas ancestrais centralizadas na figura do xamã que estabelece contato com uma realidade sobrenatural, ou estados especiais (alterados) de consciência, o que o possibilita obter conhecimento, poder, equilíbrio e saúde.

**Figura 14 - Ilha do Bananal. Ser mítico kboi. Modelagem em argila.**



Fonte: Mahuaderu Karajá (autor), 1980. Fotografia: Rogério Culos. Coleções de etnologia, Museu de Toulouse, França.

A entrada de padres missionários jesuítas no Vale do Araguaia com o objetivo de converter ao cristianismo o maior número de nativos, foi outra frente de penetração. Em 1655 partiu de Belém uma comitiva liderada pelos padres jesuítas Francisco Velosos e Tomé Ribeiro que adentraram a região e estiveram em contato com os índios Grajaú, Caatinga e Karajá, habitantes das margens do rio Araguaia e da ilha do Bananal. O acesso ao rio Araguaia continuou com as entradas dos Padres Manoel Nunes em 1659, Gaspar Misch em 1668 e Gonçalo de Veras, em 1671. De acordo com Lopes (2019), no início os Karajá apresentaram certa resistência, mas com o tempo foram se tornando mais maleáveis (Lopes, 2019).

Com a descoberta das minas auríferas em Goiás, durante o século XVIII, verificou-se um maior afluxo populacional para a região do Araguaia e vários arraiais foram fundados. A mineração se tornou a principal atividade econômica. A partir da segunda metade do século XVIII a exploração de ouro começou a entrar em declínio e o governo passou a incentivar a agricultura, a pecuária e a navegação dos rios Araguaia e Tocantins (Rodrigues, 2013).

No século XIX, a navegação do Araguaia se tornou prioridade para a ocupação dos sertões goianos. Como incentivo à navegação fluvial, adotou-se a estratégia de construção de presídios<sup>10</sup> como forma de expansão do território, defesa e apoio aos navegantes.

**Figura 15 – Javaé em ritual de iniciação masculina.**



Fonte. Patrícia de Mendonça Rodrigues (autora), 1997. In: Ricardo (2004, p. 480).

---

<sup>10</sup>Os presídios, segundo o artigo 25 do decreto nº 750 de 02/01/1851, possuíam uma cadeia pública, uma capela, um estaleiro e residências para religiosos, comandantes e moradores. Por meio do decreto eles foram instalados na margem do rio Araguaia.

Segundo Rocha (1998, p.71), “o presídio era um misto de estabelecimento penal, colônia agrícola e estabelecimento militar”. Os indígenas fizeram parte da mão de obra que construiu e manteve esses presídios. Na ilha do Bananal eles tiveram curta duração e a navegação dos rios Araguaia e Tocantins não se desenvolveu.

Em 1910, foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI)<sup>11</sup> que passou a ser responsável pela política tutelar sobre as populações indígenas no país. Instalaram, em 1927, na aldeia Karajá de Santa Isabel, na ilha do Bananal, postos do Serviço de Proteção ao Índio. Em 12 de agosto de 1960 o diretor do SPI atendeu à solicitação do Ministro de Estado da Agricultura quanto à elaboração de uma minuta de um convênio<sup>12</sup> entre eles e a Fundação Brasil Central (FBC) e sugeriu as condições que considerava necessárias ao acordo (Ofício, 1960c).

O SPI possuía na ilha uma Povoação Indígena denominada “Getúlio Vargas” e o acordo visava garantir e zelar pelos bens patrimoniais, prestar assistência aos indígenas daquela região, representados pelas nações Karajá e Javaé. Sobre os bens pertencentes ao patrimônio indígena da ilha, com exceção dos animais, passariam, por meio de uma Comissão Mista, composta por dois membros do SPI e dois da FBC, à administração da FBC, em cooperação com o SPI, enquanto durasse sua permanência naquele local.

As viaturas e embarcações também ficariam sob a responsabilidade da FBC. Os habitantes existentes na povoação indígena “Getúlio Vargas” continuariam sob a exclusiva direção do Serviço de Proteção aos Índios. A FBC se obrigava a prestar toda a assistência às comunidades indígenas Karajá e Javaé, por meio do SPI, não podendo interferir ou tentar modificar os hábitos, cultos, cultura, comércio e vida privada por se tratar de uma atribuição específica do SPI.

Nenhuma modificação no sistema de habitação nos aldeamentos poderia ser feita, salvo no que concerne à higiene e reparos para conservação, sem alterar os aspectos das construções para não provocar atritos de aculturação. A FBC criaria um comércio para a realização de intercâmbio entre os indígenas e os brancos e troca de bens de consumo, como utilidades, apetrechos, cerâmicas, entre outros. O documento usa a palavra “civilizado” para se referir aos não indígenas. O SPI se limitaria a fiscalizar as relações comerciais não

---

<sup>11</sup> Em 1967 o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) foi substituído pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) que vigora até os dias de hoje.

<sup>12</sup> Ofício número 538 de 12 de agosto de 1960 do diretor do Serviço de Proteção aos Índios ao Ministro de Estado da Agricultura, em que atendendo à solicitação telefônica do gabinete do ministro quanto a elaboração de uma minuta de convênio a ser assinado entre o SPI e a FBC.

interferindo na administração do movimento comercial, sob direção exclusiva da FBC, que não poderia obter lucro com as transações (Ofício, 1960).

Após acordo com o presidente da FBC, em 14 de abril de 1961, o diretor do SPI enviou uma Instrução Particular número 1(1961) ao Posto Indígena Getúlio Vargas. O encarregado do posto deveria prezar pela ampla e leal cooperação com a FBC, sem interferir ou tumultuar as atividades específicas de cada órgão. As áreas de atividade deveriam ser separadas, o SPI exerceria seu trabalho na área ocupada junto aos Karajá, onde estavam suas instalações e a FBC nas cercanias do Alvoradinho,<sup>13</sup> onde se realizava todos os trabalhos a seu cargo.

Deveria intensificar a assistência aos Karajá estimulando-se, por meio do chefe de cada comunidade, o trabalho agrícola regular, a arte indígena e a pesca organizada. O papel do encarregado do posto seria principalmente fornecer os meios necessários, orientar e fiscalizar o trabalho e as relações entre os indígenas e as outras populações. Sempre que possível deveriam distribuir leite fresco às crianças e idosos indígenas. Havia um grupo indígena sob influência de uma missão protestante e eles deveriam ficar sob controle do posto. O pastor responsável deveria estar ciente da doutrina de proteção e assistência aos indígenas seguida pelo SPI (Instrução Particular, 1961).

Conforme o Plano de Manejo que orientava a ação na região,

Cabe ressaltar que a política indígena da época, assim como os bandeirantes e demais migrantes que foram para a região da Ilha do Bananal, não respeitava a diversidade cultural do país e procurava inserir os índios na economia nacional como mão-de-obra barata, ou mesmo não remunerada. A escravização do tempo dos bandeirantes ficou camuflada sobre a bandeira da integração dos índios na sociedade brasileira, encampada pelo SPI (Plano de Manejo, 2001, P. 61).

No século XX, a pecuária se consolidou na Ilha do Bananal e favoreceu a sua ocupação. Lopes (2019) ressalta que as condições da região do médio Araguaia favoreceram a atividade, pois havia grandes campos de cerrados nativos, um relevo plano, certa oferta de sais minerais nos barrancos salinos do rio Araguaia, relacionado ao modelo de criação extensiva e à ausência de controle sobre a posse da terra sem a exigência de grandes investimentos ou maiores cuidados com os animais.

A Ilha ainda sofre muitas ameaças ao meio ambiente, sendo as principais a criação de gado e a pesca irregular. Desde o início do século XX a ilha vinha sendo ocupada por

---

<sup>13</sup> O “Alvoradinho” era a residência presidencial na Ilha do Bananal. Era uma casa graciosa e muito confortável

criadores de gado. Hoje as terras não são mais arrendadas pelos funcionários da Fundação, mas continua presente na ilha por meio de acordo dos pecuaristas com lideranças indígenas.

Ao contrário do que aconteceu com os Karajá e Xambioá, os Javaé permaneceram relativamente isolados até o início do século XX. Como vimos o contato dos indígenas da ilha do Bananal com os não indígenas remonta ao século XVI por meio das missões jesuíticas e das bandeiras paulistas. No século XX, principalmente a partir de 1930, através da pecuária, esse contato aumentou quando colonos se estabeleceram na margem esquerda do rio Araguaia em frente à ilha do Bananal.

Vale lembrar que, com o Estado Novo de Getúlio Vargas, a Marcha para o Oeste tinha o objetivo de desbravar o interior do Brasil e, inclusive, Vargas visitou a ilha do Bananal. Para Juscelino Kubitschek, a ilha seria um local para a prática do turismo selvagem e, na década de 1960, realizou a colonização da ilha por meio da Operação Bananal.

Em 1952, houve um conflito de terras na região oeste da ilha em função da definição dos limites entre os Estados de Mato Grosso e Pará. Os colonizadores colocaram à venda lotes de terras consideradas devolutas dos Estados, não se importando com as populações indígenas e sertanejas, o que ocasionou uma superposição de formas de ocupação territorial (Plano de Manejo, 2001).

As terras das comunidades indígenas da ilha do Bananal foram alvos de pecuaristas e a criação de reservas não preservou as aldeias dessa exploração de terras. Segundo Vera Lúcia Paganini (*apud* OPAN/CIMI, 1978, p. 157),

As terras indígenas no Brasil foram e são alvo de conflitos entre os seus habitantes naturais e os chegantes com vistas a se apropriarem delas. Aqui se percebe o problema enfrentado pelos índios até mesmo com os órgãos protetores, no caso a FUNAI e a descrença de que realmente alguma coisa será feita em seu benefício. As terras dos Karajá, como as dos demais povos indígenas, têm sido alvo de invasões de fazendeiros e criadores de gado. Nem mesmo a criação de reservas preservou as aldeias da exploração das terras. Em 1959 é criado o Parque Nacional do Araguaia, que abrange a Ilha do Bananal, mas apenas em 1971 é criado o Parque Indígena Araguaia, que assegura as terras dos Karajá e dos Javaé. No entanto, no traçado do Parque Indígena do Araguaia, as várias aldeias da margem mato-grossense não são incorporadas. Juridicamente, são terras Karajá na parte sul da Ilha do Bananal e duas pequenas reservas no Estado do Mato Grosso. Mas essas terras têm mais de 1200 invasões de posseiros e fazendeiros que “arrendam” as pastagens naturais da Ilha, por intermédio da FUNAI.

Oliveira (*apud* Toral, 2002, p. 56), na obra “Os Karajá do Araguaia”, demonstra que mesmo com o passar do tempo, mudando as políticas e amenizando os conflitos, o problema com demarcações e invasões é perene. Segundo a autora, embora a Ilha do Bananal agora seja

na sua totalidade uma reserva, “atualmente, depois de muita luta, os Karajá conseguiram que os posseiros e fazendeiros se retirassem”.

De acordo com Mattos *et. al.* (2013), a partir da década de 1990 a maioria das comunidades indígenas optou pela retirada total dos criadores de gado em conjunto com a FUNAI e o Ministério Público.

Em 2001, os Javaé habitavam oito aldeias na margem esquerda do rio Javaés (Boto Velho, Txuiri, Imõtxi, Canoanã, Wari-Wari, São João, Cachoeirinha, Barreira Branca) com uma população total de 837 pessoas (Plano de Manejo, 2001).

### **3.1 COLONIZAÇÃO E DISPUTAS PELO TERRITÓRIO: PARQUE E TERRA INDÍGENA NO ARAGUAIA**

A Operação Bananal, com vistas a colonizar e desenvolver a região do Araguaia, contribuiu para uma maior ocupação da ilha, o que fez com que o território indígena fosse constantemente ameaçado pela presença de pecuaristas, garimpeiros e posseiros. O coronel Nélio Cerqueira Gonçalves, presidente da Fundação Brasil Central, que atuou no início das obras da Operação, indica o que as populações indígenas que ocupavam a região sentiram diante desta situação. Segundo ele,

Só os índios Javaés e Karajás, estes, ocupando a área de Santa Terezinha, base de nossas operações, e aqueles bem afastados de nós, porém, na própria ilha, só os índios, dizia eu, assistiram, pouco entusiasmados, à abertura de nova era para aquele sertão bravio (Gonçalves, 1984, p.135).

Kubitschek teve pouco contato com os Iny-Karajá. Em 3 de maio de 1957, eles foram convidados para a primeira missa de Brasília celebrada pelo cardeal arcebispo de São Paulo, D. Carlos Carmello de Vasconcelos Mota. Ele relata que, após a cerimônia, os Karajá presentearam o presidente com lanças, bordunas, tacapes e flechas e recebeu uma saudação do cacique como o “grande chefe”. Na oportunidade, o presidente fez uma comparação entre os indígenas presentes e as mulheres com seus vestidos de Paris, observando que esses opostos deveriam se aglutinar para dar início a uma nova etapa de evolução no país a ser guiada por ele (Kubitschek *apud* Lima Filho, 2001).

Os jornais da época anunciaram as obras da Ilha do Bananal. O Correio Braziliense, em edição de 15 de maio de 1960, anunciava a nova meta do presidente Juscelino Kubitschek:

Já foi dado início a conquista da ilha do Bananal, nova ‘meta’ do presidente JK. O Presidente da Fundação Casa Popular já esteve na maior ilha fluvial do Brasil

tomando as primeiras providências e o arquiteto Oscar Niemeyer já terminou seus planos (Lima Filho, 2001, p. 101).

Após a visita de reconhecimento da ilha para o início das obras, o coronel Nélio Gonçalves e equipe retornaram a Brasília e levaram o cacique Uataú, que foi recebido por Kubitschek em uma audiência especial, no Palácio do Planalto. O cacique usava vários enfeites de chefe e falava razoavelmente o português. No final do encontro ele deu o seu colorido cocar ao presidente (Kubitschek, 1978).

A Operação Bananal já estava em funcionamento quando o presidente foi à ilha. Os indígenas de Santa Isabel e de outros aldeamentos o receberam de forma festiva e realizaram a dança cerimonial. A figura de Juscelino pode revelar a sua autoridade como o chefe condutor da nação que estava em busca da expansão territorial e econômica do país. Neste contexto, o turismo se relacionava com essa expansão que não se preocupou com a cultura das comunidades indígenas da ilha do Bananal.

Como vimos, a Ilha do Bananal é considerada um local mítico onde surgiram os povos Karajá e Javaé. Existem duas terras indígenas: a Terra Inãwebohoná e a Terra Indígena Parque do Araguaia, além de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, o Parque Nacional do Araguaia. Neste caso, é sempre um desafio pensar na sobreposição de terras indígenas e, ao mesmo tempo, Unidades de Conservação sobre territórios indígenas.

A ocupação do território dos Karajá e Javaé ocorreu de acordo com a perspectiva econômica. Desde o século XVI, a presença dos bandeirantes e jesuítas, a navegação no rio Araguaia e a construção de presídios, colônias militares e aldeamentos e o advento da pecuária, resultaram em grandes prejuízos para essas populações, com importante redução de seus territórios e mortes violentas.

Proposto em 1876 por André Rebouças, o Parque Nacional do Araguaia só foi criado em 1959 através do decreto presidencial nº 47.570, subordinado à Seção de Parques Nacionais do Serviço Florestal do Ministério da Agricultura e que se destinava à proteção ambiental. Desde então, a transformação da ilha do Bananal em Parque Nacional tinha como objetivo estabelecer núcleos de caça e pesca, fomentar as atividades agropecuárias, desenvolver o turismo e incorporar as comunidades indígenas no contexto nacional de civilização por meio de atividades assistenciais (Plano de Manejo, 2001).

A área do PNA até então englobava toda a ilha do Bananal. Isso foi antecedido por uma lei estadual do governo de Goiás de 1958 que autorizava a doação da ilha para a União a

fim de se tornar um Parque Nacional (Figura 16). Essa medida, como informa Toral (2004), ia contra a Constituição Federal que garantia o direito dos indígenas às terras que habitavam.

Os atos declararam de forma equivocada a inexistência de indígenas na ilha e transformaram seus territórios em Parque Nacional. Ainda segundo o autor, os decretos sobre as áreas do Parque Nacional foram feitos sem análise e estudos de campo sobre as aldeias, pois buscavam usurpar as terras indígenas para a instalação do Parque Nacional. Segundo ele, a ilha é “Terra Indígena” e a existência do PNA é ilegal e falta à justiça reconhecer esse fato.

**Figura 16 - Parque Nacional do Araguaia.**



Fonte: Karajá.org (online).

No início da década de 1970, por meio do Decreto nº 68.873 de 1971, de iniciativa do então presidente Emílio Garrastazu Médici, o Parque Nacional do Araguaia (PNA) foi reduzido a uma superfície de 460.000 ha. Localizados no terço norte da ilha do Bananal. Neste mesmo ano, pelo Decreto nº 69.263, foi criado o Parque Indígena do Araguaia (PIA), no restante da superfície da Ilha do Bananal. (Plano de Manejo, 2001).

Com a criação do Parque Indígena do Araguaia abrangendo cerca de dois terços da ilha, a área do parque foi reduzida ao terço norte onde se situavam e ainda situam as aldeias de Boto Velho (Javaé) e Macaúba (Karajá). Por isso, houve conflitos entre o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e a população da aldeia Macaúba, pois o instituto queria impedir os indígenas de construir casas, pescar, fazer roças, entre outras atividades que faziam parte de seu cotidiano.

A partir de 1980, fiscais armados do IBDF exigiram a saída dos Javaé da aldeia exigindo sua transferência para o PI Canoanã. Em 1980, o Decreto Presidencial nº 84.844 alterou as áreas dos dois parques e a aldeia de Macaúba passou a integrar o território do Parque Indígena do Araguaia. Mas a aldeia de Boto Velho continuou fazendo parte do PNA.

A solução para a aldeia só ocorreu mais tarde, em 2001, quando o Ministro da Justiça assinou a Portaria nº 359 declarando a Terra Indígena Inãwébohona de posse permanente dos Javaé, Karajá e Avá-Canoeiro. Com o passar do tempo, o PNA foi sofrendo reduções em razão do reconhecimento de terras indígenas no local. Ainda em 2001, foi reconhecida como Terra Indígena Inãwebohoná uma área onde se encontra a aldeia Boto Velho, acarretando, portanto, sobreposição à Unidade de Conservação. Conforme Macedo (2004), apenas mais recentemente, em 2003, por reivindicação dos Karajás da aldeia Macaúba, teve início o processo de reconhecimento da porção norte da Ilha como Terra Indígena Utaria Wyhyna/Hirari Berena.

Segundo Valéria Macedo (2004), em um futuro próximo após a conclusão desses processos demarcatórios, as terras indígenas se sobreporão ao Parque Nacional do Araguaia. Portanto, a ilha do Bananal será totalmente transformada em Terra Indígena.

Atualmente, os Karajá da aldeia Macaúba querem o reconhecimento legal de suas terras por meio da delimitação da TI UtariaWyhyna/Hirari Berena no Parque Nacional do Araguaia. Dessa forma, com o tempo as terras do PNA irão voltar para os Karajá e Javaé, proprietários legais do território.

O PNA desconsiderou os territórios dos Karajá e Javaé e foi assimilado por eles como algo que restringia o uso de seu próprio território. A criação do parque não ocorreu com o objetivo de promover a preservação ambiental, mas baseado na lógica da expansão territorial, movida por interesses desenvolvimentistas.

Apesar disso, desde os anos 1930 o parque passou a ter legislações sobre as questões ambientais que se fortaleceram na década de 1980. As questões ambientalistas levaram a disputas entre os grupos indígenas e os órgãos ambientalistas. As TIs e as UCs são consideradas propriedades públicas e os indígenas viveriam em regime de propriedade comum ou comunitária (Maciel, 2004).

Como propriedade pública o uso dos recursos naturais pelos Karajá e Javaé ficam restritos ao poder público. Mas os indígenas dependem dessas atividades para sua existência. Maciel (2004) afirma que além da dependência econômica do território, esses povos possuem uma relação simbólica, pois a ilha reflete as relações entre os seres humanos e os seres espirituais que seriam os responsáveis por prover os recursos necessários à sua sobrevivência. Os órgãos ambientais, a exemplo do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), consideram essas atividades como ilegais e os Javaé e Karajá, de outro lado, apoiados por grupos de indigenistas, não consideram ilegais as suas atividades cotidianas, mas sim uma violação aos seus direitos.

Para Maciel (2004) esse conflito deve ser resolvido por meio de um diálogo em que se leve em conta os princípios particulares legítimos dos Javaé e Karajá e também os princípios universalistas de proteção ao meio ambiente com o objetivo de gerar acordos intersubjetivos levando em conta as questões ambientais, étnicas, políticas e culturais, não em busca de uma solução única, mas em torno do que cada grupo social aponta como fundamental para o meio ambiente ou para o meio em que vivem.

A autora ainda destaca que a resolução dos conflitos deve ocorrer por meio de consensos e dissensos e não por meio de Plano de Manejo que não contribui para resolver os problemas e congelam em estruturas rígidas a noção de Terras Indígenas e Unidades de Conservação. Somente assim haveria uma comunicação e uma possível solução para os conflitos.

### **3.2 IMPACTOS DA OPERAÇÃO BANANAL PARA AS POPULAÇÕES INDÍGENAS**

A Operação Bananal favoreceu um contato maior dos não indígenas com os indígenas, principalmente os Karajás, que habitavam a aldeia de Santa Isabel, bem próximo ao local

onde foi construído o Hotel JK. Segundo Macedo (2004, p. 477), essa “[...] proximidade ao hotel teve entre seus desdobramentos surtos de tuberculose, malária e alcoolismo, bem como exploração do trabalho indígena e discriminação por parte da população não-indígena”.

Essa exposição das comunidades a diversos tipos de doenças, como malária, catapora, tuberculose e gripe reduziu o número de indígenas de todas as aldeias da ilha do Bananal. Além de favorecer o alcoolismo, a prostituição em algumas aldeias, a violência entre os indígenas e, até mesmo, o suicídio entre os mais jovens.

O periódico O Estado de São Paulo publicou matéria jornalística, na edição de 31 de março de 1972, sobre o contato dos indígenas com uma quantidade cada vez maior de pessoas e das doenças que passaram a acometê-los. De acordo com o jornal,

[...] os civilizados construíram aqui os seus hotéis para assistir à decadência de outra civilização. É uma barbárie”. A barbárie a que se refere o oficial da Força Aérea Brasileira é o espetáculo visto da varanda do Hotel Alvoradinha, na Ilha do Bananal: os índios Karajá voltando bêbados da cidade matogrossense de São Félix. Os índios atravessam o rio soltando longos ‘uivos’ dentro da noite e mal empunhando os remos das canoas. [...] Para quem discorda dessa opinião, há o depoimento insuspeito de uma equipe médica da FAB que visitou a Ilha na semana passada: o cacique Maluare, dos Karajá está com impaludismo agudo e 22 índios estão tuberculosos (Ricardo, 2004, p. 501).

Tempos depois, o padre Antônio Iasi Jr., em entrevista para a Folha de São Paulo em 12 de dezembro de 1976, fez críticas ao hotel da ilha do Bananal e à promoção do turismo. Afirmou que a transferência do hotel para uma empresa de turismo de Goiás era criminosa. Em 1975, a Superintendência para o Desenvolvimento da Região Centro Oeste (SUDECO), entregou o hotel para a Goiasturismo, uma autarquia do Estado.

Segundo ele, os indígenas seriam meros guias ou pilotos de barco. O missionário explicou que os Karajás eram os mais atingidos pelo intenso turismo da região do Araguaia (Ricardo, 2004).

Meses mais tarde, o bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga, em entrevista ao O Estado de São Paulo, em 3 de julho de 1977, afirmou que o alcoolismo e a tuberculose eram os maiores problemas enfrentados pelos Karajás, seguido da prostituição. Segundo Ricardo (2004, p. 501),

O destino do majestoso hotel Juscelino Kubitschek, que depois da Revolução teve o seu nome mudado para John Kennedy, localizado bem próximo à aldeia dos índios permanece uma preocupação. Este mesmo hotel, quando há alguns anos recebia levas de turistas atraídos pelo exotismo da Amazônia, influiu decisivamente no processo de degeneração dos Karajás. O contato indiscriminado e a espoliação do índio deixaram marcas profundas. [...] Durante algum tempo, o hotel foi administrado pela Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (Sudeco), servindo como hotel de trânsito para os seus funcionários. Agora, ele está

nas mãos da Goiasturismo, que poderá novamente reativá-lo, para desgosto do diretor do Parque Indígena do Araguaia, Sidney Possuelo, que prefere vê-lo administrado pela própria FUNAI.

O hotel da Ilha do Bananal, por sua imponência e luxo, pode ser considerado o símbolo que representou o centro turístico idealizado por Kubitschek e que contribuiu para a degeneração dos Karajá. O edifício foi construído bem próximo da aldeia dos Karajá, em Santa Isabel do Morro. Segundo Lima Filho (2001, p. 101), o hotel representaria a “domesticação da natureza” e o plano de metas com o lema cinquenta anos em cinco teria no complexo de construções da ilha sua marca registrada.

Em 1982, o presidente João Figueiredo aprovou a construção da estrada federal BR-262 que tinha por objetivo facilitar o escoamento do álcool produzido nas fazendas do leste do Mato Grosso até a rodovia Belém-Brasília. O projeto foi idealizado sob o comando da SUDECO e por empresários mato-grossenses da cana-de-açúcar. Para não fazer um desvio de 150 quilômetros, a estrada cortaria as terras indígenas do Parque Indígena do Araguaia, que cobria quase toda a ilha do Bananal.

Os Javaé foram resistentes e a construção foi interrompida em 1985. Essa estrada era mais uma atitude que colocava em risco a sobrevivência das comunidades indígenas da ilha do Bananal. Os técnicos do Ministério da Agricultura foram contra o projeto e levantaram vários argumentos que acabaram por inviabilizá-lo, como os problemas ecológicos que seriam causados, pois a estrada era uma ameaça iminente ao parque (Ricardo, 2004).

O jornal Tribuna da Imprensa publicou na edição de 26 de julho de 1980 uma matéria sobre os militares e sua presença na ilha. Seus apetrechos de pesca causavam grandes impactos na flora e na fauna da região e representava sérias ameaças à sobrevivência dos indígenas que dependiam dos recursos naturais da ilha. Segundo o jornal,

O Cimi denunciou a temporada de pesca que a Funai abriu no Posto Indígena de Santa Isabel do Morro, na Ilha do Bananal, especialmente para militares graduados e membros do corpo diplomático. Os convidados chegam até a ilha em dois vãos semanais da FAB, que mantém, ainda, uma revista anual, Safari Club, sobre os acontecimentos de Bananal. Ante o fato, o Cimi indaga “por que a Funai permite esta atração turística e fecha as áreas indígenas aos pesquisadores e jornalistas?” Apesar das negativas do presidente da Funai, coronel João Carlos Nobre da Veiga, sobre a reabertura do Hotel Presidente Kennedy, o Cimi acredita que esta temporada de pesca seja “o primeiro indício para que isto ocorra, sob o patrocínio da Goiastur” (Ricardo, 2004, p. 502).

Se a Operação Bananal com vista à integração econômica da bacia do Araguaia surgiu durante a construção de Brasília, como um “[...] capricho modernista de Juscelino Kubitschek na ilha do Bananal” (Lima Filho, 2001, p. 97), suas consequências negativas sobre o meio

ambiente natural e a qualidade de vida das populações indígenas podem ser facilmente percebidas.

Segundo Lima Filho (2001, p. 97), em uma “[...] conversa de botequim” de Acary de Passos de Oliveira com o chefe de gabinete de Juscelino, este comentou que o presidente estava preocupado, pois o jornal o Correio da Manhã estava fazendo várias críticas à construção de Brasília e que ele necessitava de “[...] uma coisa mais maluca para desviar a atenção” da oposição.

Acary então sugeriu que fosse feito um hospital na ilha do Bananal. No dia seguinte JK mandou chamá-lo ao palácio e ele explicou a ideia ao presidente que, imediatamente, solicitou que o coronel Nélio Cerqueira Gonçalves fosse chamado para iniciar o projeto na ilha do Bananal (Oliveira *apud* Lima Filho, 2001 p. 97).

Dessa forma, uma das suposições sobre os motivos que levaram JK a realizar a Operação Bananal é que ele precisava desviar a atenção sobre os gastos volumosos com a construção de Brasília. Outra hipótese era a de retornar ao cargo nas eleições de 1965 e a realização de grandes empreendimentos seriam para impressionar e produzir uma opinião pública positiva.

O fato de a Operação ter sido almejada com urgência a nove meses de seu mandato contribui para essa afirmativa. Lima Filho (2001) afirma que JK desejava, com a Operação Bananal, fechar o seu governo com chave de ouro, pois representaria mais um feito inédito que poderia favorecer sua influência política. O resultado desse “capricho modernista” revelou-se um projeto de ocupação com impacto absolutamente negativo para as populações indígenas da ilha do Bananal. Eles enfrentaram vários problemas que impactaram a sua vivência na ilha, considerada por eles, como vimos um local mítico. Pode-se considerar esse processo como uma invasão do território pertencente aos indígenas que resultou em perdas significativas para os grupos étnicos que desde tempos imemoriais habitam a região.

## CONCLUSÃO

A Operação Bananal fez parte da política de ocupação territorial do Cerrado pelo Estado brasileiro durante o século XX. Por meio de seus interesses, grupos políticos fizeram desse movimento sua bandeira de governo. Os seus discursos otimistas, suas promessas de “progresso” e integridade nacional tinham forte apelo nacionalista. Dessa forma, escondiam a verdadeira face desses empreendimentos.

Para Kubitschek a Operação fazia parte do movimento de interiorização e desenvolvimento do interior do Brasil. Após a inauguração da Capital Federal, a ocupação da ilha do Bananal foi o próximo passo para esse objetivo. Porém, a Operação demonstrou a vontade desmedida de JK em promover sua própria imagem por meio da execução dessas obras, seja em busca de sua reeleição ou para tirar o foco dos gastos astronômicos com a construção de Brasília. Os altos gastos de Kubitschek com essas obras volumosas levaram ao endividamento externo, ao desequilíbrio das contas públicas e à inflação.

A Operação contribuiu para a destruição da biodiversidade da ilha do Bananal que, desde tempos remotos, foi o paraíso de povos autóctones, principalmente dos Karajá e Javaé. Além disso, impactou negativamente a vida das populações indígenas. Elas tinham ali suas origens e seus elementos culturais. Com uma maior ocupação da ilha, o território indígena foi constantemente ameaçado pela presença de pecuaristas, garimpeiros e posseiros. Essas populações ainda sofrem com a herança deixada pela Operação.

A ilha do Bananal está desaparecendo, pois, o rio Javaés e os rios vizinhos estão com diminuição de seu volume e superfície de água. Para vários estudiosos, a exemplo do antropólogo e arqueólogo Altair Sales Barbosa, a ilha do Bananal já não existe mais. As causas seriam várias, como desmatamento, queimadas, assoreamento, pecuária, utilização da água para a agricultura e a construção de estradas.

O estudo sobre a Operação Bananal por meio da análise da documentação do acervo da Fundação Brasil Central demonstrou as particularidades daquele projeto e o esforço do Estado para expandir o seu controle sobre a região do Cerrado o que corroborou, a longo termo, para inclui-la, a partir da década de 1970, na economia internacional baseada na agricultura moderna.

Desta forma, a presente pesquisa pretendeu contribuir com o estudo sobre as políticas de desenvolvimento e a ocupação territorial, esboçando uma análise das dinâmicas sociais, a exemplo dos impactos sobre as comunidades originais sofridos em função da ocupação da

ilha. Ademais, buscou identificar as políticas econômicas da época, tais como a administração paralela, os gastos do governo e suas consequências, analisando as estratégias e intenções políticas de Juscelino Kubitschek. Além disso, almejou indicar as relações de poder estabelecidas entre o Estado e as comunidades locais, buscando perceber como a Operação Bananal colaborou para a condução e transformação do Cerrado em direção às finalidades agrícolas, destacando a importância de sua biodiversidade.

A possibilidade de aprofundar os estudos sobre a Operação é bastante viável e relevante. Ela pode ser abordada sob outras perspectivas, lançando luz sobre assuntos ainda pouco explorados e estudados, tais como a comissão de inquérito sobre o dinheiro gasto nas obras, os impactos sociais, econômicos e ambientais a longo prazo para as gerações subsequentes dos povos indígenas afetados. À medida que questões como direitos indígenas, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável continuam sendo relevantes, estudos posteriores sobre a Operação podem fornecer uma compreensão mais aprofundada das implicações daquele programa.

É certo, havia forte identificação do poder do Estado com a expansão territorial, mirando o domínio do território com o objetivo de controlá-lo, ao contrário das populações locais que possuíam uma territorialidade diferente e enxergavam o território como componente de sua identidade.

A Operação Bananal levada a cabo por JK demonstrou que o Estado promoveu a reocupação do território considerando apenas as perspectivas ligadas à produção e reprodução do capital, sem levar em conta a existência das populações que lá viviam. Desde logo, sua bandeira política e as opções administrativas que norteavam suas iniciativas visavam, sobretudo, ao alargamento do povoamento no interior e seu aproveitamento a partir de fundamentos econômicos mais sólidos e pretensamente mais eficientes.

## REFERÊNCIAS

- AREND, Marcelo. **50 anos de industrialização do Brasil (1955-2005): uma análise evolucionária**. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2009.
- BENEVIDES, Maria Vitória. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. In: GOMES, Ângela Castro. **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2002, p. 21-38.
- MARQUES, Jorge Bohrer; JÚNIOR, Osmar Abílio de Carvalho; CAMPAGNOLI, Fernando; JÚNIOR, Humberto Navarro de Mesquita; GOMES, Roberto Arnaldo Trancoso; GUIMARÃES, Renato Fontes. Classificação da cobertura da terra na região da ilha Bananal usando imagens multitemporais PALSAR-2/ALOS-2. **Confins** [online], n. 39, mar., 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/17506>. Acesso em: 03 ago. 2023,
- BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BRASIL. Decreto n. 50.192, de 28 de jan. de 1961. **Dispõe sobre reserva de terras para atividades da Fundação Brasil Central**. Brasília, Palácio do Planalto, 1990.
- BRASIL. Presidência da República. Gabinete do Coordenador da Mobilização Econômica. **Portaria n. 77 de 3 de junho de 1943**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2326610/pg-11-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-03-06-1943>. Acesso em: 20 out. 2021.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. A Convenção de Ramsar. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/areas-umidas/a-convencao-de-ramsar-1>. Acesso em: 03 ago. 2023.
- KARAJÁS.ORG. Parque Indígena do Araguaia. 2016. Disponível em: [https://www.carajas.org/wiki/index.php/Parque\\_Indigena\\_do\\_Araguia](https://www.carajas.org/wiki/index.php/Parque_Indigena_do_Araguia). Acesso em: 03 ago. 2023.
- CHAVEIRO, Eguimar Felício. Por uma leitura territorial do Cerrado: o elo perverso entre produção de riqueza e desigualdade social. **Élisée, Rev. Geo**. Anápolis, v.9, n.2, jul./dez. 2020.
- CONVÊNIO. Brasília, 3 de fevereiro de 1964. Acervo da Fundação Brasil Central [FBC – CORE], 1964.
- COSTA, Kênia Gonçalves. **A ilha do Bananal, o povo Iny e suas representações cartográficas: dinâmicas geoambientais, territoriais e étnicas**. 162p. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Estudos Socioambientais. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Goiás, 2014.
- FARO, C.; DA SILVA, S. A década de 1950 e o Programa de Metas. In: GOMES, Ângela Castro (Org.). **O Brasil de JK**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

FREDERICO, Samuel. **O Novo Tempo no Cerrado. Expansão dos *fronts* agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos.** Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP. São Paulo, 2008.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. **O desencanto do Oeste: memória e identidade social no médio Araguaia.** Goiânia: Editora UCG, 2001.

FUNDAÇÃO BRASIL CENTRAL. **Relação de atividades realizadas pela FBC, em 1963, anexa a uma correspondência dirigida pelo chefe de gabinete da FBC ao chefe de gabinete da Presidência da República.** Brasília, 21 de fevereiro de 1964. Acervo da FBC - COREG.

GALVÃO, Maria Eduarda Capanema Guerra. **A expedição Roncador-Xingu e a tarefa de ocupar, civilizar e urbanizar o Brasil Central.** Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro, 2010.

GOMES, Ângela Castro. **O Brasil de JK.** Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2002.

GONÇALVES, Nélio Cerqueira. **J Kasos e Kasos sem J.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1984.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção.** Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2014.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica – O neoliberalismo e as novas técnicas de poder.** Tradução de Maurício Liesen. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

IBAMA. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Araguaia, 2001.** Brasília: IBAMA, 2001.

INSTRUÇÃO PARTICULAR. **Documento assinado pelo presidente do Serviço de Proteção aos Índios, tenente coronel Tasso Villar de Aquino.** Acervo da FBC.

KUBITSCHEK, Juscelino. **50 anos em 5: meu caminho para Brasília.** Volume III. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1978.

KUBITSCHEK, Juscelino. **A escalada política: meu caminho para Brasília.** Volume II. Rio de Janeiro: Edições Bloch, 1976.

LAFER, Celso. **O planejamento no Brasil: observações sobre o Plano de Metas (1956-1961).** In: LAFER, B. (Org.). **Planejamento no Brasil.** São Paulo: Perspectiva, 1970.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LIMA, Francisco Gomes de Andrade. **Plano de Aplicação Orçamentária da FBC.** Brasília, 25 de janeiro de 1962. Acervo da FBC - COREG.

LOPES, Márcia Helena. **A História da Criação do Parque Nacional do Araguaia: Disposições e Motivações para a Conservação da Natureza.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB. Universidade de Brasília. Brasília, 2019.

MACEDO, Valéria. Uma ilha em pedaços. In: RICARDO, Fany (Org.). **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, p. 477- 478.

MACIEL, Dulce Portilho. O estado brasileiro na integração de espaços “vazios” ao conjunto da nação: ações da Fundação Brasil Central (FBC) – 1943-1967. In: LUNAS, Divina Aparecida Leonel; LUZ, Janes Socorro; XAVIER, Glauber Lopes (orgs). **Cerrado: projetos políticos, atores sociais e dinâmicas do território.** 1ª. Ed. Anápolis: Editora UEG, 2015, v. 1, p. 245-260.

MACIEL, Dulce Portilho. **Estado e território no Centro-Oeste brasileiro (1943-1967). Fundação Brasil Central (FBC): a instituição e inserção regional no contexto sócio-cultural e econômico nacional.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho, 2011.

MAIA, João Marcelo Ehlert. Fronteiras e *state-building* periférico: o caso da Fundação Brasil Central. **VARIA HISTÓRIA**, v. 35, p. 895-919, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento.** 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

OFÍCIO. **Documento assinado pelo major Orgêo Nogueira Valente.** São Paulo, 7 de setembro de 1943. Acervo da FBC - COREG.

OFÍCIO. **Documento assinado pelo secretário geral da FBC Raul Soares da Silveira.** Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1960a. Acervo da FBC - COREG.

OFÍCIO. **Documento assinado pelo secretário geral da FBC Raul Soares da Silveira.** Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1960b. Acervo da FBC - COREG.

OFÍCIO. **Documento assinado pelo presidente do Serviço de Proteção aos Índios, tenente coronel Tasso Villar de Aquino.** Brasília, 12 de agosto de 1960c. Acervo da FBC - COREG.

OFÍCIO. **Documento assinado pelo secretário geral da FBC Raul Soares da Silveira.** Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1960d. Acervo da FBC - COREG.

OFÍCIO. **Documento assinado pelo presidente da FBC Jorge Ferreira.** Brasília, 14 de abril de 1961a. Acervo da FBC - COREG.

OFÍCIO. **Documento assinado pelo presidente da FBC Jorge Ferreira.** Brasília, 27 de abril de 1961b. Acervo da FBC - COREG.

OFÍCIO. **Documento assinado pelo diretor geral do Ministério da Saúde Luiz Mario Borges Estrella.** Brasília, 17 de abril de 1961c. Acervo da FBC - COREG.

OFÍCIO. **Documento assinado pelo presidente da FBC Francisco Gomes de Andrade Lima.** Brasília, 9 de abril de 1962a. Acervo da FBC - COREG.

**OFÍCIO. Documento assinado pelo presidente da FBC Francisco Gomes de Andrade Lima.** Brasília, 18 de julho de 1962b. Acervo da FBC - COREG.

**OFÍCIO. Documento assinado pelo presidente da FBC Francisco Gomes de Andrade Lima.** Brasília, 8 de agosto de 1962c. Acervo da FBC - COREG.

**OFÍCIO. Documento assinado pelo presidente da FBC Francisco Gomes de Andrade Lima.** Brasília, 10 de agosto de 1962d. Acervo da FBC - COREG.

**OFÍCIO. Documento assinado pelo governador do estado do Acre José Augusto de Araújo.** Rio de Janeiro, 3 de maio de 1963a. Acervo da FBC - COREG.

**OFÍCIO. Documento assinado pelo presidente da FBC Pedro Tásis González.** Brasília, 3 de outubro de 1963b. Acervo da FBC - COREG.

**OFÍCIO. Documento assinado pelo presidente da FBC Pedro Tásis González.** Brasília, 11 de outubro de 1963c. Acervo da FBC - COREG.

**OFÍCIO. Documento assinado pelo presidente da FBC Pedro Tásis González.** Brasília, 9 de março de 1964a. Acervo da FBC - COREG.

**OFÍCIO. Documento assinado pelo presidente da FBC Pedro Tásis González.** Brasília, 20 de março de 1964b. Acervo da FBC - COREG.

**OFÍCIO. Documento assinado pelo piloto chefe do serviço de aviação da FBC Olavo de Siqueira Cavalcanti.** Brasília, 20 de abril de 1964c. Acervo da FBC - COREG

**OFÍCIO. Documento assinado pelo tenente coronel Aloysio Lontra Netto.** Brasília, 30 de setembro de 1964d. Acervo da FBC - COREG.

**OFÍCIO. Documento assinado pelo tenente coronel Aloysio Lontra Netto.** Brasília, 22 de outubro de 1964e. Acervo da FBC - COREG.

**OFÍCIO. Documento assinado pelo comandante da Aeronáutica Itamar Rocha.** Brasília, 30 de julho de 1965. Acervo da FBC - COREG.

**OFÍCIO. Documento assinado pelo presidente da FBC tenente coronel Aloysio Lontra Netto.** Brasília, 5 de julho de 1966. Acervo da FBC - COREG.

**OFÍCIO. Documento assinado pelo chefe do Centro de Atividades da ilha do Bananal.** Ilha do Bananal, 8 de março de 1967. Acervo da FBC - COREG.

**OFÍCIO. Documento assinado pelo presidente da FBC Alberto Carlos Costa Fortunato.** Brasília, 12 de janeiro de 1968. Acervo da FBC - COREG.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica; GOMES, Ângela de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

OLIVEIRA, Márcio. O ISEB e a construção de Brasília: correspondências míticas. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n.2, p. 487-512, 2006.

OUTRAS MÍDIAS. TO: A Ilha do Bananal está desaparecendo? [online]. **Outras Palavras**, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/to-a-ilha-do-bananal-esta-desaparecendo>. Acesso em: 07 ago. 2023.

**PARECER. Documento assinado pelo assessor do Ministério do Interior Álvaro Corrêa de Oliveira.** Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1967. Acervo da FBC - COREG.

QUINTELA, A. C. Do sertão ao cerrado do Planalto Central: uma questão de nomenclatura. **Revista UFG**, Goiânia, v. 12, n. 9, 2017.

RELATÓRIO. **Relatório Descritivo dos Diversos Serviços Prestados na Construção do Aeroporto da Ilha do Bananal**. Brasília, 1961. Acervo da FBC - COREG (Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal)

RELATÓRIO. **Relatório do interventor, general Bolivar Oscar Mascarenhas, ao chefe do Gabinete Militar sobre a situação administrativa da Fundação Brasil Central**. Brasília, abril de 1964. Acervo da FBC - COREG (Coordenação Regional do Arquivo Nacional do Distrito Federal)

RELATÓRIO. **Relatório intitulado “Notícias da Fundação Brasil Central”**. Brasília, 1967. Acervo da FBC - COREG

RICARDO, Fany (Org.) **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

ROCHA, L. M. (1998). **O Estado e os Índios: Goiás, 1850-1889**. Goiânia: Ed. UFG.

RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. Notas sobre os Karajá e Javaé. In: RICARDO, Fany (Org.). **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004, p. 480-481.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TERMO ADITIVO. **Documento assinado pelo superintendente da SUDECO Sebastião Dante de Camargo Junior e o secretário geral da FUNAI João Batista Cavalcanti de Mello**. Brasília, 6 de novembro de 1968. Acervo da FBC- COREG.

TREVISAN, Maria José. **50 anos em 5- A FIESP e o desenvolvimentismo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

TREVISAN, R.; SOLLERO, J. ; NOGUEIRA, C. ; MAGALDI, N. **Operação Bananal: do domínio territorial ao balneário esquecido de Brasília**. In: XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, 2014, Brasília. Anais do XIII SHCU, 2014.

VARGAS, Getúlio. **No limiar do ano de 1938**. In: A Nova Política do Brasil. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio, 1938, Vol. V.

VICENTINI, Albertina. **Tal sertão, qual cerrado?** Goiânia: UFG, 2016.

VILLAS BÔAS, Orlando e Cláudio. **A Marcha para o Oeste – A epopeia da Expedição Roncador-Xingu**. São Paulo. Companhia das Letras, 2012 (1ª ed. 1994).

XAVIER, Glauber L; MACIEL, Roseli. Acumulação de capital e ideologia numa economia periférica: ensaio sobre o desenvolvimentismo brasileiro. **Revista de Políticas Públicas**, v. 24, n. 2, p. 532-545, 2020.